

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A (re)produção espacial em marcha na
consolidação dos Grupos de Poder
Hegemônico em São Gonçalo - RJ**

Nilo Sérgio d'Avila Modesto

Orientador: Prof. Dr. Márcio Pinon de Oliveira

Niterói, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A (re)produção espacial em marcha na
consolidação dos Grupos de Poder
Hegemônico em São Gonçalo - RJ**

Nilo Sérgio d'Avila Modesto

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia, do
Departamento de Geografia da
Universidade Federal Fluminense, para
obtenção do título de Doutor em
Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Márcio Pinon de Oliveira

Niterói, dezembro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A (re)produção espacial em marcha na consolidação dos
Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo - RJ**

Nilo Sérgio d`Avila Modesto

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Pinon de Oliveira
(Orientador)

Prof. Dr. Ruy Moreira
(Departamento de Geografia - UFF)

Prof. Dr. Jacob Bizstok
(Departamento de Geografia - UFF)

Prof. Dr. Andrelino de Oliveira Campos
(Departamento de Geografia – UERJ-FFP)

Prof^{ra}. Dr^a Eveline Bertino Algebaile
(Departamento de Educação –UERJ/FFP)

Dedicatória

À Velha Guarda

Dedico esse trabalho aos mais experientes, aos curtidos pela vida, os ricos em sabedoria, os que sabem aonde isso tudo vai dar.

In vitae

A Ceura e Nilo, meus pais.

Onde começou, onde permanece, onde há amor, onde eterniza.

Ingrid e Rô, filha e esposa.

Juntos e misturados, sempre.

Hilda, sogra.

Certeza dos sentidos e das emoções apesar da doença.

Obrigado.

In Memoriam

Eunice, tia.

Deixou-nos neste sete de dezembro.

Quando todos se calaram. Quando todos se omitiram.
Você foi à única a tomar partido.

Siga em Paz

Agradecimentos

Ao longo dessa trajetória tive muitos apoios. Pessoas que realmente participaram dessa construção. Umas de forma acadêmica e profissional, outras pelas afinidades políticas, sociais e etílicas.

Agradeço ao corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, pela oportunidade do conhecimento, dos debates e do convívio profissional.

Gostaria de destacar o convívio e a interação profissional com o orientador desse trabalho, o Professor Márcio Pinon, que soube conduzir essa orientação, muito acima de uma relação professor-aluno. Obrigado pelos ensinamentos, pelos momentos de reflexões acadêmicas e não acadêmicas, pelas palavras de incentivo. Por saber escutar e entender nossas angústias e ansiedades. Uma amizade.

Também gostaria de agradecer ao Professor Ruy Moreira, por ter contribuído com o seu conhecimento, em aulas que foram uma verdadeira “viagem” ao mundo dos pensadores, indo além das reflexões meramente geográficas, fazendo com que pudéssemos perceber a importância da solidez da teoria na construção da pesquisa.

Agradeço também a interlocução sobre este e outros trabalhos acadêmicos estabelecidas com o Professor Andrelino Campos. Nossa relação profissional e de amizade consolida-se a cada dia.

Meus sinceros agradecimentos à Professora Eveline Algebaile por ter acompanhado o desenvolvimento desse trabalho, especialmente nos caminhos gramscianos e obrigado pelo aceite.

Aos colegas de trabalho da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, agradeço pela compreensão em relação ao momento que se vive, quando se faz uma tese, obrigado pela mobilização.

Agradeço também ao Professor Jorge Dimuro, diretor da Unidade Engenho Novo II do Colégio Pedro II pelo incentivo e os pareceres

favoráveis, quando do meu afastamento para o doutoramento. À equipe de geografia desta mesma unidade obrigado pela amizade e o incentivo.

Não posso esquecer de mencionar os amigos Antonio Rodrigues e Marilda Reis, pelas reflexões políticas e desportivas, bem regadas que tivemos sob o luar de Paquetá.

Por falar em Paquetá, agradeço aos companheiros Armando (Semitá), Marcelo (Cedae), Tito (Presidente), Iraktan (Macaco), Oswaldo (Gordo), Nando (Farmácia), Veinha (Leão do Norte), Pompo e Ricardo (Cabeção) que muito contribuíram na preparação do corpo e do espírito para realização desse trabalho. As “reuniões sociais” ocorriam em casa, na padaria do Manduca e no Clube Municipal.

Nos momentos de muito trabalho, é necessário uma parada para ordenar as idéias. Muitas vezes, isso ocorria na madrugada. Para espalhá-los me encontrava com a turma do “banquinho”, um grupo muito agradável, de bom papo. Agradeço aos parceiros Ari, At, Paulo e Henrique, pelos papos e o incentivo.

Dadá, Nanda e Nina, sempre acompanhando tudo e ajudando, meu eterno carinho e amor.

A turma de Jarcarepaguá - Anísio, Regina, Rogério, Marisa, Najla, Diogo, Michel, Priscila, Tatiana, Kelly e Karina - obrigado pela força.

Epígrafe

Em suma, o cálice em *Perlesvaus*, consiste em uma seqüência mutante de imagens ou visões. A primeira delas é o rei coroado, crucificado; a segunda, uma criança; a terceira, um homem usando uma coroa de espinhos, sangrando na fonte, nas palmas e no peito. A quarta manifestação não é especificada. A quinta é um cálice. Em cada ocasião a manifestação é acompanhada de uma fragrância e de uma grande luz.

O Santo Graal e a Linhagem Sagrada

RESUMO

O presente trabalho analisa as possíveis transformações espaciais ocorridas no município de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essas transformações estão se esboçando por conta das estratégias utilizadas pelos Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia que se articulam e influenciam diferentes segmentos da sociedade civil a seguirem os projetos de seu interesse. Os Aparelhos Públicos e Privados de hegemonia se constituem num dos mais importantes agentes transformadores do espaço.

ABSTRACT

The following work (Thesis) analyses the possible special transformations (changes) occurred im the county of São Gonçalo, in the Metropolitan Area in Rio de Janeiro. These changes are happening due to the strategies used by the Private and Public Hegemonic facilities which articulate and influence different segments of the civil society to follow the projects that serve their interest and needs. The Public and Private Hegemonic facilities constitute one of the most important agents which transform the space.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

Arranjos Produtivos Locacionais	APL
Agência de Desenvolvimento /Rio	AD/RIO
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID
Caixa Econômica Federal	CEF
Comissão Estadual de Controle Ambiental	CECA
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CEFET
Companhia Estadual de Habitação	CEHAB
Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro	COMPERJ
Confederação Nacional de Agricultura	CNA
Centro Integrado de São Gonçalo	CISG
Conselho de Desenvolvimento das Cidades	CONCIDADE
Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro	CODERJ
Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos	CODIN
Departamento de Estradas de Rodagem	DER
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte	DNIT
Democratas	DEM
Empresa Irmãos Araújo Engenharia, Comércio S/A	ECIA
Fundo de Amparo ao Trabalhador	FAT
Fundo de Arrendamento Residencial	FAR
Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	FEEMA
Feira do Vestibular	FEVEST
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	FIRJAN
Gestão Estratégica Orientada para Resultados	GEOR
Instituto Brasileiro de Geografia Estatística	IBGE
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH
Índice de Qualidade dos Municípios	IQM
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	IFDM
Programa de Aceleração do Crescimento	PAC
Petróleos de Venezuela	PDVSA
Projeto Trabalho Técnico Social	PTTS
Partido Democrático Trabalhista	PDT
Partido da Frente Liberal	PFL
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB
Partido Social Democrata Cristão	PSDC
Partido dos Trabalhadores	PT
Refinaria de Duque de Caxias	REDUC
Rio Polímeros S.A.	RIOPOL
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
Sistema Nacional de Ensino	SINE
Sindicato Nacional das Indústrias da Construção e reparação Naval e Offshore	SINVAL
Seguro de Garantia de Término de Obras	SGTO
Secretaria Municipal de Habitação	SMH

LISTA DE FIGURAS

		Página
Figura 1	Relação dos Bairros Estudados – São Gonçalo	111
Figura 2	Rio de Janeiro – Localizações possíveis para o COMPERJ	139
Figura 3	COMPERJ – Porto de Itaguaí – Arco Metropolitano	142
Figura 4	Arco Metropolitano – Trechos	142
Figura 5	Localização e acessos ao COMPERJ – Itaboraí	144
Figura 6	COMPERJ e o Centro de Integração de São Gonçalo (CISG)	145
Figura 7	Bairros selecionados para o PAR	162
Figura 8	Localização do São Gonçalo Shopping Rio	165
Figura 9	São Gonçalo – Perspectiva do Pólo de Moda	172
Figura 10	Linha 3 do Metrô – Lote 1	174
Figura 11	Linha 3 do Metrô – Estações de Niterói	174
Figura 12	Linha 3 do Metrô – Lote 2	175
Figura 13	Linha 3 do Metrô – Trecho Neves - Alcântara	175
Figura 14	Linha 3 do Metrô – Trecho Alcântara – Guaxindiba	176
Figura 15	Linha 3 do Metrô – Estação Guaxindiba – retorno	176
Figura 16	Localização do Estaleiro Cassinú – São Gonçalo	183
Figura 17	Pólos Econômicos	186
Figura 18	Investimentos do Rio de Janeiro p/ diferentes projetos	186
Figura 19	Concentrações Econômicas	187
Figura 20	Arranjos Produtivos Locais	188

LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela 1	Os Prefeitos de São Gonçalo desde 1904	70
Tabela 2	Resultado da Eleição para Prefeito de São Gonçalo -1972	78
Tabela 3	Coligações eleitorais: Prefeitos eleitos, 1992-2000 – RMRJ	79
Tabela 4	Loteamentos em São Gonçalo – 1930-1979	82
Tabela 5	População – Tempo de residência em São Gonçalo – 1960	82
Tabela 6	Numero de Estabelecimentos Industriais 1950/1960 - SG	84
Tabela 7	IQM – 20 melhores posicionados – RJ (1998-2005)	89
Tabela 8	IQM – Municípios que ascenderam no IQM – 2005	90
Tabela 9	Número de Vereadores por Município	97
Tabela 10	Linha 3 do Metrô – Valor – Prazo de execução	177
Tabela 11	Linha 3 do Metrô – Tempo de Viagem	177
Tabela 12	Linha 3 - Benefícios do Empreendimento – Impacto social	178
Tabela 13	Composição da Câmara dos APL's	189
Tabela 14	APL's em desenvolvimento	190
Tabela 15	IFDM – ranking dos Municípios – 2005	194

LISTA DE GRÁFICOS

		Página
Gráfico 1	Crescimento do Eleitoral de São Gonçalo	108
Gráfico 2	Atuação da CEHAB – Quantidade de unidades habitacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	161

LISTA DE FOTOS

		Página
Foto 1	Residencial Village Laranjal	157
Foto 2	Localização do Empreendimento Village do Laranjal	158
Foto 3	Planta baixa do Empreendimento	158

LISTA DE QUADROS

		Página
Quadro 1	Situação Política - Administrativa de São Gonçalo	67
Quadro 2	Para reerguer a “Manchester brasileira”	95
Quadro 3	Quadro Geral da Capacidade Produtiva dos Estaleiros	182
Quadro 4	Níveis de Articulações entre os APH e os Sujeitos	205

RELAÇÃO DE ANEXOS

		Página
Anexo1	São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro	65
Anexo 2	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	65
Anexo 3	Mapa dos Bairros de São Gonçalo – Distribuição em distritos	68
Anexo 4	Leste Fluminense - Conleste	146
Anexo 5	Relação PAR - PSDC	160
Anexo 6	Portaria Interministerial nº109	160
Anexo 7	Empreendimento do PAR no bairro Jockey Club	160
Anexo 8	Linha 3 do Metrô – Imagens do Trecho 1	173
Anexo 9	Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	191
Anexo 10	Índice Firjan para o Desenvolvimento Municipal	193

SUMÁRIO

Introdução	17
Espaço e poder: Aproximações teórico-Práticas	
1 – Sujeitos da Ação Política	26
1.1- Estado e Sociedade Civil. Sujeitos em Ação	29
1.1.1 - Reflexão sobre o Estado Ampliado	30
1.1.2 - A difícil conceituação de Sociedade Civil.	34
1.1.3 - Aparelhos Privados de Hegemonia: procura da hegemonia na sociedade civil.	39
1.1.4 – A produção dos Aparelhos Privados na construção do Poder político hegemônico	41
1.1.5 - Estratégias usadas pelos grupos de poder para Alcançar a hegemonia.	44
A - Os interesses	44
B – A cooptação	47
1.1.6 – Produção espacial e a sociedade civil	49
1.1.7 - O papel do espaço na reprodução do poder político hegemônico.	53
1.2 – Condição e Posição dos Sujeitos	56
1.2.1 – Lutas simbólicas, os discursos políticos e habitus	57
1.3 – Práxis –Projeto- Autonomia	62
2 – Transformação sócio-político e espacial em São Gonçalo	65
2.1 – Transformações Político-Espaciais	65
2.2 – Transformações Econômicas	80
2.3 – Urbanização e posição no contexto metropolitano	88
2.4 – Transformações Econômicas e políticas mais recentes	94
3 – Jogo Político no Espaço	96
3.1 – Município: unidade administrativa e os agentes políticos	97
3.2 – O poder do voto x o voto no poder	99
3.3 – Formação política de São Gonçalo	103
3.4 – Bairros: unidade de afirmação política	108
3.4.1 – Ação Política em alguns bairros	110
3.4.2 – Encurtando o Caminho: o uso do Unibairros como instrumento de poder político.	121

3.5 – Perfil dos Agentes Políticos: os candidatos.	123
4 – A(re)produção Espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico.	134
4.1 – Práticas de poder político no espaço: Grandes Projetos e Estratégias Espaciais.	136
4.1.1 – COMPERJ e o Centro de Inteligência de São Gonçalo.	137
4.1.1.1 – O COMPERJ na trama política.	149
4.1.2 – Programa de Arrendamento Residencial (PAR).	154
4.1.2.1 – Implicações políticas do PAR em São Gonçalo.	158
4.1.3 – Pólo Industrial de Moda de São Gonçalo.	167
4.1.4 – Metrô – Linha 3.	172
4.1.5 – Estaleiros	181
4.1.6 – Estado, Firjan e Sebrae	184
4.1.7 – Síntese de Articulações: Projetos, Escalas e Hegemonia	205
5 – Considerações Finais	207
6 – Bibliografia	212

Introdução

Espaço e Poder: Aproximações teórico-práticas.

Nosso objetivo no desenvolvimento dessa pesquisa é o de desvendar as estratégias e as ações dos grupos hegemônicos de poder, interpretando seus movimentos e identificando os diferentes agentes envolvidos com suas ações na consolidação de práticas espaciais em marcha na promoção da produção do espaço metropolitano, estabelecendo como escala de análise o município de São Gonçalo no Rio de Janeiro.

A presente pesquisa pretende configurar o aprofundamento dos estudos referente à dissertação de mestrado defendida por mim, no PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da Universidade Federal Fluminense em 2003, sob o título: *As Práticas Espaciais do Poder Político em São Gonçalo (RJ)*. Tal pesquisa possibilitou compreender em parte, o universo delineado pelas práticas políticas na consolidação de práticas espaciais, que acabam por contribuir com o seu papel, na (re)produção das relações de poder em São Gonçalo, município este localizado a leste da Baía de Guanabara e integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro .

A mesma sinalizou o uso de estratégias dessa (re)produção, tendo como viés às práticas populistas, clientelistas e assistencialistas através do discurso da ausência e da carência como um “recurso”, bem como, dos usos reatualizados e resignificados das práticas eleitorais mais tradicionais. A análise desses aspectos possibilita a interpretação de questões pertinentes à crise da modernidade em contextos urbanos brasileiros, em diferentes escalas de compreensão do fenômeno sócio-espacial.

Tal dissertação cumpriu o seu papel, porém, deixou em aberto possibilidades de compreensão das mudanças a partir da construção do território na escala local, tendo como centralidade de reflexão, as práticas espaciais contemporâneas, que na realidade, são resultados de ações sociais, de projetos, e interesses, que, uma vez construídos, interferem, criam desígnios para o presente e para o futuro, especialmente num contexto de modernidade, expressada por uma crise de valores, pelas descrenças as meta narrativas, pelas inovações tecnológicas, inovações organizacionais da produção, pela crise no mundo do trabalho e especialmente inovações na forma de fazer política.

Para tal, trabalhamos no reconhecimento das ações políticas sobre o espaço, que de certa forma, constitui-se num passo fundamental para interpretarmos a materialização de diferentes influências exercidas por grupos hegemônicos de poder na consolidação de seus territórios. Muito do que está materializado espacialmente no território é fruto da ação de diferentes agentes de (re)produção, onde, os mecanismos pelos quais se consolidam tais práticas denotam uma invisibilidade de difícil percepção, pois, ao primeiro olhar, não despertam atenção, pelo contrário, denotam desinteresse. Ao desvendar as nuances de articulações e coligações ocultas, vislumbra-se um cenário particularmente propício a melhor compreensão dos interesses de tais grupos hegemônicos de poder.

Como conciliar num trabalho, elementos norteadores de uma visão de mundo que possa abranger tudo aquilo que se pensa e gostaria de estudar, com a realidade das possibilidades nos acessos empíricos. A chave, sem dúvida encontra-se na possibilidade teórica, que se torna tão instigante quanto às buscas e descobertas empíricas.

A aproximação teórica em relação à prática, no caso desse estudo, foi possível a partir da procura permanente de uma base teórica suficientemente eficaz que permitisse uma ampliação gradativa no sentido interpretativo e a consolidação de um conhecimento responsável para o entendimento da questão proposta pelo trabalho.

Ao estabelecermos a relação entre o Espaço e o Poder, consideramos que nossa análise ganha em interpretação, pois ao estabelecer tal relação, envolvemos um número maior de campos teóricos que irão contribuir no sentido de contemplar nosso objetivo. Espaço, poder, ação política, os sujeitos das ações, a luta pela hegemonia, os interesses, os projetos a práxis são ingredientes que compõem nossa análise.

O caráter relacional entre *espaço do poder* e *poder do espaço* facilita entendermos as múltiplas possibilidades que o poder tem. A partir de sua capacidade em se manter, transformar, organizar e se consolidar a partir da interação com o espaço, em um premente jogo dialético do poder *do e com o espaço*.

Fruto de um caráter dialético, a relação do poder com o espaço e o espaço sobre o poder conjuga-se a partir não somente da perspectiva isolada do poder, envolvendo seus objetivos, ações e estratégias, mas, sim, abrindo a possibilidade de analisarmos esse poder sobre a égide da sua relação com o espaço. Espaço

que se constitui em um elemento orientador das práticas de poder, espaço que se materializa a partir da ação do poder, da sua objetivação, do seu devir.

A política constitui-se num dos elementos marcantes em relação ao estabelecimento do poder, pois segundo Arendt (2004), a ação política está ligada à capacidade humana de fundar algo novo, ainda que o homem esteja numa conjuntura em que aparece não mais haver alternativas ou soluções políticas. E é da ação política, que emergem a liberdade e o poder considerando suas ações, ou mais especificamente a constituição das atividades que os homens realizam com os outros.

O poder como produto da ação é defendido por esta autora, e estabelece que o mesmo, tem suas origens em um grupo de pessoas que se reúne e age em comum acordo. Assim sendo, esta relação entre o poder e a ação caracteriza o espaço político, mantido enquanto o grupo se mantiver unido.

A demanda em relação às ações promovidas pelos diferentes agentes sob o espaço requer o entendimento e uma base de interpretações que envolvam as 'maneiras de fazer' por parte das ações políticas promovidas pelo poder hegemônico. Inquietação sobre as ações, vista aqui como portadora de projetos e igualando-se a práxis, denota a natureza política, como sinaliza Ribeiro (2003, p.32):

"... a noção de projeto introduz a passagem presente-futuro, expressando a potência da práxis. Articula técnica e ação e caracteriza a ação de natureza propriamente política..."

O direcionamento de nossa pesquisa caminha na perspectiva de fazer uma análise geográfica, mapeando, os diferentes territórios consolidados pelos grupos hegemônicos do poder local, levando em consideração o aspecto relacional entre localizações, as práticas sócio-espaciais comuns ou singulares, as estratégicas políticas e sociais, que conferem propriedades únicas ou múltiplas na interpretação e consolidação da ordem espacial.

Nosso eixo principal está estruturado a partir das implicações promovidas pela leitura política e espacial de projetos que vêm ocorrendo mais recentemente no município de São Gonçalo. A interpretação analítica das transformações do quadro político local, pode ou não, estar conectado aos novos projetos estabelecidos ao analisarmos a configuração espacial promovida pelo poder político.

Identificar as possíveis alterações ou mesmo a manutenção dos grupos estimula a procura de interpretações das estratégias utilizadas para concretização de seus objetivos, mas principalmente, interpretar os impactos na configuração espacial, tanto no sentido do que foi alcançado pelo poder político, mas especialmente as consequências para aqueles que deveriam ser os beneficiados por essas ações, ou seja, a população.

Vincularemos essa prática espacial ao momento no qual vivemos, ou seja, uma crise de representação política que compromete a democracia, estruturada dentro de um modelo de representação política esgotado, que vem se afastando cada vez mais dos interesses dos grupos sociais, especialmente dos conhecidos como "subalternos"¹.

Não pretendemos aqui, desenvolver uma pesquisa que se estabeleça dentro de uma perspectiva que envolva uma geografia eleitoral pura e simples, ou seja, no seu caráter *stricto sensu*. A utilizaremos à medida que nos permita compreender, através de suas pistas, uma correlação espacial. Assim sendo, em função de suas especificidades no tocante a relações entre a política e o território, nos aproximamos mais de uma Geografia Política. Pois, essas relações configuram na realidade, vários conflitos de interesses, especialmente os provenientes das relações sociais, que, por certo, materializam disputas territoriais, as tensões e arranjos, transformando-se num campo profícuo de análise geográfica.

Como afirma CASTRO (2005, p.15,16)

"Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política - expressão e modo de controle dos conflitos sociais - e o território - base material e simbólica da sociedade - que se define o campo da geografia política."

Nossa perspectiva é o de investigar e compreender as dimensões espaciais da política que impactam e redesenham os espaços, em especial o urbano, tanto no sentido da produção como no da reprodução de desigualdades sociais e territoriais. Assim, torna-se importante reconhecer os atores, sua posição e condição, e como estes espaços são construídos e transformados.

O envolvimento da política denota ação e projetos de interesses que se estabelecem na sociedade. Desvendá-los irá requerer o seu entendimento numa

¹ A expressão "subalternos" é utilizada por Gramsci designando a camada da sociedade menos favorecida no que diz respeito à qualidade de vida, que envolve a ausência e a carência de infra-estrutura, emprego, acesso a educação e a saúde.

lógica de conflitos e correlação de forças, ontologicamente desenvolvido na sociedade civil. Mas afinal, o que ela representa? Como é composta? Qual a sua importância no desenvolvimento social? Um fato se efetiva como resposta plena a estas indagações – o poder – em seu sentido amplo de hegemonia, de iniciativa e ação, elemento presente, que se configura importante por permitir o controle, a dominação e, também, a resistência.

Momento este poder é exercido de forma coletiva, por grupos e não individualmente. O movimento que leva ao exercício do poder se faz a partir da consolidação da hegemonia, que aqui, como em outras, categorias e conceitos, serão tratados na visão gramsciana.

A forma como se articulam os grupos hegemônicos de poder é fruto do envolvimento e estabelecimento no cerne da chamada *sociedade civil*. Conceito amplo, de interpretações distintas com fortes conotações, tanto econômica, política e ideológica. A vinculação, entre o Estado, a sociedade política, o mercado e o processo de hegemonia, determinará, de certa forma, o tipo de sociedade civil que se estabelece. Cabe indagarmos: Qual o tipo de sociedade civil tem no Brasil? Sua caracterização constitui-se num elemento fundamental para as interpretações de várias ordens no contexto de nossa pesquisa.

A interpretação da sociedade civil no contexto brasileiro é revelador, pois nos dá oportunidade de identificar uma série de partícipes em sua consolidação. Diferentes atores apresentam-se nesta composição. Com papéis bem definidos, logram sua participação em diferentes funções, de coadjuvantes, intermediários a atores principais. Neste espectro, destacam-se alguns, como: o Estado, a camada subalterna, os aparelhos privados e os públicos de hegemonia, os partidos políticos e a classe dominante.

Estas categorias que compõem a sociedade civil foram estudadas por Antonio Gramsci² e servem de base teórica no desenvolvimento deste trabalho, pois seus pressupostos estão plenamente atualizados, além de nos remeter a uma forma de pensar a sociedade, através de um parâmetro dialético dinâmico, o que nos possibilita identificar formas de luta para se atingir uma sociedade civil mais igualitária que oportunize à todos um projeto de cidadania efetivamente integrador, com possibilidades de crescimento coletivo, preservando as individualidades.

² Antonio Gramsci – 1891-1937. Um dos pensadores marxista mais criativo do século XX. Preso durante 10 anos por Mussolini. Sua obra filosófica e política transformam-se num pensamento vivo do marxismo, em ciência da sociedade e em instrumento para a sua transformação.

Gramsci sinaliza essas possibilidades, orientando a capacidade de integração, o poder da organização e o sentido da transformação. Utopia? Alguns podem achar que sim. Necessidade? Alguns podem achar que talvez. Realidade? Trabalhamos no sentido de entendê-la para uma perspectiva de mudança.

A partir dessa base teórica, passamos a compreender melhor o papel desempenhado por alguns elementos que compõem a sociedade civil, podendo assim, perceber melhor as suas ações. Ação dos sujeitos, sua posição e condição, a ação e sua projeção tornam-se conceitos importantes a serem interpretados, pois iluminam as possibilidades de entender os movimentos visíveis e invisíveis da própria ação política sobre o espaço, promovendo sua transformação e consolidando territorialmente os grupos hegemônicos de poder.

No Capítulo 1, passamos a identificar e interpretar as ações que envolvem os Aparelhos Privados de Hegemonia, suas interações com o Estado, a Sociedade Civil e o Espaço. Em primeiro, uma reflexão sobre o conceito de Estado Ampliado, que corresponde ao produto da incorporação da hegemonia e de seus aparelhos ao Estado, sendo estes equivalentes à sociedade civil. Quanto à expressão “Sociedade Civil”, de difícil conceituação, analisamos as possibilidades das diferentes interpretações que demandam significados e formas variadas.

Ainda neste capítulo, demos destaque para questão referente à hegemonia, especialmente em relação às forças que lutam, no seio da sociedade, na sua busca, pois, segundo Gramsci, o componente essencial da hegemonia é justamente a sociedade civil.

Destaque é dado também, para a produção dos Aparelhos Privados de Hegemonia, envolvendo não só a sua composição, mas também, os seus interesses e o reconhecimento do estabelecimento de suas estratégias, em especial, na construção do poder político hegemônico. Ao identificarmos esses aparelhos, que segundo Gramsci, são organismos sociais coletivos e voluntários com relativa autonomia, reconhece sua importância e centramos nossas interpretações nos mecanismos de sustentação que estes, irão dar as práticas espaciais do poder.

As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo delineiam o fechamento desse capítulo. Assim, recorremos a Henri Lefebvre, para que, a partir de seus pressupostos teóricos, sobre a produção do espaço e a re-produção das relações sociais contribua para a ampliação das interpretações sobre a (re)produção espacial promovida pelos grupos de poder político em São Gonçalo.

A aproximação entre Gramsci e Lefebvre torna-se um desafio metodológico, pois, configura-se numa possibilidade, em função de pontos de convergência que iremos estabelecer agora: Ambos são marxistas; usam o método dialético; suas teses ou hipóteses são desenvolvidas tomando como base um movimento, um processo dinâmico que remete a ação; suas interpretações são ricas de significados e possibilidades investigativas.

O ponto de chegada, a partir dessas convergências, traduz-se em nossa pesquisa, quando destacamos o papel do espaço, não apenas como palco, mas sim, o espaço como projeção de interesses políticos. Ao destacar o papel do espaço na (re)produção do poder político hegemonic, devemos levar em consideração a forma como esse espaço se expressa, manifesta-se num campo de possibilidades a serem usadas pelo poder no contexto da sociedade civil a procura de sua hegemonia.

Em nosso estudo foi imprescindível o uso teórico de outros conceitos além dos já mencionados, como *sujeito, posição e condição* de Pierre Bourdieu, *interesse, projeto, práxis* de Cornélius Castoriadis.

Já no capítulo 2 com o título - Transformação sócio-político e espacial em São Gonçalo - traçam-se, inicialmente, um breve relato das transformações político-administrativas neste município, contendo o significado político, social e econômico a cada momento, nestes últimos cem anos aproximadamente. Para ratificar essas transformações, o capítulo contém ainda, dados referentes à situação do município em relação à economia, a infra-estrutura, os aspectos sociais de uma forma geral, ou seja, a sua posição quanto à qualidade, frente aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro e em especial frente aos municípios da região metropolitana.

A interpretação das ações promovidas pelos grupos hegemonicos de poder político e todo o seu rol de articulações e coligações ganha espaço mais visível, a partir do capítulo 3, onde utilizaremos a escala local, a partir de bairros, para analisar o uso de estratégias por alguns Aparelhos de Hegemonia, especialmente as ações de vereadores, suas articulações e coligações, na tentativa manter um quadro de perpetuação ou de mudanças em relação aos grupos de poder político.

Seus efeitos são particularmente instigantes, pois provocam o choque de interesses, tanto dos grupos consolidados de poder, quanto da própria população, muita das vezes, mera espectadora e coadjuvante das ações transformadoras no espaço.

O desempenho dos principais grupos políticos na campanha eleitoral das últimas eleições municipais (2008) nos permitiu identificar as suas formas de ação. A tentativa de vinculação desses candidatos aos Grandes Projetos do Governo Federal para o município mereceu destaque.

O capítulo 4 corresponde à interação da ação dos aparelhos privados de hegemonia em consonância com as práticas de poder político na (re)produção espacial. Identificamos alguns projetos, especialmente o que denominamos de Grandes Projetos (Programa de Aceleração do Crescimento, Programa de Arrendamento Residencial, Linha 3 do Metrô, os Estaleiros) que foram estabelecidos, tanto pelo governo federal quanto pelo estadual que propiciam diferentes interpretações, em especial quando materializam transformações no espaço.

Neste capítulo será possível identificar a ação dos Aparelhos Públicos e Privados de Hegemonia em luta constante pela consolidação da hegemonia na sociedade civil. Será possível também perceber as habilidades e competências dos grupos políticos indo “em direção” aos seus interesses. Permite observarmos a dinâmica de mobilização, promovida por instituições que representam o segmento empresarial.

Esses aparelhos passam a se transformar em elementos chave na promoção das transformações espaciais na sociedade, porém, faz-se necessário interpretar o sistema de trocas estabelecidas em diferentes escalas por esses grupos. Assim sendo, por necessidade, ampliam a política, seguindo lógicas de interferência e normas de atuação que denotam organização e ações.

O espaço gonçalense está sofrendo intervenções de várias ordens, abrindo possibilidades para várias interpretações e análises.

Capítulo 1 – Sujeitos da Ação Política

Sobre a expressão “sujeito”, recaí definições gerais em sentido lógico, metafísico ou teórico de conhecimento, porém, em todos; o sentido de envolvimento com o outro, o que antagoniza, o que não é, se faz presente, numa espécie de “alma gêmea”, “sombra” daquele que se denomina “eu”. Vejamos.

Em relação à lógica: O termo sujeito se afirma ou nega algo numa proposição (oposto a predicado). Já em *metafísica* a expressão sujeito é sinônima de “substância”; ser real, suporte dos atributos ou acidentes. Na *teoria do conhecimento* o sujeito toma as dimensões de espírito cognoscente (por oposição ao objeto conhecido).

Alguns filósofos ao definirem os aspectos relevantes sobre o *Sujeito* sinalizam as apropriações de uso de tal expressão. O que nos permite estabelecer interpretações inserindo-o no contexto coletivo, como no caso da sociedade civil, mas que por essência, apresenta um caráter individual, que, denotam particularidades e singularidades. O *Sujeito* pode ser tratado como “algo” fora do próprio “eu”, porém, na soma de todas as coisas, ele alcança uma posição de inserção no cenário de representação do coletivo, com papel de destaque na consolidação e na construção da sociedade civil.

Em Aristóteles “O sujeito é aquilo de que todo o resto se afirma e que não é, ele mesmo, afirmado de outra coisa.” (Aristóteles in Metafísica, t.1, liv. Dzeta,

§ 3, p352,Vrin.), esta é a visão que se tem de que o sujeito é o outro, é outra coisa, fora do próprio ser. Em Hegel “O Sujeito é visto como o aspecto da singularidade ou particularidade”. (*Propedêutica Filosófica*, “Lógica”, 96, p.132, Éditions de Minuit.). Apresenta sim, a sua individualidade, porém não está fora de um mundo mais amplo, coletivo, integrador e de interação. É peça fundamental na consolidação do fazer dinâmico de uma sociedade.

Em Schopenhauer “O que conhece todo o resto, sem ser ele mesmo conhecido, é o sujeito. O sujeito é, por conseguinte, o substrato do mundo, a condição invariável, sempre subentendida em todo fenômeno, em todo objeto; pois tudo o que existe, existe para o sujeito”. (*O Mundo como Vontade e como Representação*, t.1, liv.§2, p.5, Alcan.).

Tomemos essa definição para interpretarmos a vinculação do sujeito, no contexto da sociedade civil, onde, este, torna-se a expressão do ser em contradição e em ação. Na afirmativa: *Tudo que existe, existe para o sujeito*, a margem de interpretação, sugere a centralidade ao sujeito, de forma ampla, mesmo numa sociedade contraditória, com múltiplos interesses e objetivos diversos. Sem este não há sociedade? Não esqueçamos dos conflitos e lutas pelo poder no seio da sociedade civil, nos interesses, nos projetos e objetivos em plenitude. Assim, sem dúvida tudo que existe, existe para o sujeito, com o sujeito e pelo sujeito, já que este é parte integrante da sociedade e a faz acontecer.

Neste capítulo, as interpretações que se seguem, sinalizam, em parte, a importância dos sujeitos na consolidação do poder político hegemonic na sociedade em uma parcela, ou seja, numa escala municipal, que na realidade, faz parte de uma escala mais ampla.

Tais esferas de poder, consolidadas por interesses econômicos, políticos e sociais, acabam por envolver numa trama de ligações, coligações e articulações envolvendo diferentes sujeitos, de realidades tão díspares, distantes sob vários pontos, porém estabelecidos sob um mesmo espaço, que se transforma, ou mesmo se consolida em função de tais articulações políticas.

O espaço opera no sentido de servir de “liga” para tais relações, pois, se os sujeitos não desenvolverem os mesmos interesses dos elementos que compõem os grupos de poder político hegemonic, é justamente no partilhamento desse espaço, que são levados a fazer o papel duplo de produzidos e produtores.

Produzidos, pois, apesar de participarem na consolidação de seus interesses, acabam servindo aos interesses de grupos políticos econômicos, são levados a participar dos interesses de tais grupos. Isso ocorre através do uso de mecanismos de pressão e cooptação, num envolvimento político que demanda articulações e coligações que muito das vezes não denotam as reais intenções dos grupos hegemônicos.

As reais intenções apresentam uma invisibilidade, que segundo BOURDIEU (2000, p.48) “é premente, fruto de mecanismos ocultos, baseados na existência de relações objetivas entre os indivíduos e ou instituições, numa espécie de força insuperável, inevitável, que mantém as hierarquias, as distâncias, os afastamentos”, restando aos envolvidos, a difícil missão de não poder ficar de fora da consolidação da hegemonia de tais grupos, sob a ameaça da quebra dos seus interesses.

Segue-se o papel de “produzido”. O Sujeito pertence a uma sociedade na qual é um agente em busca de sua hegemonia, mas que, em muito dos casos, é envolvido a participar da hegemonia de outro, uma espécie de cotejar entre substâncias distintas, como afirma (ELIAS,1994) quando analisa a relação entre Indivíduo x Sociedade, essências puras e indissociáveis, entes em oposição e em fusão, o que é característico dessa relação com cumplicidade.

Afirma ainda, que a sociedade produz o indivíduo e que este, molda-se em contínua ação com outros indivíduos, o que, assim sendo, influencia, em última instância a própria forma dinâmica da sociedade. Ora, os indivíduos integram e são constituintes da sociedade, adequando-se, relacionando-se uns com os outros, mesmo em franco conflito de interesses em cada momento histórico. Porém, com ritmos próprios e formas próprias de inter-relação entre si e a sociedade, tornam-se produtores e produzidos.

Como produtor, sua ação na sociedade é ampla, marcada por diferenças, contrastes e representações, sinalizadas por uma participação em práticas individuais e coletivas, que de certa forma, pode ser considerada “livre” ao estabelecer o uso de diferentes estratégias de ação.

Cabe lembrar que esse movimento torna-se um campo de luta que compete e compromete a todos e a cada um dos sujeitos sociais e políticos. Desenvolve-se no dia-a-dia, *no, pelo e com* o espaço. Numa verdadeira “batalha” cotidiana e contínua, enriquecendo a análise crítica, alimentando a capacidade de interpretações sobre as ações, estabelecendo um potencial transformador que supera previsões, reconhecimentos e projetos.

Entender esta afirmativa, o sentido das ações hegemônicas, que se lançam pelo espaço com vistas à produção de projetos articulados política e economicamente, na concretização e manutenção do poder. Para tal, ultrapassam dicotomias e antagonismos, tendo em mente a perpetuação de seus projetos.

Neste sentido, se estabelece parcerias, articulações e coligações, muitas das vezes inimagináveis, pelo menos, ao primeiro olhar. Porém, ricas em sentidos e redefinições, ampliam participações e envolvem um conjunto de ações contíguas com normas regulares superadas pelo sentido do sucesso a qualquer preço, ou melhor, da concretização de objetivos a qualquer preço.

Ao estabelecermos as bases teóricas que irão auxiliar na interpretação da ação dos sujeitos pela sociedade, tendo o espaço como mediador. Pretendemos gerar um campo de reflexão que envolva um melhor entendimento das interações que ocorrem entre os sujeitos, sua condição e posição numa sociedade contraditória, rica em embates estabelecidos por interesses políticos, num amplo uso de estratégias e práticas (práxis), que sinalizam ações de caráter individual (pessoas físicas) ou coletivo (pessoas jurídicas) em marcha, estabelecidas através da luta pelo poder hegemônico, seja econômico ou político, ou os dois.

Para tal, recorremos às reflexões feitas por Gramsci, Bourdieu e Castoriadis.

1.1 - Estado e Sociedade Civil. Sujeitos em Ação

A partir das reflexões de Antonio Gramsci, especialmente no que concerne aos conceitos de Estado Ampliado, Sociedade Civil, Hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia, procuramos estabelecer uma aproximação teórica com a participação dos sujeitos na concretização de seus interesses denotando formas de ações de sentido múltiplo, onde não será possível ficar de fora em análise o poder de ação do Estado, em se tratando da forma como foi pensado por Gramsci, ou seja, a forma de Estado ampliado, consistindo sobremaneira na própria sociedade civil.

Nosso objetivo é o de fazer uma análise interpretativa das ações dos aparelhos privados de hegemonia, que de certa forma, dão sustentação à manutenção dos grupos de poder estabelecidos no bojo da sociedade civil. Sua

composição, sua forma de ação, sinaliza um movimento que representa os projetos, ações e intenções de um dos segmentos que se constitui em uma das forças em luta pela hegemonia no seio sociedade civil, o próprio Estado.

A complexidade das tramas que suscitam no desenvolvimento processual de uma sociedade torna-se emblemática no que concerne às lutas internas, nas mobilizações, nas articulações e coligações promovidas pelos diferentes grupos à procura de sua hegemonia, transformando-se em material fértil de análises, especialmente por contribuírem para o melhor entendimento das transformações espaciais.

O Estado constitui-se em elemento básico de análise, especialmente quando se sabe que suas ações são reflexas de uma política maior, ou seja, estabelece-se e age referenciando os aspectos da ideologia, da economia e dos múltiplos grupos que compõem em suas ações.

1.1.1 - Reflexão sobre o Estado Ampliado

O conceito de *Estado Ampliado*, referenciado por Gramsci corresponde ao produto da incorporação da hegemonia e de seus aparelhos ao Estado, sendo estes equivalentes à sociedade civil. Desse modo, implica em captar a sociedade civil numa dupla rede: a) aquela relativa às condições materiais de existência ao sistema privado de produção e b) aquela relativa aos aparelhos ideológico-culturais de hegemonia, o aspecto educador do Estado.

No sentido do *Estado Ampliado*, MENDONÇA (2005) analisa que nesse conceito para Gramsci, qualquer Estado desenvolve, paralelamente ao funcionamento da coerção, o funcionamento ao nível da ideologia e da economia. O aprofundamento dos laços entre a força e o aparelho de produção passa pelo campo das *superestruturas*³. Ao lado do Estado em sentido estrito, Gramsci coloca o Estado em sentido amplo: a que chama de integral. O Estado integral pressupõe a tomada de consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, a maneira como ela pode realizar sua hegemonia, ainda que ao preço de equilíbrios de compromisso. O Estado integral implica num desenvolvimento rico, articulado, das

³ Por superestrutura entende-se como o complexo das ideologias religiosas, filosóficas, jurídicas e políticas de determinada classe social, dominante numa sociedade.

superestruturas, que exclui a possibilidade de sua redução somente ao governo/força.

*"o Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o **consenso ativo dos governados**."*

E aí intervém uma diferença essencial no pensamento de Gramsci: aquela entre dominação e direção. Onde, para ser dominante, uma classe deve primeiro, ser dirigente, ou seu poder será precário e ilegítimo.

Ao superar a dicotomia entre infra-estrutura e superestrutura, a autora nos alerta que Gramsci abre margem para a noção de *bloco histórico*, que é entendido por muitos especialistas como o mesmo de *totalidade social* (Gruppi, Sereni, Portelli,etc.). Mas não são a mesma coisa. O que faz a diferença entre ambos é, talvez, um dos mais importantes conceitos desenvolvidos por ele: o de *correlação de forças*, ou seja, as condições objetivas que tornam possível o bloco histórico. É na totalidade social que se mede a correlação de forças, sem apagar o lugar do Estado no funcionamento de um bloco histórico no poder.

A *correlação de forças*, por sua vez, pode dar-se em três níveis:

- a) econômico – fase ainda corporativa de organização de interesses;
- b) político – onde a noção de organização política é a chave, a complexificação da sociedade civil, ou seja, o grau de homogeneidade, autoconsciência, e, sobretudo organização dos distintos grupos sociais;
- c) militar – ofensiva armada propriamente dita.

A correlação de forças, por sua vez, é vista por Gramsci sempre como equilíbrio instável entre os grupos em luta. Continua a autora, tal conceito é importante, não apenas como instrumento de análise/intervenção junto à luta política, mas também por permitir uma conceituação do que seja a própria crise, em particular, a crise de hegemonia. Onde, para Gramsci, uma crise econômica "só se torna uma crise orgânica, de hegemonia, se atingir o Estado em seu conjunto". O que Gramsci acrescenta de novo ao conceito leninista de crise revolucionária é, precisamente, a ampliação do Estado, que para ele desemboca na *crise orgânica* ou *crise de hegemonia*.

Desta forma, atinge-se algo bem mais amplo, atinge-se a própria direção de classe sobre o conjunto da sociedade, a partir das superestruturas, ficando

claro que o aparelho de Estado não se resume apenas ao aspecto institucional, mas também inclui todos os canais de organização do consenso, mormente o que autor considera partidos.

Consideramos que esta passagem transcrita acima, constitui-se em um elemento conceitual chave no desenvolvimento da pesquisa, pois ao identificarmos o sentido amplo do Estado desmistifica-se a idéia apenas do governo/força, amplia-se assim, a necessidade de se questionar sua função e inserção social. Inseri-lo na totalidade social requererá destacar o seu papel na complexidade da sociedade e, acima de tudo, o seu direcionamento aos compromissos estabelecidos frente à incorporação dos demais aparelhos hegemônicos que irão contribuir na consolidação da própria sociedade civil.

Segundo COUTINHO (2003), Gramsci fornece talvez o melhor resumo de sua concepção ampliada do Estado: "Eu amplio muito – diz ele – a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia em um dado momento); e não como equilíbrio em sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.)".

Assim, continua o autor, o Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: *a sociedade política* (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e *a sociedade civil*, que é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.

Esclarecendo melhor o conceito de Estado na concepção gramsciana, o autor afirma que enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são os "aparelhos

privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.

Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito.

Em outras palavras: a necessidade de conquistar o consenso ativo organizado como base para dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção.

Podemos perceber a confluência entre o pensamento de Marx e de Gramsci no que diz respeito na base da produção teórica, especialmente neste caso onde, para Marx, não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador material. Como cita COUTINHO a partir dos escritos de Rubin:

"em Marx, não há valor-de-troca sem valor-de-uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais, etc.; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política ideológica sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social."

Aqui observamos que o conceito de aparelhos privados e públicos de hegemonia passa a se transformar também em elemento chave para o desenvolvimento da pesquisa, pois nos remete a compreensão das ações de grupos que se articulam e muitas das vezes coligam-se no sentido de promoverem os seus interesses, mediante projetos estabelecidos no cerne da sociedade civil, procurando construir sua hegemonia.

A teia de articulações e coligações desenvolvidas pelo Estado engendra os alicerces de um modelo de sociedade civil em que vivemos, ou seja, aquela baseada no consenso ativo dos governados. Resta identificar os aparelhos

privados de hegemonia que ao se estabelecerem, dão sustentação à sociedade civil. Quais são? Como agem? O que materializam?

Para responder tais perguntas faz-se necessário interpretarmos o conceito de sociedade civil sob a ótica gramsciana, destacando os elementos que a compõe, bem como, a sua importância no que se refere ao entendimento da sua dinâmica.

1.1.2 - A difícil conceituação de Sociedade Civil.

Existem, na realidade, diferentes formas de interpretação referente ao conceito de sociedade civil na visão gramsciana no que concerne à estratégia de poder e de hegemonia. Para entendermos melhor estas visões, utilizaremos a sistematização de idéias sobre sociedade civil estabelecidas por NOGUEIRA (2003,pp 223-25) que preconiza:

A sociedade civil gramsciana será chamada de *democrático-radical*, onde, a política comanda; luta social e luta institucional caminham juntas, articulando-se a partir de uma estratégia de poder e hegemonia. Estabelece-se a seguinte fórmula para caracterizar a presença do Estado, a Sociedade civil e a Sociedade Política, ou seja: SP + SC = Estado. Quer dizer, "na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia couraçada de coerção)".

A sociedade civil era entendida por Gramsci "no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado". Justamente por isso, trata-se de um espaço dedicado a promover a articulação e a unificação de interesses, a politizar as ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrentiais.

Seus personagens típicos são atores do campo estatal em sentido amplo, que se dedicam a organizar hegemonias e a conquistar o Estado. Em decorrência, o Estado que corresponde a esta sociedade civil é um Estado que se poderia chamar de máximo: um Estado social radicalizado, democrático e participativo, que se põe como dínamo da vida coletiva e parâmetro geral dos diversos interesses sociais, balizando-os, de algum modo compondo-os, sobretudo, liberando-os para uma afirmação plena e não-predatória.

Nessa concepção, portanto, a sociedade civil aparece como um espaço onde são construídos projetos globais de sociedade onde, articulam-se capacidades de direção ético-política, disputa-se o poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas.

Esta idéia de sociedade civil não é hoje hegemônica. Ela não é capaz de dirigir.

As demais idéias se contrapõem e devem ser analisadas cuidadosamente. São elas: *Sociedade civil liberal* – O mercado comanda: a luta social se faz em termos competitivos e radicalmente privados, sem maiores interferências públicas ou estatais. Sua expressão poderia estar numa fórmula contraposta à de Gramsci: SC + Mercado? Estado, ou seja, o Estado se mostra como o outro lado tanto do mercado e da sociedade civil quanto de eventuais alianças ou combinações entre a sociedade civil e o mercado.

Nesta idéia de sociedade civil, não há lugar para a questão da hegemonia. Nela, não se trata de saber se algum ator pode ou não prevalecer sobre toda a sociedade, mas sim como os atores atuam para obter vantagens ou extrair maiores dividendos para si. Trata-se de um espaço dedicado a promover uma espécie de “saque” aos fundos públicos ou privados com vista à maximização dos interesses particulares, corporativos. Seus personagens típicos são atores que se organizam ou de modo restrito, egoístico, ou de modo desinstitucionalizado (por exemplo, no plano do voluntariado ou do assistencialismo tradicional). Não há ações visando à conquista do Estado, mas ações contra o Estado. Em suma, é um estado mínimo: um estado reduzido às funções de guarda da lei e da segurança, mais liberal e representativo que democrático e participativo.

Nessa concepção, a sociedade civil aparece como um espaço fora do Estado e contraposto a ele, no qual se busca compatibilizar a lógica das burocracias públicas e do mercado com a lógica do associativismo sociocultural. Um espaço a partir do qual se pode ferir e hostilizar governos, mas de onde não se estruturam governos alternativos ou movimentos de recomposição social. Neste espaço, pode existir oposição, mas não contestação.

A terceira idéia corresponde a *Sociedade Civil Social* – Nela, a política está presente e tem lugar de destaque, mas nem sempre comanda: a luta social muitas vezes exclui a luta institucional e com ela se choça, impossibilitando ou dificultando o delineamento e a viabilização de estratégias de poder e hegemonia. Sua expressão poderia estar na fórmula: *SC-SP? Estado e? Mercado,*

ou SC-SP= nem Estado, nem Mercado, quer dizer, a sociedade civil se põe como um campo alternativo a todos os demais âmbitos. Recusa-se a se deixar “diluir” no institucional (entendido, sobretudo como sistema político e partidário). Seu lema poderia ser tomado de empréstimo do slogan “de costas para o Estado, longe do Parlamento”.

Nesta sociedade civil há lugar para a questão da hegemonia, mas ela está imperfeitamente disposta. É que os interesses, aqui, se mostram refratários demais a articulações superiores à quebra de atitudes corporativas: sua maior virtude é a autonomia. Seus personagens típicos são atores que operam na fronteira entre o Estado e o mercado: os novos movimentos sociais, fortemente concentrados na vocalização de metas não “materiais” (étnicas, religiosas, culturais, de gênero). Age-se, aqui, para usar o Estado tendo em vista a reforma social. À orientação supra-institucional soma-se uma orientação tendencialmente supranacional. Operando em rede e por intermédio do que se está convencionando chamar de cibermilitância, os movimentos sociais estariam ativando a plena constituição de uma sociedade civil mundial.

O Estado, que corresponde a esta sociedade civil é um Estado que se pode chamar de cosmopolita: um Estado territorialmente desenraizado e categoricamente voltado para a proteção dos direitos de cidadania-concebidos como viabilizados num terreno supranacional -, mas também capacitado para impor limites e restrições ao mercado.

Tal modalidade de sociedade civil estaria composta por movimentos que se auto-organizam e se autolimitam e que poderiam, acredita-se, disciplinar as instituições mais sistêmicas, como o Estado e o mercado. Seria uma espécie de “terceiro reino”, paralelo à esfera política e à esfera econômica: dispondendo-se como um sistema independente e que se auto-referencia, a sociedade civil poderia moderar os excessos do Estado e do mercado e estabelecer-se como um campo onde a composição social se recriaria.

Impregnada da função de intermediar o sistema político e os grupos sociais, a sociedade civil criaria condições para que se formasse uma “vontade pública” dotada da capacidade de se institucionalizar nos corpos parlamentares e nos tribunais, para falar num tom não muito distante do léxico de Habermas.

Segue o autor - não é por outro motivo que esta idéia de sociedade civil abre-se bastante para os temas da comunicação intersubjetiva, dos vínculos culturais espontâneos, da “desobediência civil”, do movimentismo e do ativismo ético.

No fundo, a sociedade civil social exclui os interesses e as classes: supõe-se como uma espécie de universal abstrato, acessível apenas aos bons valores, aos atores “eticamente superiores”, aos representantes da “vontade geral”. Os interesses, em sua materialidade bruta e suja, estariam fora dela: no político, nos governos, no Estado. Por este caminho, a sociedade civil social se despoja do político e se separa do Estado. Há política nela, com certeza, mas se trata de uma política convertida em ética, que não se põe como poder, dominação, hegemonia, Estado: uma política, portanto, com poucas chances de se efetivar.

Tal idéia de sociedade civil sustenta-se, assim, sobre uma concepção dicotômica: nela estaria o universalismo, a ética, o diálogo, ao passo que no político estariam o particularismo, a força, a corrupção. Sua teoria trabalha com um *constructo* formal – um modelo – carregado de preferências valorativas, a partir das quais se julgam a integridade moral e a estrutura política dos atores, que são incluídos ou excluídos arbitriariamente do terreno civil.

A sociedade civil aparece como um espaço situado além da sociedade política, do Estado e do mercado. Um espaço de onde se busca extrair, dos governos, elementos para cercear o mercado e liberar energias societais autônomas. Nele, age-se para contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou fundar novos Estados.

O autor argumenta que estas três modalidades de sociedade civil, no mundo contemporâneo, se interpenetram, sobretudo no que tange a ação prática. A sociedade civil, por um lado, abrange os grupos em harmonia ou conflito, denotando empiricamente contingência.

A sociedade civil cria grupos que pressionam em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil consiste primordialmente na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania é realizada em seu âmbito por meio dos interesses dos grupos sociais, embora - cabe a ressalva - a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.

Como sinalizou anteriormente COUTINHO (2003), o conceito de sociedade civil é formado precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as

Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura.

1.1.3 - Aparelhos Privados de Hegemonia: procura da hegemonia na sociedade civil.

Segundo Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia são organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. São portadores materiais de uma visão de mundo em disputa, em luta pela hegemonia.

O uso dos aparelhos privados advém da necessidade de conquistar o consenso ativo organizado como base para dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da política – instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidades próprias) das relações sociais de hegemonia.

Essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia assumida agora pela figura social da hegemonia (mediação entre a estrutura econômica e Estado - Coerção), onde podemos compreender que a expressão hegemonia na interpretação de Gramsci se antepõe à idéia de dominação. Para ele, o conceito de hegemonia remete à idéia de direção, sendo vista como um complexo sistema de relações e mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção.

Sua concepção distingue-se radicalmente das interpretações de autores que consideravam a expressão *Hegemonia* dentro de uma idéia de uma ditadura de partido, portanto polêmica política. Segundo (Acanda,2006), hegemonia é ao mesmo tempo, direção ideológica-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. Os grupos sociais adquirem legitimidade nas interpretações promovidas por Gramsci. Uma classe ou grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social porque não apenas é capaz de impor esse domínio, mas também de fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo.

Para esse autor cubano, a classe dominante apresenta uma grande capacidade de obter e manter o seu poder sobre a sociedade, pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas principalmente pela capacidade de produzir e organizar o consenso, a direção política, intelectual e moral dessa sociedade.

Assim, o componente essencial da hegemonia é justamente a sociedade civil. O espaço no qual se produzem e se difundem as representações ideológicas é a sociedade civil. Família, Igrejas, escolas, sindicatos, partidos etc. são elementos de um espaço cuja denominação como sociedade civil não indica seu alheamento em relação às lutas políticas pelo poder, mas um campo específico de aprofundamento da hegemonia de uma classe. No bojo da sociedade civil moderna, cada um dos atores, representantes de uma ou outra classe, na procura da construção de sua hegemonia, usa a diferença, as necessidades sociais e a subjetividade humana a seu favor.

No capitalismo, a burguesia se vê obrigada a buscar e a organizar o consenso – ainda que passivo – dos dominados. E consegue através da organização, por sua capacidade de disseminar normas políticas, culturais e sociais através das instituições “privadas” da sociedade civil. Segundo Gramsci, o Estado é a combinação, em proporções variáveis, de momentos de consenso e momentos de força.

Sobre a teoria da hegemonia, continua o autor, dois momentos de destaque elucidam o envolvimento entre a sociedade civil e a hegemonia:

- 1) *Unidade-distinção* – Envolve a relação entre a sociedade política e a sociedade civil. Não é possível estabelecer uma diferenciação rígida e abstrata dos elementos que configuram cada um desses momentos. Uma instituição pode ao mesmo tempo pertencer à sociedade política e a sociedade civil, ou estar num momento concreto em uma e outro momento em outra. Ex: Partido político.
- 2) *Sociedade Civil x Sociedade Civil* – Aceitação x Disenso e transgressão. Uma parte é favorável à hegemonia de classe no poder e outra não. Não é só sociedade Civil x Estado, mas também Sociedade civil x Sociedade civil.

A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim cooptá-las para o seu projeto global de construção da trama social – Isso Gramsci chama de hegemonia.

Temos que ter entendimento das contradições internas da Sociedade civil e de sua relação com o Estado.

1.1.4 – A produção dos Aparelhos Privados na construção do Poder político hegemônico.

No estabelecimento dos componentes que estruturam os alicerces de uma sociedade civil plena pode-se observar que essa plenitude envolve, nada mais do que um processo, cunhado na capacidade de organização e poder de diferentes grupos estabelecidos historicamente. A interpenetração dos conceitos gramscianos, nos leva a reconhecer a importância de cada aspecto teórico na materialização de construção prática de uma sociedade.

Neste universo de imbricações e implicações faz-se necessário ampliar o olhar sobre os aparelhos privados e públicos de hegemonia, pois eles irão dar sustentação às práticas espaciais do poder. Sua identificação se justifica pela diversidade e complexidade, não só como aparelhos de ação direta e efetiva, no que diz respeito à promoção e regulação de normas, mas também, como seguidores dessas normas estabelecidas com amplos poderes de ação.

Estes aparelhos públicos ou privados são usados por diferentes grupos com objetivo de contribuir na consolidação ou manutenção do seu poder pelo espaço. A ação que caracteriza tais grupos só se tornará viável, a partir da interpretação de um sistema de trocas estabelecido entre os grupos de poder político e suas bases em diferentes níveis e escalas.

O caráter de persuasão de forma permanente, peculiar nos aparelhos em questão, sinaliza a sua capacidade de conciliar interesse de ordem pública e/ou privada. Os principais representantes, desta categoria (aparelhos privados e públicos de hegemonia) foram identificados em nosso campo de estudo, referentes à atuação sobre o espaço gonçalense: Partidos Políticos, organizações não-governamentais (nacionais e internacionais), centros comunitários, igrejas e templos de diferentes religiões, associações de moradores, conselhos comunitários, clubes, escolas de samba, rotary club, instituições públicas, unibairro⁴, estabelecimentos de ensino (colégios, universidades).

Gramsci considera os aparelhos privados de hegemonia, como sendo aqueles portadores materiais da visão do mundo em disputa, em luta pela hegemonia que agregam novos “aparelhos hegemônicos” que são gerados pela luta das massas (como sindicatos, os partidos, os jornais de opinião, etc.), como também ,os velhos “aparelhos ideológicos de Estado”, herdados pelo capitalismo,

⁴ Instituição que agrupa as associações de moradores, tanto de bairros, quanto de ruas em São Gonçalo-RJ.

tornam-se algo “privado”, passando a fazer parte da sociedade civil em seu sentido moderno (é o caso das Igrejas e, até mesmo, do sistema escolar).

Tais aparelhos constituem em elementos chave na promoção das transformações espaciais na sociedade, pois seguem lógicas de interferência e normas de atuação, que denotam organização e consequentemente ações. Para melhor interpretarmos suas atuações e os seus interesses, os classificamos em três diferentes níveis, a saber:

Nível 1 – *Instituições Governamentais (municipais, estaduais e federais)*. Detêm o poder de ação efetiva na regulação de normas e ações diretas sobre o espaço.

Nível 2 – *Instituições Constitucionais de caráter público e privado*.

Estabelecidas e garantidas pela constituição com amplos poderes de ação por serem de utilidade pública.

Nível 3 – *Instituições de caráter Privado*. Seguem normas de ações privadas seguindo regras estabelecidas pelo poder público.

Sabemos que os grupos hegemônicos de poder, em seus interesses e objetivos, de mudanças ou mesmo de manutenção de seu poder, exercem e sofrem influência desses ‘aparelhos’, mantendo relações de troca, de conivência e de interação, o que desperta a necessidade de investigação mais detalhada do movimento dinâmico que o caracteriza. Não podemos esquecer que esses ‘aparelhos’ dão sustentação aos grupos de poder hegemônico.

Segundo Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia são organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Reafirmamos sua postura e papel desempenhado na sociedade civil como portadores materiais de uma visão de mundo em disputa, em luta pela hegemonia.

O uso dos aparelhos privados advém da necessidade de conquistar o consenso ativo organizado como base para dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da política – instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidades próprias) das relações sociais de hegemonia.

Essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia assumida agora pela figura social da hegemonia (mediação entre a estrutura econômica e Estado-Coerção), onde podemos compreender que a

expressão hegemonia na interpretação de Gramsci se antepõe à idéia de dominação. Para ele, o conceito de hegemonia remete à idéia de direção, sendo vista como um complexo sistema de relações e mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção.

A partir da classificação acima é possível à identificação de cada “aparelho privado e público de hegemonia” estabelecido pelos diferentes níveis expostos, na perspectiva de facilitar a investigação de suas ações sobre o cenário que consolida a construção e produção do espaço. No caso do município de São Gonçalo, foco de nossa pesquisa, a consolidação dos grupos de poder e suas formas de ação estão intimamente ligados a uma política local, de caráter conservador (populista, clientelista e assistencialista), com algumas pinceladas de modernidade.

A interpretação do movimento (visível e invisível) dos grupos de poder sobre o espaço gonçalense, torna-se necessário, pois ajuda a desvendar as práticas espaciais estabelecidas por estes grupos hegemônicos. Como agem? O que promovem? Quais as consequências geradas?

Desvendar tais indagações necessita de reflexão metodológica que atenda a investigação, privilegiando o visível, o dito, o claro, o evidente explicitado, o imediato com objetivos e interesses postos, com sentidos plenos de materialidade e concretude, porém, ganha mais vigor e esclarecimento a perspectiva da análise através do desvendamento da invisibilidade, o que não está explicitado, aquilo que não é falado, o interdito, um “campo cego” de múltiplas possibilidades a serem usadas espacialmente pelo poder, o mediato. É esta dialética entre a ordem próxima – o imediato – e a ordem distante – o mediato – que constrói, a nosso ver, a hegemonia de determinados grupos de poder no uso de práticas espaciais (LEFBVRE, 1999).

1.1.5 - Estratégias usadas pelos grupos de poder para alcançar a hegemonia.

As estratégias são vistas através dos movimentos, das operações, do planejamento, que visam a alcançar ou manter posições favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos. No contexto que estamos tratando, as estratégias promovidas pelos grupos de poder hegemônico, assumem um

vigor especial, pois denota interesses e formas de cooptação que ocorrem no seio da sociedade civil, alimentando o processo dinâmico que a caracteriza.

O assistencialismo e o clientelismo são neste contexto importantes recursos ou “moedas de troca” para a obtenção daquilo que chamamos aqui de uma “hegemonia precária”, porém muito eficiente, que não passa necessariamente por uma escolha política e ideológica consciente dos atores e que tem na cooptação um relevante instrumento.

Como vimos anteriormente, cada um dos atores, na procura de sua hegemonia, usa a diferença, as necessidades sociais e a subjetividade humana a seu favor. Conflitos e enfrentamentos de diferentes ordens possibilitam desafios em múltiplas escalas, onde a Sociedade Civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, crenças e projetos.

Tanto o grupo de poder econômico e político, com sua capacidade de organização e disseminação de normas, sejam políticas, culturais e sociais, através de instituições públicas e privadas, quanto, o grupo subalterno, através de sua capacidade organizativa, enfrenta desafios estratégicos, que envolvem seus projetos de interesses e de direção.

A - Os interesses

Se no bojo da sociedade civil ocorrem disputas, conflitos e desafios, sem dúvida as motivações encarnam interesses, sejam políticos, econômicos, sociais, em suma, de todas as ordens, alimentadas por projetos e intencionalidades em marcha. Bourdieu (1997) contribui para o entendimento dos objetivos do uso da expressão *Interesse*.

Segundo o autor, *Interesse* é “estar em”, participar, admitir. Faz alusão paralelamente ao uso da expressão “jogo”, recorrendo à palavra latina *illusio*, oriunda da palavra *ludus* (jogo), que, poderia significar *Illusio* poderia significar também estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. A *illusio* é estar preso ao/pelo jogo, acreditar que este vale a pena ou, para dizer-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. De fato, em um primeiro sentido, a palavra *interesse* teria precisamente o significado que atribuí à noção de *illusio*, isto é, dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele.

Daí a afirmação - o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. Bourdieu complementa enaltecendo o sentido do jogo como produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social, postas e impostas nas mentes e nos corpos.

Questiona de forma intencional. É possível um ato desinteressado? A noção de interesse opõe-se à de desinteresse, mas também à de indiferença. Podemos estar interessados em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferentes), sem ter interesse nele. O indiferente “não vê o que está em jogo”, para ele dá na mesmo. É alguém que, não tendo os princípios de visão e de divisão necessários para *estabelecer as diferenças*, acha tudo igual, dá tudo na mesma. Assim, o sentir o jogo significa estar envolvido, é investir nos alvos que existem em certo jogo.

A situação abaixo, remete a um suposto desinteresse, a primeira vista, mas denota que por trás de um determinado movimento no jogo, os interesses manifestam-se.

Vai começar o jogo de futebol. A saída será dada pelo time de uniforme verde. O jogador dá o pontapé inicial, e por força da regra, é obrigado a passar a bola para o seu companheiro. Logo em seguida, recebe a bola de volta e a lança ao campo adversário, sem ter nenhum jogador de seu time nesta porção do campo. Este é um ato desinteressado?

A ação do jogador do time de verde, só foi possível, pois ele tem o sentido do jogo; nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar “desinteresse” para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses. De certo, o time de verde, foi projetado e objetivado para jogar no contra-ataque, onde se faz necessário que seu adversário precise estar de posse da bola e consequentemente venha lhe atacar. Essa ação fica bem clara logo no início do jogo. Existem situações inteiramente paradoxais que uma filosofia da consciência impede de compreender, ao primeiro olhar.

Os aspectos relativos a atos desinteressados, extrapolam os limites das escalações, do privado ao público. Quando as representações oficiais daquilo que um homem é oficialmente em um espaço social dado tornam-se *habitus*, elas se tornam o fundamento real das práticas. Os universos sociais no qual o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo

desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse há interesses sutis, camuflados, e o burocrata não é apenas o servidor do Estado, é também aquele que põe o Estado a seu serviço.

Esta última afirmativa de Bourdieu corrobora para interpretações mais contundentes sobre o papel e a participação do Estado em sentido de sua referência, nas últimas décadas, a valores e ideários orientados pela racionalidade mercantil, alimentando o projeto de sociedade, apenas de uma parcela pequena desta mesma sociedade civil. Definitivamente, incentivando a proliferação de projetos de poder político e/ou econômicos, individuais ou de grupos, se desvinculando plenamente do projeto de uma sociedade mais igualitária e justa.

A burocacia de Estado alimenta práticas antigas e também, as de roupagem mais moderna, quanto ao uso de estratégias de cooptação de indivíduos que possam dificultar, ou atrapalhar, inadvertidamente, ou mesmo intencionalmente, o projeto de interesse dos grupos políticos e hegemônicos de poder no seio da sociedade civil. Alimenta, por que, permite a aproximação dos grupos hegemônicos, que de certa forma, evocam, razão e ciência, como justificativas para o exercício da dominação.

B – A cooptação

Como vimos anteriormente á sociedade civil não é homogênea nem uniforme, pois nela existem diferentes grupos sociais cujos interesses não são plenamente coincidentes, bem como, ela se constitui no cenário de confrontação de aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças e projetos que expressam a diversidade.

O grupo que detém o poder nesta sociedade civil, ou seja, o grupo hegemônico de poder político e econômico apresenta a sua capacidade de manobrar e criar mecanismos de impor sua hegemonia, e para tal, usa toda habilidade frente às contradições advindas da diversidade dessa sociedade. Muitas das vezes, não tenta impedir manifestações dos grupos divergentes ao seu projeto, mas utiliza formas de cooptação para atingir o seu projeto global de construção da trama social.

A cooptação na visão de SOUZA (2006) corresponde a “captura” de indivíduos, ou seja, pessoas-chave, como líderes “comunitários” e outros

ativistas, convidados para integrar postos na administração, e estendendo-se a organizações e grupos inteiros, que aderem a uma instância ou canal participativo problemático e viciado, deixando-se “amansar” em troca da ilusão de compartilharem o poder decisório(não que a simples consulta não possa contribuir para a cooptação de indivíduos e grupos).

Tal prática é recorrente, não se restringindo apenas ao individual, mas o envolvimento de organizações e grupos. Serve, de maneira menos ou mais intencional e deliberada, a um propósito de conquistar respaldo popular a um custo mínimo, sem que o aparelho de Estado verdadeiramente partilhe o poder. Afirma o autor que a prática da cooptação é por via de regra, uma situação negativa. Dependendo de sua extensão, pode causar grandes malefícios desmobilizadores e ser muito mais perniciosa que a consulta. No entanto, nem sempre será fácil distinguir a cooptação da parceria, pelo menos em certos momentos. A cooptação de alguns líderes pode ser fácil de se identificar e avaliar, mas a domesticação maciça de organizações e grupos de ativistas, devido à institucionalização de canais participativos, pode-se confundir com a parceria.

A cooptação em larga escala pode ser propriamente intencional, em sentido maquiavélico, ou não: ela bem pode ser uma decorrência do sucesso generalizado de um partido ou da abertura de canais institucionais demandados há muito tempo. Além do mais, esse tipo de cooptação maciço, conquanto, de um ângulo autonomista, mereça decidida reprovação por seus estragos político-pedagógicos, não exclui a possibilidade de alguns ganhos de poder e, sobretudo, de ganhos materiais.

A cooptação é, talvez, a situação mais escorregadia de todas, e, seguindo uma propensão “lógica” muito forte na atuação do Estado e dos partidos, tende a fazer-se um pouco presente, como risco, mesmo em meio a situações bastante marcadas pela parceria, e até pela delegação de poder. É preciso admitir que elementos de cooptação e manipulação possam estar presentes, mesmo em esquemas bastante avançados que, no seu essencial, poderiam ser qualificados de parceria e mesmo delegação de poder.

A institucionalização de canais e instâncias permanentes de participação parcialmente deliberativa só em parte (e às vezes só aparentemente) constitui um avanço em comparação com a simples consulta, pois, se a institucionalização de um canal participativo permanente ocorre sem que esse canal ou instância possua nítido poder decisório e sem que seja assegurada elevada transparência,

áí se aninha um alto risco de descrédito não só no governo, mas também de personalidades e organizações da sociedade civil, tendo como prováveis corolários a frustração popular e o enfraquecimento de ativismos.

A cooptação tende a constituir-se em um nível mais complexo que a simples consulta, mas isso não significa, necessariamente, uma maior aproximação em relação à participação autêntica. Uma coisa é a intencionalidade, outra coisa é a dinâmica real, com seus resultados concretos. Uma consulta pode ser pensada, dentro de uma experimentação cautelosa e em seus momentos iniciais, como um provável passo rumo à parceria, sem que se cogite da promoção de cooptação deliberada de líderes da sociedade civil: a cooptação deliberada tende a ser patrocinada por um governo que não deseja abrir-se realmente.

O uso do mecanismo de cooptação mostra a sua face mais estigmatizada, pois contribui para a percepção de que não existem fronteiras para se atingir os objetivos de consolidação de uma “hegemonia de parcela”, ou seja, esta visa a atender aos interesses específicos do grupo hegemônico, ficando longe de atender a plenitude de uma sociedade civil, onde, antes de mais nada, precisa se estabelecer sob a égide de um Estado efetivamente democrático e pluralista, que venha a atender ao grupo subalterno, com o mesmo ímpeto e intencionalidades engendradas pelo pequeno e poderoso grupo hegemônico de poder utiliza práticas consubstanciadas no individualismo de mercado, onde todos têm seu preço.

1.1.6 – Produção espacial e a sociedade civil

Em Lefebvre (2000), a reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua pelada cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, do espaço inteiro.

O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção. Para compreender tal hipótese é preciso tomar referência à reprodução das relações de produção e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo de produção das coisas e de seu consumo.

Portanto, o espaço da produção, neste sentido amplo, implicaria e conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade denominada neocapitalista pelo autor. O espaço seria desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas.

Ainda em Lefebvre (2000), temos a observância do autor, onde, o espaço não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social como numa hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (um produto social ou lugar dos produtos), mas um intermediário em todos os sentidos do termo, ou seja, um meio e instrumento, um *medium* e uma mediação. O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob aparências coerentes da figura espacial.

É um meio nas mãos de “alguém” individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo. Quem possui tal representação do espaço? E por quê? Nessa hipótese, a representação do espaço sempre servirá a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada e realizada para operar como tal.

O espaço se povoa segundo os decretos do poder, com certo arbítrio; enquanto instrumento, ele pode reagir sobre povoamentos preexistentes, a saber, os povoamentos históricos. Enquanto mediação, o espaço instrumental permite tanto impor certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva). Aqui, os termos “coesão” e “coerência” significam regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida.

Sendo assim, percebe-se que o espaço é visto como projeção de interesses políticos, pois é comum o desenvolvimento de relações sociais na procura do estabelecimento do poder por grupos hegemônicos que constroem suas trajetórias utilizando o espaço através de formas materiais e imateriais consolidando práticas espaciais no cotidiano da sociedade civil.

Sem dúvida os interesses políticos dos grupos hegemônicos são múltiplos, e desvendar tais interesses não é tarefa fácil, porém devemos trilhar caminhos investigativos baseados na forma de sua manifestação e expressão com intuito

de assegurar a sua reprodução. Algumas pistas são postas a partir do desenvolvimento de nossa pesquisa.

O espaço como mediação, assinalado por Lefebvre, configura a determinação de projetos que envolvem instrumentos políticos e, por conseguinte, ações e práticas. E é assim que o poder se expressa e se reproduz, não sem uma base de sustentação, não sem o envolvimento de um conjunto de agentes que lhe dão suporte. Neste caso, este poder conta com as mediações infligidas por agentes privados e públicos, que na visão gramsciana são intitulados "Aparelhos"

Aparelho como disposição, organização, ou mesmo um conjunto de mecanismos, de finalidade específica, ou também, denominação genérica de grupo de órgãos que agem em conjunto visando cumprir uma função especial. Nota-se que o conceito de "aparelho" remete à interação, sincronia e integração, para tal se faz necessária à ação, meios e práticas.

A capacidade de influência dos aparelhos privados e públicos de hegemonia denota uma relação direta com o poder político que se estabelece espacialmente. Logo, traçar o perfil dessa capacidade instiga os questionamentos do tipo: Qual o papel do espaço neste contexto? Como se dá o poder político no Espaço? Qual o peso no poder político?

As respostas a tais indagações apresentam um eixo principal centrado justamente na forma, na expressão e na manifestação da reprodução dos grupos hegemônicos pelo espaço. Complementando temos: O poder político se manifesta através da dimensão fenomenológica do voto e se expressa utilizando meios, ações e práticas para sua reprodução, sendo que, para tal, estabelece mediações, nexos e estratégias.

1.1.7 - O papel do espaço na reprodução do poder político hegemônico.

Consideramos que uma das formas viáveis de interpretarmos o papel do espaço no contexto dinâmico de relações múltiplas no seio da sociedade civil tem sua missão facilitada a partir de uma breve análise da relação entre o Poder e o Espaço. Especialmente no jogo dialético que vai além do próprio jogo de palavras - Poder do Espaço *versus* o Espaço do Poder.

Na relação *Espaço versus Poder* segue as pistas apontadas por NOVY (2002:38), quando afirma: "Constitui-se numa relação dialética como poder sobre espaço e como espaço sobre o poder, visando a melhor compreensão tanto da atuação do espaço como a do poder". O caráter relacional que envolve o espaço do poder e poder do espaço facilita entendermos as múltiplas possibilidades que o poder tem. A partir de sua capacidade em se manter, transformar, organizar e se consolidar a partir da interação com o espaço, em um premente jogo dialético do poder do e com o espaço.

Fruto de um caráter dialético, a relação do poder com o espaço e o espaço sobre o poder conjuga-se a partir não somente da perspectiva isolada do poder, envolvendo seus objetivos, ações e estratégias, mas, sim, abrindo a possibilidade de analisarmos esse poder sobre a égide da sua relação com o espaço.

Espaço que se constitui em um elemento orientador das práticas de poder, espaço que se materializa a partir da ação do poder, da sua objetivação, do seu devir. Ao analisarmos a ação política por meio do poder sobre o espaço, devemos diferenciar duas concepções distintas de autores considerados neste campo de estudo. Referimo-nos às concepções de poder interpretadas por Thomas Hobbes e Michael Foucault.

Segundo Hobbes, que se constitui em um analista clássico do espaço de poder, o indivíduo se constitui num átomo social, independente e claramente delimitado em relação ao mundo exterior. O seu modo de aproximação forma a base da compreensão do espaço e do poder enquanto espaço de poder na linguagem cotidiana.

A nação como espaço e o Estado como poder constituem o espaço clássico do poder enquanto concepção mecânica. Às novas perspectivas, dos atores sociais, em delimitar certo espaço têm a intenção de determinar a possibilidade de a ação transcorrer de acordo com regras que procurem a melhor eficácia.

Nota-se que a concepção desse autor orienta-se pela ação, diferentemente de Foucault, que analisa a questão do poder através da estrutura, ou seja, de acordo com essa visão o poder atua por meio de campos e estruturas que normatizam a vida cotidiana.

O estabelecimento da relação do poder com o espaço e a estruturação de um espaço de poder envolve a dinâmica dialética frente a um verdadeiro jogo, que implica na configuração da delimitação espacial em consonância com ações do poder, em um jogo de poder, que envolve verdadeiros campos de forças.

Nesta relação dialética um espaço de poder, delimitado, com atores e regras claramente definidos pode estar em relação com outros espaços de poder, constituindo-se em uma relação estrutural denominada poder sobre o espaço. Esta relação pode apresentar, inclusive, competência para valorizar e desvalorizar espaços de poder e configurar especificamente os campos em espaço de poder.

O poder sobre o espaço designa todas aquelas forças estruturais que atuam abaixo dos campos e dos palcos⁵ de poder, reconfigurando e elevando-os ou provocando o seu colapso. A utilização do termo “palco” é empregada por Hobbes para caracterizar o lugar do conflito, diferentemente de Foucault que usa para a mesma caracterização o termo “campo”.⁶

O poder pode ser exercido em vários campos: a família, a fábrica, o congresso são palcos-padrão, mas qualquer lugar pode se transformar em palco, caso os atores consigam reunir nele forças estruturais. Qualquer forma de manifestação, tal como protestos antiglobalização em Davos, onde grupos de manifestantes de diferentes tribos se chocam contra a polícia, os confrontamentos entre os estudantes em maio de 1968 na França e os órgãos de repressão do Estado, as ruas da cidade transforma-se em palco de poder.

Os campos de poder definem o modo de ação dos atores e estruturam práticas e discursos. Além de se definirem por regras específicas, colocando determinados elementos no centro e outros à margem. Na política, as leis cumprem esse papel. Os campos consistem de canais consolidados dos quais os agentes se servem regularmente. Em uma análise que concebe o espaço, o tempo e o fator social como uma unidade, os campos histórico-geográficos, pois a superfície atualmente perceptível dos campos sociais se estrutura sobre camadas superpostas, surgidas em meio a processos de longa duração.

Consideramos as características relativas ao uso do termo “espaço” como sendo algo em consonância relacional com os aspectos políticos e ideológicos, pois em nossa análise incorporamos e associamos ao seu uso e ocupação ao processo político. A visão de Lefebvre (2000) sobre o tema nos remete a esta perspectiva, quando afirma:

⁵ A diferenciação entre “Campos” e “Palcos” é estabelecida por Andréas Novy (2002:39), onde estabelece a diferenciação tomando como base Hobbes e Foucault. Os *campos* de poder definem o modo de ação dos atores e estruturam práticas e discursos. Já os *palcos* designam qualquer lugar que pode transformar em palco, caso os atores consigam reunir nele forças estruturais.

⁶ Outro autor que trabalha com o conceito de campo, chegando a formular uma “teoria geral dos campos” é Pierre Bourdieu. A propósito, ver sobre o assunto: *O Poder Simbólico* (1989) e *a Economia das Trocas Simbólicas* (1997).

"O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação à seus conteúdos e, desse modo, parece ser "puramente" formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes a paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias."

Sobremaneira, as ações do político, e do econômico caminham juntos, enfatizam uma relação empática e entrelaçada, manifesto de uma vontade ou desejo ao mesmo tempo singular no espírito, porém plural nas formas de agir.

"O que vale para o espaço econômico, vale também para o político: existe constantemente a possibilidade da sua transformação profunda, da sua valorização e desvalorização. Existe uma dialética de espaço econômico e político e de produção de território e de produção do espaço de entrelaçamento."

NOVY (2002:49).

Analizar as práticas e estratégias espaço - territoriais requer a interpretação da ação do poder político, na sua constituição como corpo, no seu *modus operandi*, enfim nas suas diferentes perspectivas, sejam elas políticas, econômicas e administrativas.

Parece-nos que a forma pela qual o poder político articula as suas estratégias territoriais faz parte de um processo contínuo de reprodução do poder, que se manifesta, em diferentes escalas, apontando na direção da integração de elementos que fortaleçam suas ações. É o caso do município de São Gonçalo, foco de nossa pesquisa, onde o contexto da evolução da metrópole do Rio de Janeiro e as ações políticas que derivaram desse processo espriaram-se e o envolveram.

Poder que se concretiza pela governabilidade tendo como suporte básico, não os interesses populares, os interesses democráticos – participativos, mas sim os interesses da classe dominante, apoiada em grupos políticos, seus discursos, suas práticas e estratégias de reprodução do poder.

O poder político imbui-se de mecanismos de ações e práticas territoriais envolventes no sentido de uso de estratégias de planejamento, que viabilizam sua manutenção e perpetuação no comando das ações independentes do tipo de articulação ou coligação que façam. Sendo assim, não podemos deixar de

mencionar o aspecto relativo à intencionalidade dos agentes políticos, o seu disfarce na tentativa hegemônica de forças políticas e econômicas no sentido de perpetuarem-se no poder, utilizando-se de planejamentos estratégicos de ocasião, que viabilizam discursos de integração e solidariedade, em um embuste a toda prova.

De uma forma geral podemos identificar nas práticas espaciais elementos que podem servir para ação de um determinado grupo político ou econômico, no sentido de estabelecer escolhas que melhor contribuirão para as perspectivas de alcance de sucesso em suas ações.

Somam-se as estratégias, o jogo de articulações políticas, que envolvem os diferentes segmentos na busca do poder, especialmente os “Aparelhos Privados”. Ao longo de nossa pesquisa podemos perceber esse jogo em diferentes frentes. Desde a presença mais efetiva de uma liderança comunitária à frente de sua comunidade, articulando ligações e coligações, que a princípio denotam altruísmo e generosidade, mas que estão carregadas de intencionalidades em verdadeiras armas políticas visíveis e invisíveis de alcance pequeno e imediato, mas que irão se aperfeiçoar no sentido de atingirem alvos mais longínquos e particulares.

Além evidentemente das tradicionais formas de se lidar, por parte dos políticos, com situações de promessas à população, incluindo realizações inacabadas, promoção de um marketing político via meios de comunicação, tais como telefone e jornais comprometidos, funcionando como mediações, como também, os nexos estabelecidos através das relações de ações políticas no uso de suas estratégias pelo espaço visando à legitimação no poder dos agentes interessados. As “táticas” são objetivações das gestões governamentais e funciona como mecanismos heterogêneos e complementares por meio do quais os poderes pelo espaço podem ser exercidos.

1.2 – Condição e Posição dos Sujeitos

Ao considerarmos a importância do poder político numa determinada sociedade, considerando a sua composição e a conformação das lutas internas em busca de hegemonia, não se pode descartar a análise que envolva a

participação dos sujeitos, sua condição e posição, na construção de uma sociedade que será consolidada a partir do perfil estabelecido por tais sujeitos.

Fora dessa maior ou menor participação dos sujeitos, não haverá sociedade. Se faz mister interpretarmos a trajetória social estabelecida pelos sujeitos que constituem essa sociedade, considerando as contradições e antagonismos desses frente ao movimento e ao dinamismo que consolida a construção de tal sociedade.

Para tal, recorremos às análises feitas por Bourdieu (2007), em considerar que a análise feita sobre o sujeito, torna-se mais eficaz, quando consideramos a sua condição e o seu perfil, especialmente considerando a trajetória social percorrida por ele.

"A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ("superior", "média" ou "inferior") numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social".

Bourdieu (2007,p.7)

Afirma que, ao considerarmos a posição do sujeito, tanto em seu sentido de *ascenso* ou mesmo *descenso* no sentido de promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pela diferencial função. Podendo assim, se distinguir as propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e as propriedades ligadas ao futuro da posição. Ora, tanto o aspecto particular (individual), quanto o coletivo (classe) podem considerar suas propriedades comuns à medida que lhes seja comum, se não a trajetória social, ao menos o sentido ascendente ou descendente de seu trajeto.

Esclarece que, uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação, e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-la em distinções significantes. (idem p.14).

É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com

esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos lingüistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural.

De fato, esta “expressão sistemática” (segundo as palavras de Engels) da ordem econômica e social pode, como tal, ser legitimamente constituída e tratada como sistema, e, por conseguinte, pode tornar-se o objeto de uma apreensão estrutural. É evidente que a diferença de segunda ordem, vale dizer, as marcas de distinção como duplicação simbólica dos valores de posição vinculada a cada posição na estrutura social (a cada “nível”), depende das atitudes que os agentes desenvolvem para se apropriar dos modelos da transmutação das diferenças em distinções, transmutação esta que depende principalmente da educação dos agentes e, portanto, de sua condição e de sua posição estrutural.

1.2.1 – Lutas simbólicas, os discursos políticos e habitus.

Na visão de Bourdieu, o poder simbólico manifesta-se em função das próprias lutas simbólicas estabelecidas nas relações sociais e consequentemente no próprio seio da sociedade. Uma das estratégias recorrentes é manifesta através do discurso político, que segundo o mesmo, pode ser apropriado pelos agentes do campo político. Ressalta a importância do poder simbólico, ou seja, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser aceito como legítimo.

Notamos que a valorização de um discurso do tipo político, não está em seu conteúdo, mas especialmente na capacidade de impactar seu ouvinte, como também, atrair para si uma aceitação, muitas das vezes, de forma incauta e inadvertida. A força está no simbolismo, agregando aos interesses de quem profere o discurso, numa produção que atenda aos interesses e necessidades, tanto internas, quanto externas do seu campo político, onde sua produção, não corresponde em seu teor de um discurso político. Assim, o caráter de verdade ou a legitimidade de um discurso político dependem não necessariamente de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, portanto, de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo.

Sendo assim, são determinantes para o discurso político as condições sociais dos agentes envolvidos diretamente no processo da produção, como as condições sociais dos agentes externos. Segundo Bourdieu (1989, p.13), os

discursos políticos são determinados de forma dupla, ou seja, eles "devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)", no caso, o campo político.

Neste sentido acaba por se manifestar o estabelecimento da concorrência por dentro do campo político. Uma espécie de disputa interna entre os agentes, por melhor influenciar, ou mesmo, legitimar o discurso, ou pela própria estrutura social interna em que esses agentes se posicionam em termos de seu respectivo acumulo de capital simbólico.

Para exemplificarmos tal situação, é só lembrarmos das práticas mais usuais entre os partidos políticos brasileiros, onde na ânsia de legitimar a sua representação, introduzem em seus discursos políticos elementos que marcam a sua "distinção" frente aos demais partidos concorrentes.

É o que Bourdieu (1989, p.14) considera em relação às lutas simbólicas pelo poder simbólico travado entre os agentes sociais específicos do campo político ao impor sua visão de mundo. "Fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo". A luta simbólica não é outra coisa senão:

"A luta pela conservação, pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a".
(BOURDIEU, 1989, p.174).

A missão de estabelecer o discurso político cabe a alguns agentes sociais específicos, em se tratando da imposição de sua visão de mundo, considerando para tal, os seus interesses, porém, na tentativa de legitimar esse mesmo discurso, esses agentes produtores, introduzem elementos que atendam às necessidades externas, ou seja, especificamente ao *habitus* daqueles a quem tal discurso será destinado para o consumo. Segundo Bourdieu, os profissionais do campo político:

"servem aos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição no campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social" (BOURDIEU, 1989, p.177).

A supremacia de um discurso político, bem como a sua legitimidade, depende de seu poder simbólico de mobilização de adeptos.

Em se tratando dos partidos políticos e sua forma de ação em consolidar o seu discurso, reúne forças internas em disputa pelo poder simbólico acabam por estimular a capacidade de constituir um grupo hegemônico no seio do próprio partido.

No processo de produção de discursos políticos, os diversos agentes do campo - partidos, facções e os próprios militantes – procuram produzir os seus sistemas simbólicos com vistas a obterem o poder simbólico, o poder de fazer ver e de fazer crer, de transformar ou de conservar o *habitus* dos indivíduos e com esta transformação ou conservação, a transformação ou a conservação do mundo social.

Para Bourdieu, *habitus* corresponde às idéias e representações (religiosos, políticos, jurídicos, morais, etc), que são incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas diversas trajetórias sociais gerando suas predisposições para a ação. Esta expressão, na visão de Bourdieu (1983a, p 61) denomina os sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de obediência a regras⁷.

As trajetórias sociais supõem ação, sendo assim, as idéias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos marcam suas vidas pessoais. Significa segundo o autor a noção de *habitus*, por conseguinte a sua predisposição para ação, ou seja, essas idéias e representações são "estruturas estruturadas" como o resultado da interiorização das estruturas

⁷ Bourdieu se refere às idéias de representações - sejam elas sistematizadas ou não – que se encontram presentes na subjetividade dos agentes sociais, ele as chama, de um modo geral, de "habitus", de "história incorporada"; de "predisposições" ou simplesmente de idéias e representações.

objetivas; são também “estruturas estruturantes” porque elas são predisposições que tendem a dar direção às práticas dos indivíduos e, portanto, a reestrutar as estruturas objetivas.

Ao priorizar o aspecto ativo do sujeito, Bourdieu pretendeu estabelecer um meio termo entre as estruturas e as práticas (BOURDIEU, 1989, p. 59-73). E justamente o conceito de *habitus* é capaz de estabelecer a possibilidade dos indivíduos elaborarem as suas estratégias de ação em virtude de que:

“isto significa dizer que, ao agir, o indivíduo não necessariamente estaria orientando, consciente ou inconscientemente, a sua conduta conforme as determinações das estruturas objetivas - ideais ou materiais - mas em conformidade com o seu *habitus*, isto é, com as idéias e representações que adquire ao longo de suas trajetórias, ou mesmo de toda a experiência biográfica (...)"

Bourdieu considera também como elemento de importância o entendimento da composição da ação dos sujeitos, não só no seu caráter comportamental de forma individual, mas também o comportamento dos grupos sociais. Considera o “*habitus de classe*”, isto é, há a possibilidade de grupos de indivíduos, face aos sistemas de percepções e de ações comuns, percorrerem trajetórias sociais semelhantes. Em resumo, para Bourdieu, “o fato de não existirem duas histórias individuais iguais, faz com que não exista dois *habitus* idênticos, embora haja classes de experiências ou classes de *habitus* que possibilitam que determinados indivíduos - consciente ou inconscientemente - orientem suas ações no mesmo sentido”.

Embora Bourdieu reconheça que o *habitus* seja produto de uma experiência biográfica, ele não descarta a possibilidade de formação do *habitus de classe*. Pensar e agir em comum são apenas uma possibilidade, pois, conforme Bourdieu, “classe” não seria outra coisa senão “conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, logo, a práticas e tomadas de posições semelhantes”.

Ora, se o autor refere-se a uma “classe”, nota-se o seu sentido de grupo, ou melhor, grupo mobilizado para a luta. Luta travada por forças sociais consolidadas ou mesmo em consolidação. O dinamismo então neste processo de construção da hegemonia social, requer o uso de estratégias, onde, segundo Bourdieu, desenvolve-se a chamada *razão prática*, ou seja, a noção que expressa a capacidade de cada agente de adotar estratégicas conforme a lógica do campo de ação.

Mantendo nosso foco de análise no campo político, podemos perceber que o uso de capital específico norteador para tal, mobiliza um estado de relações de forças entre agentes e/ou instituições, que buscam a manutenção ou melhoria de suas posições em estruturas dotadas de relativa autonomia. Por isso, lançam mão de recursos de ordem econômica, como também, culturais, sociais e simbólicos no intuito de fazer prevalecer seu poder hegemônico.

Os interesses dos agentes/instituições sociais, tendo como foco a sua posição numa sociedade, muita das vezes, não são claros ao primeiro olhar. Requer uma investigação que nos leve a perceber o movimento, as ações através de discursos, onde o simbólico se faz presente, ou mesmo termos a percepção dos projetos e práticas que os orientem em suas visões de mundo.

1.3 - Práxis – Projeto - Autonomia

Ampliando nossa análise sobre os sujeitos em participação numa sociedade, consideramos relevantes os conceitos desenvolvidos por Castoriadis(1986) , no que concerne a melhor entendermos os sujeitos em consonância com o seu *saber* e o seu *fazer* , denominado *práxis*, mas que só pode ser consolidado, a partir de sua autonomia e baseado em um *projeto*.

Para Castoriadis⁸ (1986p.94), existe na *práxis* um *por fazer*, mas esse *por fazer* é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia do outro ou dos outros, ressaltando a questão da autonomia e assinala:

"Chamamos de práxis este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia." (idem. p 94).

Segue definindo o termo *práxis* e o associando à autonomia, onde...

"A práxis não pode deixar escapar o fator principal – a autonomia - pois existe relação interna entre o que é visado

⁸ Cornelius Castoriadis (1922-1997), filósofo e psicanalista grego radicado na França, tornando-se crítico do stalinismo bem como daqueles que se intitulavam comunistas seguidores de Moscou. Sua vida anterior aos estudos acadêmicos foi de dedicação a causa comunista, mas rompeu com a juventude comunista da sua pátria-mãe. Rompeu também com o grupo trotskista que havia ingressado logo após ter entrado na França.

(desenvolvimento da autonomia) e àquilo por que ele é visado (o exercício desta autonomia)." (idem.p 95).

Não colocam neste rol as relações simplesmente pessoais, como a amizade ou amor, onde esta autonomia é reconhecida, porém seu desenvolvimento não é colocado como um objetivo à parte, porque essas relações não têm finalidade exterior à própria relação.

Segue enfatizando a autonomia:

"A práxis é uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; sendo diferente da aplicação de um saber preliminar. Ela se apóia sobre um saber, mas este é sempre fragmentário e provisório. Fragmentário, porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história; provisório, porque a própria práxis faz surgir constantemente um novo saber, porque ela faz o mundo falar numa linguagem ao mesmo tempo singular e universal. A teoria não podia ser dada previamente, pois ela emerge constantemente da própria atividade."

O saber fragmentário e provisório, alerta o autor (p.96), pode dar a impressão de que o essencial da práxis (e de todo o fazer) é negativo, uma privação ou uma deficiência. A práxis apóia-se sobre um *saber* efetivo.

Assim, o autor sinaliza a dupla relação existente entre a teoria e a prática, extremamente necessária em nossa interpretação sobre o papel, o perfil e as ações dos sujeitos estabelecidos numa sociedade, aprimorando o *fazer*, através ou não do *saber*.

A riqueza da interpretação feita pelo autor leva-nos a perceber que a elucidação e transformação do real progridem na *práxis*, num condicionamento recíproco. Esta dupla progressão torna-se a justificação da *práxis*.

O próprio objeto da *práxis* é o novo, o próprio real. Na *práxis*, o seu próprio sujeito é transformado constantemente a partir da experiência que está engajado e que ele faz, mas que o faz também. Resulta daí uma modificação contínua, no fundo e na forma, da relação entre um sujeito e um objeto os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas.

A *práxis* inspira-se e baseia-se num *projeto*, que nada mais é do que uma *práxis* determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações.

É em resumo, a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação de sentido desta transformação, levando em consideração as condições reais e animando uma atividade. Para Castoriadis (p.97), o *projeto* é um sentido e uma orientação (em direção a) que não se deixa simplesmente

fixar em “idéias claras e distintas” e ultrapassam a própria representação do *projeto* tal como poderia ser fixada a qualquer momento.

O autor alerta para não se confundir um *projeto* em relação a um plano, este último se diferencia do primeiro, pois, correspondem ao momento técnico de uma atividade, quando condições, objetivos e meios podem ser e são determinados “exatamente”, e quando a ordenação recíproca dos meios e dos fins apóia-se sobre um *saber* suficiente do domínio em questão.

Para Castoriadis, a busca de autonomia, como projeto político e coletivo, deve encontrar sua condição de possibilidade no nível do próprio sujeito individual e, portanto, deve estar incorporada ao projeto psicanalítico, sem o quê este perderia o sentido. Como aplicar tais interpretações em relação à política? Indagação que nos interessa frente ao desenvolvimento de nossa pesquisa.

A política, não pode ser considerada nem a concretização de um *saber* absoluto, nem técnica, nem vontade cega, não se sabendo bem de que; ela pertence a um outro domínio, e a esse modo específico do *fazer* que é a *práxis*. A verdadeira política, segundo o autor, na medida em que algum dia existiu, pertence à *práxis*.

Sua visão sobre a política perpassa pela dominação e manipulação estabelecida por interesses (idem. p.98).

“A política foi quase sempre uma mistura na qual a parte da manipulação, que trata os homens como coisa a partir de suas propriedades e de suas reações supostamente conhecidas, foi dominante.”

Uma política dita revolucionária, para o Castoriades, é, portanto, uma *práxis* que se dá como objeto a organização e a orientação da sociedade de modo a permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que, por sua vez, só será possível pelo desdobramento da atividade autônoma dos homens.

Vimos que na concepção do autor, a autonomia do homem é chave. Em todos os segmentos a ênfase é dada à autonomia baseada na reorganização e reorientação da sociedade por essa ação humana. Sujeitos autônomos em pensamentos e em ações? O que considerar em análise que provoque transformações e manutenções sociais?

Capítulo 2 - Transformação sócio-político e espacial em São Gonçalo.

O município de São Gonçalo pertencente ao estado do Rio de Janeiro - Anexo 1 teve o seu desenvolvimento atrelado às cidades do Rio de Janeiro e Niterói em função de um processo de dependência econômica e política, estabelecida ao longo de sua história, recaindo sob diferentes momentos administrativos, que vão desde uma sesmaria à categoria de um município pertencente ao conjunto de outros municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro - Anexo 2.

A trajetória empreendida por São Gonçalo segue de certa maneira outros tantos municípios do Brasil, estando pautada, em certos momentos, de esplendor e sucesso econômico entremeados por momentos de estagnação, beirando a decadência. As razões desta alternância são múltiplas, sinalizam as dificuldades, não só, como foi tratada de forma excludente sua população ao longo de décadas, mas também, dando vazão aos interesses estabelecidos por grupos políticos e econômicos que se estabeleceram hegemonicamente ao longo de sua história.

Utilizando-se de práticas espaciais antagônicas, mas que atendiam seus interesses, esses grupos hegêmônicos, contribuíram para a manutenção de um quadro insuficiente em termos das perspectivas da população, onde ao longo de sua história estabeleceu políticas de cunho populista, clientelista e personalista.

2.1 – Transformações Político-Espaciais.

Segundo Luiz Palmier em seu livro São Gonçalo Cinqucentenário de 1940, as terras em questão têm origem a partir da Capitania de São Vicente remontando ao período das sesmarias, desde 1579, com destaque para o sesmeiro Gonçalo Gonçalves, em 1645. Com uma ocupação incipiente ainda foco de descobridores e invasores, essas terras, após moroso processo político-

administrativo, leva a transformação de São Gonçalo em freguesia através do alvará de 10 de fevereiro de 1647. O elemento facilitador para esse alcance foi à edificação de uma igreja dedicada a São Gonçalo às margens do rio Guaxindiba. O movimento colonial está sendo seguido, ou seja, a sesmaria – a paróquia – a embrionária aldeia – a transformação em freguesia – vila ou cidade. O povoamento estabelece-se a partir da expansão que se dá às margens de picadas e caminhos de carros-de-boi, charretes, cavalos e posteriormente às margens de ferrovias.

A criação da freguesia gonçalense deveria motivar e entusiasmar seus proprietários, ampliando e melhorando as condições da sesmaria. Assim imaginavam os promotores do desenvolvimento da freguesia, especialmente Gonçalo Gonçalves e seu genro Antônio Lopes Siqueira. Os limites da freguesia alcançavam primitivamente, as freguesias de São João Batista, de Icaraí, São Lourenço dos Índios, Nossa Senhora do Amparo de Maricá.

O desenvolvimento econômico pretérito se baseava na caça, na pesca, no pastoreio e no arado da terra. O destaque das atividades econômicas inicialmente ficou por conta da cana de açúcar e seus engenhos, onde os historiadores calculam em dezenas espalhados pelas terras povoadas na porção oriental da baía da Guanabara e seu interior. A fabricação de açúcar e aguardente se tornou marco da economia na era colonial. O testemunho do esplendor da ocorrência dos engenhos em São Gonçalo pode-se verificar nos nomes conservados, ligados a tal atividade econômica, de bairros que compõem o município até hoje. Referimo-nos aos bairros: Engenho Pequeno, Engenho do Roçado, Bom Retiro e Monjolos.

O café também se estabeleceu em São Gonçalo, sendo responsável pela difusão histórica entre as demais áreas de plantio pelo país, sob a iniciativa do bispo D. José Joaquim Justiniano, chamou ao bispado os padres Couto e João Lopes, residentes em Resende e São Gonçalo, lhes - forneceu as primeiras sementes de café. Como nos esclarece Palmier (p.26) através do relato de Costa Neves, em "História Singela do Café":

"de São Gonçalo o café se espalhou por todo o interior do estado do Rio de Janeiro (Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, cordeiro, etc.), e de Resende irradiou-se, seguindo o vale do rio Paraíba, pelo sul do estado de Minas Gerais, em 1780, e pelo nordeste do estado de São Paulo, em 1782."

Outros relatos ratificam a importância do feito acima tendo como iniciativa desenvolvida em terras gonçalenses. Luiz Palmier (1940) cita Figueira de Almeida, referindo-se à economia fluminense, e ao progresso de Cantagalo, confirma essa assertiva, relativa ao café vindo de São Gonçalo.

"Tão logo ali chegou o café vindo de São Gonçalo, primitiva sesmaria de certo Gonçalo Gonçalves. Às margens do Guaxindiba, onde edificou igreja em honra do santo de seu nome e veio a ser sucessivamente paróquia (10-2-1647), vila (22-9-1890) e finalmente cidade".

Para melhor esclarecermos a situação político-administrativa de São Gonçalo, recorremos à síntese desenvolvida por (Braga, 1998, p.11).

Quadro 1 : Situação Político-Administrativa de São Gonçalo

Situação	Ano
Sesmaria	1579
Freguesia	1647-1819 (Niterói)
Distrito de Niterói	1819-1890
Vila	1890 (20dias)
Município	1890-1892
Distrito de Niterói	1892 (4 meses)
Município	1892-1922
Cidade	1922
Vila	1923
Cidade	1929

Fonte: Braga,1998,p.11 Adaptado pelo autor

Pelo quadro, percebe-se a instabilidade administrativa e consequentemente política pelo qual passou São Gonçalo. Ora era independente, ora era incorporada a Niterói, denotando o jogo de interesses políticos. Os reflexos de tal situação podem ser percebidos na forma de se fazer política neste município nas últimas décadas. O uso de "currais" eleitorais, personalismos e clientelismos permearam.

Administrativamente, São Gonçalo ficou sob a influência do município imperial de Niterói por mais de dois séculos, inclusive transformando-se em distrito do referido município desde 1819, juntamente com a freguesia de Itaipu. Com a proclamação da República, amplia-se a esperança de autonomia para São Gonçalo, o que ocorre, inicialmente a partir do decreto nº124 de 22 de setembro

de 1890, onde São Gonçalo é desanexado de Niterói, numa perspectiva de vida própria. Transforma-se assim em vila.

Porém, por implicações políticas concernentes ao início da república, através de interesses pessoais, ocorre a supressão do município através do decreto nº 1, de maio de 1892, reincorporando-o com os seus distritos, ao de Niterói. Vários outros municípios foram suprimidos por orientação política permeada por indagações econômicas. A insatisfação toma conta das autoridades gonçalenses à época, levando as constantes reivindicações que acabaram surtindo efeito, restabelecendo as ansiedades vigentes.

Em 23 de fevereiro de 1893 foi empossada a primeira câmara municipal de São Gonçalo suprimindo o artigo que inviabilizava a autonomia política do município.

Durante muito tempo, desde a restauração do município, continuou a sede com a modesta categoria de vila. De forma definitiva, só a partir da lei 2335 de 27 de dezembro de 1929, determinando em seu principal dispositivo: "todas as sedes de municípios terão a categoria de cidade" é que São Gonçalo recebe efetivamente o *status* de cidade. A essa altura, o município contava com seis distritos (São Gonçalo, Itaipu, Monjolos, Neves, Sete Pontes e José Mariano).

A partir do decreto 1063 de Lei estadual de 28 de janeiro de 1944, São Gonçalo passa a estar divido em cinco distritos, como os atuais - Anexo 3, ou seja:

- 1º – São Gonçalo;
- 2º – Ipiíba;
- 3º – Sete Pontes;
- 4º – Neves;
- 5º – Monjolos.

Desta forma o município tem seu território ampliado, passando a ter os atuais 251,3 Km², transformando-se no 10º em extensão geográfica na atualidade.

Segundo os anais da Câmara de Vereadores de São Gonçalo, desde 1890 a diversidade de ações políticas, construíram uma trajetória plural para administração executiva e legislativa para o município, vejamos: Durante a República Velha (1890-1930) marca a criação do município de São Gonçalo através do (Decreto nº124, de 22/09/1890), depois a criação do Conselho de Intendência com funções legislativas e executivas (seus presidentes da Câmara

Municipal executavam as diretrizes de Colegiado). Os presidentes da Câmara Municipal exerciam a função executiva (Constituição Estadual 09/04/1892).

A Prefeitura de São Gonçalo foi criada em 1904 (Decreto Nº. 336), cujo prefeito era nomeado pelo Presidente do Estado. Em 1913 (Decreto Nº. 1625), volta o poder executivo dos presidentes da Câmara.

Já, em 1916, retorna a era dos prefeitos nomeados pelo Presidente do Estado através do decreto 1490. Somente, quatro anos depois, começa a era dos prefeitos eleitos (reforma da Constituição Estadual de 1920). A partir daí, surge à divisão entre Legislativo e Executivo municipal como poderes independentes. Não podemos deixar de lembrar que no período de 1938 a 1945, (ditadura Vargas) São Gonçalo ficou sem Executivo e Legislativo.

Segue na tabela 1 a relação demonstrativa dos políticos que comandaram o executivo municipal e os respectivos períodos de permanência no poder.

Tabela 1: Os prefeitos de São Gonçalo desde 1904

Prefeitos Nomeados	Período em que permaneceu no poder
Olavo Lamego	22/01/1904 a 11/12/1906
Ernesto Francisco Ribeiro, Coronel	12/12/1906 a 31/12/1910
Joaquim Serrado Pereira da Silva, Coronel	01/01/1911 a 31/10/1911
Manuel Penaforte	01/11/1911 a 30/11/1911
Manuel Gonçalves Amarantes, Coronel	31/11/1911 a 17/10/1913
Manuel Temístocles de Almeida	18/06/1916 a 23/03/1917
Vicente Licínio Cardoso, Doutor	24/03/1917 a 26/04/1917
Eduardo Vieira de Souza (interino)	27/04/1917 a 23/08/1918
Artur César de Andrade	24/08/1918 a 25/03/1919
Américo José Ribeiro	26/03/1919 a 28/10/1920
Geraldo Ribeiro Machado, Capitão	29/10/1920 a 13/04/1921
Aloísio Neiva	14/04/1921 a 03/06/1922

Prefeitos Eleitos (e Interventores)	Período em que permaneceu no poder
Alvaro Lopes Martins	19/07/1924 a 17/04/1925
Mentor de Souza Couto	18/04/1925 a 16/04/1926
Juvenal Álvares de Figueiredo	17/04/1929 a 30/12/1929
Stefano Vennier, Doutor	31/10/1929 a 24/10/1930
Alvaro Miguelote Viana, Comandante	25/10/1930 a 15/12/1930
Carlos Augusto Duque Estrada, Major	16/12/1930 a 07/01/1931
Samuel Barreiro, Major	02/07/1931 a 21/12/1932
Álvaro Miguelote Viana, Comandante	25/12/1932 a 26/09/1935
Manoel Raposo dos Santos	27/09/1935 a 03/01/1936
Rodolpho Pimenta Veloso	04/01/1936 a 17/05/1936
Álvaro Moutinho	18/05/1936 a 12/08/1936
Manoel Gonçalves Amarantes	13/08/1936 a 19/11/1937
Francisco Lima	20/11/1937 a 11/05/1938
Eugênio Sodré Borge	12/05/1938 a 11/01/1940
Brígido Tinoco	30/01/1940 a 29/02/1940
Nelson Correa Monteiro	01/04/1946 a 24/12/1946
Egílio Just	25/12/1946 a 06/02/1947
Aécio Nanci	07/02/1947 a 01/04/1947
Darci Pereira Nunes	02/04/1947 a 09/10/1947
Alberto Goulart de Macedo	10/10/1947 a 30/01/1951
Egílio Justi	31/01/1951 a 30/01/1955
Gilberto Afonso Pires *	31/01/1955 a 30/01/1959
Joaquim de Almeida Lavoura *	31/01/1959 a 05/09/1962
Jeremias de Matos Fontes *	06/09/1962 a 04/10/1962
Fidélis Freire Ribeiro (interino) *	05/10/1962 a 30/01/1963
Jeremias de Matos Fontes *	31/01/1963 a 30/01/1967
Joaquim de Almeida Lavoura *	31/01/1967 a 13/05/1970
Osmar Leitão Rosa *	14/05/1970 a 29/01/1971
Nicanor Ferreira Nunes	31/01/1971 a 30/01/1973
Joaquim de Almeida Lavoura *	31/01/1973 a 12/08/1975
Zeir de Souza Porto *	13/08/1975 a 31/01/1977
Jayme de Mendonça Campos	01/02/1977 a 17/10/1979
José Álvares Tôrres	18/10/1979 a 17/11/1979
Jayme de Mendonça Campos	18/11/1979 a 17/03/1980
Arismar Dias	18/03/1980 a 26/03/1980
Jayme de Mendonça Campos	27/03/1980 a 24/04/1980
Arismar Dias	25/04/1980 a 23/09/1980
Jayme de Mendonça Campos	24/09/1980 a 31/01/1983
Hairson Monteiro dos Santos *	01/02/1983 a 12/12/1988
Manoel de Lima	13/12/1988 a 31/12/1988
Edson Ezequiel de Mattos	01/01/1989 a 31/12/1992
João Bravo	01/01/1993 a 31/12/1996
Edson Ezequiel de Mattos	01/01/1997 a 31/12/2001
Henry Charlles	01/01/2002 a 31/12/2004
Aparecida Panisset	01/01/2005 a 31/12/2008

Fonte: Câmara dos Vereadores de São Gonçalo.

*Os prefeitos e períodos sombreados correspondem ao grupo Lavourista no poder.

O panorama político no período que antecede a Revolução de 1930, conhecido como, República Velha em São Gonçalo, constituía-se no reflexo dos acontecimentos nacionais, ou seja, a principal característica política era o

controle exercido pelos proprietários de terras, conhecidos como “coronéis” ou mesmo “latifundiários”, que mantinha seu poder baseado na produção agrícola de exportação, onde as exportações de café despontavam.

Seguindo a estrutura econômica, os partidos políticos eram extremamente elitistas e regionais, onde o sistema eleitoral era organizado para atender a poucos. Predominava o voto de “cabresto”, o sistema personalista e clientelista.

Como predominava a influência e o poder dos representantes da política nacional, regional e local através, tanto do controle de São Paulo com a produção do Café, quanto de Minas Gerais, com a produção de gado leiteiro se revezava no poder. Toda a produção deste período era voltada a atender o mercado externo. Com isto, foi criado um imposto de exportação, que era destinado a um caixa de governos estaduais, criando um fortalecimento econômico para os estados com maior produtividade.

Tal prática alimentava cada vez mais as iniciativas da maior produção e consequentemente as articulações políticas no sentido da perpetuação desse mesmo grupo no poder. O modelo político da República oligárquica visava atender pequenos grupos (necessidades regionais), não atendia e não estava organizado para as necessidades do país, assim como, não havia um “espírito de nacionalidade”, isto é, uma identidade nacional, voltada para interesses comuns da nação.

Com isso, aumenta as insatisfações, especialmente dos segmentos sociais liderados por intelectuais. A crise econômica que atinge o país e o mundo na segunda metade da década de 1920 contribuiu para esse fato, levando essa camada da sociedade a clamar por mudanças tanto em relação a ordem social, quanto em relação a política desenvolvida.

A força das questões regionais não poderiam mais orientar o desenvolvimento da política com efeitos na administração pública. Há necessidade de um novo ordenamento das políticas públicas, em especial as que atendessem aos interesses da maioria da população. Vários atores político-sociais dos anos 20 se empenharam na construção de projetos para a Nação.

Neste clima de transformações econômicas provocados pela queda da bolsa de valores americana e a tentativa de parte da sociedade caminhar para a “modernidade” do Brasil, emerge a Revolução de 1930.

No município de São Gonçalo, não foi diferente do resto do país, a influência dos grupos que detinham o poder econômico da região nas decisões políticas, tanto no período da República Velha, quanto no período posterior a ela.

A política gonçalense se articulava a luz da política central do país, assim como, que não houve grandes mudanças no que diz respeito àqueles que dirigiam antes e após a referida Revolução.

A prosperidade econômica de São Gonçalo fruto de sua produção agrícola e atividades industriais, a facilidade do escoamento da produção através dos seus diferentes portos, como também a sua posição geográfica próxima a capital federal, atraíram a atenção para o município. A arrecadação de impostos para os cofres federais (através da coleta de impostos), levou o governo federal a se preocupar em definir o controle político, especialmente indicando os dirigentes (prefeitos inteventores) para o município.

Segundo (Palmier, 1940.p.167), quanto à arrecadação de impostos afirma:

"São Gonçalo destaca-se no quadro social e político do país por uma produção que superava a todos os demais municípios do Brasil, concorrendo em consequência disto, para o erário federal com algumas dezenas de milhares de contos, renda que se apresentava em franca progressão."

É importante ressaltar que após a Revolução de 1930, os inteventores municipais indicados não residiam no município, desconhecendo a realidade do mesmo. As indicações ao cargo de prefeito neste período vão até o início de 1936, em agosto do mesmo ano ocorrem novas eleições para vereadores e prefeito. Com o Estado Novo em 1937, a prática de indicação ao cargo de prefeito retorna.

Conforme a tabela 1, podemos notar, em alguns casos, o período curto de atuação dos inteventores, praticamente sem tempo para realizações de infra-estrutura. Este fato pode demonstrar uma maior preocupação com a fiscalização e o controle da arrecadação municipal.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, instaurando o Estado Novo. Fecham-se os edifícios das Câmaras federal e municipal, além é claro do Senado e a política muda mais uma vez seu rumo. No Estado Novo (1937-1945), a política estabelecida pela ditadura Vargas, pode ser considerada a mais profícuo em relação ao estabelecimento de uma política intervencionista nos estados brasileiros.

Para o estado do Rio de Janeiro, Vargas nomeia como interventor Ernani do Amaral Peixoto⁹, que por sua vez, nomeou para o cargo de prefeito interventor de São Gonçalo o Coronel Francisco Lima, figura já conhecida no meio político do município. Permanece o poder político nas mãos de grupos de destaque na região.

O período compreendido entre 1937 e 1945, seguiu a mesma lógica de então, ou seja, o governador do Estado do Rio de Janeiro era nomeado interventor e indicava o prefeito de São Gonçalo e dos demais municípios que compunham o estado.

Faz-se necessário, neste momento, entendermos a configuração de um dos grupos mais influentes na política local, regional e nacional estabelecido a partir da indicação como interventor por Vargas, de seu ajudante de ordens Ernani do Amaral Peixoto. Referimo-nos ao “Amaralismo”, ou seja, um grupo político estabelecido a partir das habilidades e entendimentos políticos construídos por Amaral Peixoto, cooptando as lideranças políticas e influentes dos diferentes municípios que compunham o estado do Rio de Janeiro.

Negociava não só com os prefeitos, mas envolvia todas as lideranças políticas, independente das orientações ideológicas, assim, diminuía a possibilidade de ter em cargos importantes, adversários políticos.

⁹ Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989) nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1927. Militar, participou das articulações revolucionárias que culminaram na Revolução de 1930. Membro do Clube 3 de Outubro, foi voluntário para a frente de combate durante o movimento constitucionalista que eclodiu em São Paulo em julho de 1932. No ano seguinte, chegou a ajudante-de ordens da presidência no governo de Getúlio Vargas. Nomeado interventor federal no Rio de Janeiro, exerceu o cargo de novembro de 1937 a outubro de 1945, quando Vargas foi deposto. Depois de sua primeira administração, foi eleito deputado federal à Assembléa Constituinte de 1946, reelegendo-se na legislatura seguinte. Em 1951, voltou a chefiar o executivo fluminense, desta vez, como governador eleito, exercendo o cargo até 1955. No governo de Juscelino Kubitschek, foi designado embaixador nos estados Unidos e assumiu posteriormente o Ministério da Viação e Obras Públicas. No governo João Goulart foi nomeado ministro sem pasta para a Reforma Administrativa. Em 1963, elegeu-se para a Câmara dos Deputados. Em 1966, foi reeleito deputado federal pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Quatro anos depois, foi eleito, pela mesma agremiação oposicionista, senador pelo estado do Rio de Janeiro. Em 1978, ainda pelo MDB, foi reeleito senador, agora pelo voto indireto. No ano seguinte, com a extinção das legendas do MDB e ARENA e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação política que garantia sustentação ao governo do general João Figueiredo. Faleceu no Rio de Janeiro em 1989.

Fontes: ABREU, Alzira de & BELOCH, Israel (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro:1930-1983. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984, v.3. LACOMBE, Lourenço Luiz. Os chefes do executivo fluminense. Petrópolis: Vozes, 1973.

O uso de práticas clientelistas serviam de prática política, sendo através de concessão de cargos e benesses que acabavam por contribuir na cooptação de aliados, necessários à manutenção do poder. O bloco político “Amaralista” alimentou o projeto de manutenção no poder, mesmo após o período do Estado Novo.

As ações estabelecidas por esse grupo, acabam por criar uma cultura política, ou seja, uma espécie de legado estabelecido e ampliado em relação ao tempo mais longo e principalmente a consolidação, em se tratando de política, dos sentidos atribuídos por determinado grupo a uma realidade social em determinado momento. Ou seja, é o estabelecimento de uma visão de mundo, considerado com os seus códigos, símbolos e representações como nos afirma (Berstein, 1992, p.71)

“a cultura política é um sistema de representações fundado sobre uma determinada visão de mundo, sobre uma leitura significativa, senão exata, do passado histórico, sobre as escolhas de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, conforme os modelos retidos, e que se expressa através de um discurso, código de símbolos, de ritos que a evocam sem que uma outra mediação seja necessária”.

Com o período de redemocratização a partir de 1946, ainda sob a liderança do “Comandante”¹⁰ foi criado o PSD (Partido Social Democrático) no Rio de Janeiro, que conseguiu manter-se no poder por quase vinte anos, estabelecendo essa cultura política por décadas e influenciando a atividade política no cenário nacional.

Com o fim do Estado Novo e o estabelecimento da Constituição de 1946, no governo Eurico Gaspar Dutra, o cenário modifica-se, e estabelecem-se possibilidades de eleições estaduais e municipais em 1947. Neste mesmo ano, para vereador, de São Gonçalo, elege-se pelo PSD (Partido Social Democrata) um cidadão chamado Joaquim de Almeida Lavoura, que em sua primeira sessão na Câmara de Vereadores declara ser de opinião livre e que por isso só votaria em medidas justas e de utilidade para o município.

Com pouca instrução (somente até o 4º ano primário), Lavoura se constituiu no mais ativo dos vereadores, transformando-se em uma figura de fácil acesso e atendendo as reivindicações dos municípios. Para a eleição à

¹⁰ Expressão cunhada pelos seguidores de Amaral Peixoto, estabelecida pelo fato de ser oficial da Marinha e mesmo pela sua liderança política.

prefeitura em 1954, seu partido não o considera um nome propício para vencer, pois contava com nomes mais poderosos e que pudessem fazer frente à máquina e ao nome do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido do atual prefeito Gilberto Afonso Pires, que por sua vez apoiava Flávio Monteiro de Barros, grande liderança trabalhista, sendo considerado por tal grupo o detentor das ideologias proferidas por Vargas, ou seja, consideravam que a massa de trabalhadores descarregaria seus votos neste candidato.

Contrariando todas as expectativas, tanto de seu partido, o PSD, quanto á euforia dos Petebistas, Lavoura, praticamente sozinho, deixa o PSD e lança sua candidatura pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), ou seja, um pequeno partido, sem expressão. Surpreende e vence as eleições, derrotando cinco candidatos, cujos nomes¹¹ eram bem mais conhecidos e respeitados na esfera política local. Dizendo-se operário, honesto, candidato do povo e vestindo-se como estes, levou as eleições.

Assinado por Mansour Challita, o jornal O São Gonçalo de 09 de fevereiro de 1956, na primeira página, faz alusão ao grande feito de Lavoura.

"A posse na prefeitura revela um estilo próprio de governar, trabalha incessantemente de 5 da manhã às 20 horas durante 30 dias do mês. Como disse que faria em sua campanha. "Quero me eleger prefeito para trabalhar." Moralizando o serviço público esforça-se em equilibrar o orçamento, fazendo o saneamento às contas municipais. Faz as obras pedidas de calçamento do Porto Velho e o complexo Hospitalar. E sua maneira peculiar de trabalhar tendo a porta do gabinete sempre aberta, recebendo a todos que o procurava e resolvendo pessoalmente seus problemas, sem necessidade de marcar audiência. Todos os aspectos da administração eram por ele observados, quando não havia despachos a fazer em seu gabinete , ele se dirigia à garagem para supervisionar a recuperação dos veículos ou se dirigia às obras públicas para verificar o seu andamento "Ele não trabalha somente com sua vontade e sua cabeça, mas com toda a sua alma". O "trabalho para ele é uma paixão, uma missão, o meio de fazer triunfar o seu ideal". Como prefeito Lavoura diminui o seu salário que passou de CR\$ 90.00,00 para Cr\$ 16.500,00 por mês, mas que segundo funcionários da prefeitura ele ainda distribuía a metade para os necessitados que vinham procurá-lo".

Muitos a partir daí passam a considerá-lo um fenômeno e consequentemente a receber apoio de parte considerável da população, divulgando o seu feito e espalhando a fama de trabalhador e honesto.

¹¹ Flávio Monteiro de Barros (PTB/PST), Egylio Justi (PSD), Walter Orlandine (UDN), Nicanor Ferreira Nunes (PSB) e J. Aguiar dos Santos.

Sua trajetória seguiu o caminho de uma liderança que acaba por consolidar um grupo denominado "Lavourista", estendendo-se por 16 anos.

Em 1962, candidata-se para o lugar de Geremias de Mattos Fontes, que havia sido seu chefe de gabinete em eleição anterior. O grupo começa a se consolidar a partir da marca estabelecida pela forma de governar de Joaquim Lavoura, em seu marketing pessoal, na forma de se vestir (camisas de mangas curtas, paletó amassado e um chapéu de couro), característica que segundo o próprio aproximava-se ao povo.

É oportuno lembrar que os meios de comunicação já despontavam como divulgadores dos feitos e das campanhas políticas. No caso de São Gonçalo, o destaque fica por conta do jornal diário "O São Gonçalo", que, por sua vez, transforma-se no grande divulgador, incentivador e bajulador dos feitos do prefeito Lavoura ao longo dos seus mandatos e de seu grupo. Como sinaliza O São Gonçalo, ano XXXII de 5 de abril de 1962 em sua primeira página em ocasião do aniversário de Lavoura. O "jornal, o parabeniza e destaca em reportagem, que o presidente da Câmara de Vereadores é um:" ilustre homem público que se devotou inteiramente, com sacrifício e prejuízo de sua própria saúde, sem nenhuma vantagem financeira ao progresso do município".

Faz um pequeno retrospecto sobre o período que fora prefeito.

"a sua passagem pela prefeitura, no alto cargo de prefeito, sem ser fabuloso, porque tudo estava por arrumar e por fazer, cumprir sua missão com tanto patriotismo e amor que sua obra, sua administração, causou a melhor e mais ampla repercussão em todo estado, outorgando-lhe a maior consagração e respeito que qualquer homem público possa ter alcançado neste estado merece um trabalho fecundo puramente honesto que colocou São Gonçalo entre as mais progressistas da União, recuperando-lhe o crédito que permite ao seu sucessor e por ele indicado seguindo suas pegadas e métodos de trabalho governar mais tranquilo".

Em outubro de 1962, elege-se com 11.622, quase cinco mil votos em relação ao segundo colocado. Seu grupo consolida-se no poder com a eleição do deputado Federal, Estadual e Vereadores da coligação PTN – PL.

O grupo "Lavourista", completa 16 anos no poder, sendo interrompido pela eleição de Nicanor Ferreira Nunes do MDB no período de 31/1/1971 a 30/1/1973, porém apesar de alguns considerarem o grupo desgastado e fora de

ação, nas eleições de 1972, o grupo após alguns impasses, definiu seu candidato como sendo o próprio Joaquim Lavoura, apesar de apresentar a saúde abalada. Ressurge, assim, como candidato à prefeitura, agora com a legenda da Arena¹² e vence.

O grupo “Lavourista” retoma o poder municipal por mais um período, transformando o nome Joaquim Lavoura, por alguns entusiastas, num verdadeiro “mito”, atribuindo-lhe valores de honestidade, trabalho, poder decisório e especialmente uma “identidade” com o povo.

Muitos dos atributos estabelecidos pela população foram moldados pelo uso da imprensa local, especialmente do Jornal O São Gonçalo, que se transformou no porta-voz dos feitos de Lavoura¹³. Rotulando-o com “marcas” intencionais próprias para caracterizar sua figura, tais como: “Homem do Chapéu”, “Homem do cigarro de palha”. Ou mesmo, destacando expressões de seus discursos ao longo das campanhas eleitorais, como: “Unidos pela grandeza da terra gonçalense”, “O progresso e a ordem só vêm com o trabalho”.

Superando seus adversários, Lavoura consegue aproximadamente 47% tabela 2 do total de votos para a prefeitura, tendo pleno apoio na Câmara Municipal e da população gonçalense.

Nas 506 urnas apuradas, o resultado estabelecido foi o seguinte:

Tabela 2 – Resultado da Eleição para Prefeito de São Gonçalo-1972.

Fonte: TRE – Eleições 1972.	
No	Candidatos
período	Joaquim Lavoura
subseqüente	17.623
outro grupo	Romero Carvalho
estabelece-se no	13.193
poder. A legenda	Amauri Moraes
do MDB, sob	10.260
	Geraldo Ornelas
	5.623
	Josias Ávila
	4.027
	Nulos
	9.555
	Brancos
	6.523
	Total de Votos
	110.765

Liderança de Jayme de Mendonça Campos, a prefeitura de São Gonçalo é tomada por sete mandatos seguidos, ou seja, de 01/02/1977 a 31/01/1983. O grupo

¹² Com o golpe militar de março de 1964, a estrutura política muda consideravelmente no Brasil. A reformulação partidária, orientada pelo texto do Ato Complementar nº4, instituiu o bipartidarismo no Brasil. As forças políticas que se alinhavam com o governo militar constituíram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto a oposição possível se articulou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 24 de março de 1966.

¹³ Joaquim Almeida Lavoura morre em 12/08/1975, sendo substituído pelo seu vice Zeir de Souza Porto, cumprindo o mandato até 31/01/1977.

“Lavourista” volta ao poder nas eleições de 1982, com o mandato de Hairson Monteiro dos Santos (01/02/1983 a 12/12/1988), a gestão foi complementada por Manoel de Lima (13/12/1988 a 31/12/1988).

Os períodos posteriores indicam, em parte, mudanças no jeito de fazer política, o que não significa uma melhora, especialmente para população gonçalense, pois os problemas de infra-estrutura permanecem. O que chama atenção na consolidação das eleições mais recentes para o executivo municipal é o grande número de coligações estabelecidas. Tal fato gera um comprometimento ainda maior do executivo municipal com os seus “aliados” e os seus interesses, distanciando dos interesses coletivos.

Uma pequena mostra do crescente número de coligações que orientam a política do Rio de Janeiro pode ser percebida na tabela 3, que retrata as coligações eleitorais ao longo de três eleições na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1992, as coligações vitoriosas eram formadas, em média, por três partidos; na eleição seguinte, a média subiu para cinco partidos; em 2000, a média subiu para oito partidos. Os números acima dos anos correspondem a média de coligações.

Tabela 3 - Coligações eleitorais: prefeitos eleitos, 1992-2000(%) – Região Metropolitana-RJ

Eleito	1992³	1996⁵	2000⁸
Com coligação	65	89	85
Sem coligação	35	11	15
Total	100	100	100
Nº de Municípios	17	19	20

Fonte: TRE-RJ Os números acima dos anos, corresponde à média de coligações.

Ratificando tal situação, observa-se em relação ao município de São Gonçalo o candidato Edson Ezequiel do PDT foi eleito por uma coligação que abrangia 10 (dez) partidos (PPS, PV, PT, PSB, PTB, PST, PSD, PRN, PSL, PR) além do seu.

A alternância dos grupos políticos no executivo municipal exemplifica bem a construção de uma rede hegemônica de poder político que agrupa interesses

estabelecidos em diferentes escalas de poder. Alimentada através da participação efetiva dos sujeitos e seus interesses, o uso do público e do privado na consolidação de objetivos, articulados no sentido da manutenção ou mesmo da renovação de cada grupo no poder.

2.2 – Transformações Econômicas.

No período correspondente a primeira metade do século XX, as atividades econômicas proliferavam com um bom desenvolvimento, tanto na agricultura quanto na indústria. Os grandes latifúndios vêm cedendo espaço a múltiplas propriedades pequenas e médias, que apresentam destaque na produção de cítricos, em especial de laranjas, que servem tanto ao mercado interno, quanto para exportação.

As dificuldades econômicas geradas pelo impacto da crise de 1929 e pela II Guerra Mundial afetaram em cheio os produtores agrícolas de São Gonçalo. As exportações de laranja, típicas da primeira metade do século passado, sofrem uma queda considerável, graças ao advento da II Guerra Mundial, pois as dificuldades ocorridas pelo transporte marítimo, especialmente pela ausência de navios frigoríficos em aportar no Rio de Janeiro pelas dificuldades de navegação pelo Atlântico, a falta, de armazéns frigoríficos aliados ao transporte rodoviário deficiente das propriedades citricultoras até as ferrovias, levaram ao apodrecimento de muitas laranjas ainda no pé, o que gerou um colapso na produção.

O número considerável de lotes oferecidos em São Gonçalo, resultado da crise da citricultura, acaba por se desenvolver em paralelo ao processo de metropolização brasileira, onde a economia deixava de ser agrário-exportadora para ser urbano-industrial. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo atraiam migrantes, o que desencadeava um processo de crescimento populacional acelerado em municípios mais afastados e com áreas disponíveis.

A queda nas exportações e a transferência do capital agrícola para a indústria, acabaram por baixar o preço da terra. Acompanhando o capital, passa ocorrer à migração da mão-de-obra para o Rio de Janeiro, então capital federal,

em busca de trabalho na tentativa de ser absorvida pela crescente expansão industrial, especialmente, devido a sua expansão para os subúrbios.

Segundo (Santos 1985, p.25) essa migração resultou na procura de moradias no Rio de Janeiro, causando uma “crise de habitação” na cidade. Porém, estes migrantes, com poucos recursos, não podendo se instalar na área central da Capital Federal devido os altos preços e “os subúrbios já estavam de tal modo ocupado (ou mantidos como reserva de valor), que a população pobre só poderia se radicar em áreas longínquas, para além da fronteira do distrito federal”.

O parcelamento das fazendas e sítios torna-se uma alternativa econômica para os proprietários, onde fracionar os terrenos, vendendo-os em forma de lotes a preços baixos, apresentava retorno econômico, pois seus ganhos advinham da grande quantidade.

Esse loteamento deram origem a vários bairros na cidade, como é o caso de Boa Vista, Brasilândia, Jardim Bom Retiro, entre outros. O “boom” dos loteamentos tabela 4 segue sua dinâmica, pois contou com a conivência do poder público, especialmente no uso do Termo de Compromisso¹⁴, instituído entre a prefeitura e o loteador.

Apesar de outros fatores contribuírem, este também, marca a transformação do rural para o urbano.

Tabela 4: Loteamentos em São Gonçalo: 1930 a 1979

Ano	Nº de Loteamentos	Nº de Lotes
1930 -1939	3	922
1940 -1949	130	38.617
1950 -1959	295	82.614
1960 - 1969	82	19.510
1970 - 1979	76	15.724

Fonte: Mauricio de Abreu – 1987

Esse crescimento só foi possível a partir do incremento populacional estabelecido pela oferta de mão-de-obra e consequentemente a procura de

¹⁴ O Termo de Compromisso, como o próprio nome indica, é um “acordo” assinado entre o loteador e a Prefeitura, onde o primeiro se encarrega de executar devidas obras no loteamento (terraplanagem, nivelamento, abertura de ruas, drenagem, etc.) para assim obter a aprovação na planta e poder comercializar os lotes já com a planta aprovada pela Prefeitura.

moradias nas proximidades da Guanabara (DF). Segundo (Geiger 1956, p.49) “o progresso urbano do município não poderia ser feito apenas com a população local, ocorrendo migração de outras partes do Estado ou mesmo do Distrito Federal que vão residir em São Gonçalo”.

O incremento populacional pode ser observado através dos censos demográficos, onde ocorre uma elevação de 92% na população do município, ou seja, passando de 127.276 habitantes em 1950 para 244.617 em 1960.

Quando observarmos os dados do censo de 1960 na tabela 5 pode inferir a ampliação do número de residentes a partir da segunda metade da década de 1950, o que ratifica situação descrita anteriormente.

Tabela 5: População – Tempo de residência (SG)

Tempo	Homens	Mulheres
Menos de 1 ano	6.338	6.407
1 a 5 anos	17.856	18.424
6 a 10 anos	13.244	12.892
11 anos e mais	19.876	20.200
Totais*	57.382	57.993

Fonte: IBGE – 1960 * Inclusive tempo ignorado.

O grande fluxo de pessoas para São Gonçalo denota uma conjuntura favorável, expressa pelas condições locais para a expansão dos loteamentos, seja pela quantidade de terras disponíveis, pelo capital para investimento, ou mesmo pela localização favorável devido à proximidade do Rio de Janeiro e Niterói.

Esse incremento populacional ampliou o dinamismo da cidade, o que acabou gerando por sua vez, a ampliação no jogo político dos diferentes grupos estabelecidos no município. Razões não faltam para isso, pois o envolvimento com o comércio de terras implicou em interesses privados e públicos, não só de caráter econômico, mas movimentou também sobremaneira os interesses políticos. O incremento populacional gera “novos eleitores”. Com isso, a ação dos grupos políticos torna-se mais aguerrida no uso de suas estratégias com objetivos de influenciá-los.

O processo industrial em São Gonçalo ocorreu em função de alguns aspectos de ordem institucional pública e privada. Assim, como ocorreu na Baixada Fluminense, o governo federal promoveu obras de saneamento, através da abertura de canais, dragagem de rios, além da melhoria da acessibilidade,

dinamizando os transportes marítimos, ferroviários e rodoviários. A oferta de terrenos á preços baixos pelos agentes imobiliários acabou também por contribuir para estabelecimento das indústrias no leste da Baía de Guanabara.

Em suma, o incremento desse setor tornou-se viável graças à convergência de interesses entre os segmentos políticos gonçalenses e o capital privado, materializado por incentivos consentidos a algumas empresas, tais como: a Cia.de Cimento Portland, que em função desses incentivos governamentais criou o seu próprio sistema de transporte, bem como, um canal navegável para o escoamento de sua produção. Semelhante situação encontra, em relação à empresa Hime & Companhia, importante indústria metalúrgica, localizada em Neves, com melhoramentos nas ruas próximas às suas instalações, cujo objetivo, obviamente, era melhorar seu investimento. Neste sentido, a Companhia realiza obras no cais de Neves, importante via de ligação com a cidade do Rio de Janeiro.

Tais melhoramentos eram acompanhados pela Prefeitura, o que demonstra certa relação do poder público com a via privada na realização de algumas obras públicas.

Dessa forma, entre 1940 e 1960, São Gonçalo abrigou um parque industrial de expressão, com centenas de estabelecimentos industriais conforme a tabela 6 e uma considerável arrecadação de impostos.

**Tabela 6 - Nº de estabelecimentos industriais em São Gonçalo
1950/1960**

Ano	Estabelecimentos
1950	177
1960	252
1965	306

Fonte:Censo Industrial – IBGE – 1950 1960 e CODERJ – 1969.
Adaptação pelo autor.

A produção industrial, neste período, era bem diversificada, com cimento, metalúrgicas, fósforos, soda cáustica, cloro, cloreto de cálcio, tintas e vernizes, vidros, porcelanas, cerâmicas, ladrilhos, louças, tijolos comuns e refratários, telhas comuns e coloniais, curtumes, doces, silicato de soda, explosivos, formicidas, brinquedos, conservas de sardinha, tamancos, aguardente, refrigerante dentre outras.

Por localizar-se próximo a Niterói (capital do estado) e apresentar a facilidade de escoamento de produção pelo porto dessa mesma cidade, o bairro de Neves a partir da década de 1930 começa a se destacar e a lidar o processo de expansão industrial do município de São Gonçalo. Como sede de um grande parque industrial, o bairro de Neves sofre um grande aumento demográfico e experimenta um crescente progresso econômico.

Tal fato o beneficia em relação à ação de políticas públicas de urbanização. A conurbação com o bairro industrial do Barreto em Niterói, a infra-estrutura de ferrovia e portuária contribuiu também para atração de novas plantas industriais.

A concentração de indústrias de grande porte, tais como a Vidreira, a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, e a Companhia Brasileira de Fósforos, entre outras, influenciou decisivamente na explosão demográfica do bairro ao atrair trabalhadores que se estabeleceram em habitações proletárias promovidas pela iniciativa das indústrias com a facilitação¹⁵ da prefeitura. Isenções do imposto predial, mesmo que por um tempo determinado, eram concedidas a proprietários que construíssem vilas operárias.

Paralelamente aos incentivos fiscais promovidos pela Prefeitura para a construção das vilas operárias, frente ao estabelecimento de indústrias, outra exigência era feita às empresas, ou seja, estas eram obrigadas a manter, em seus quadros, operários residentes no município. Com isso, aqueles que pretendiam se empregar nestas indústrias e não fossem moradores de São Gonçalo, tinham que estabelecer residência no município, atraindo assim, um bom número de migrantes.

Sem sombra de dúvida uma das estratégias da prefeitura era o aumento da arrecadação municipal e consequentemente um maior número de eleitores a ser influenciado politicamente.

Segundo (Palmier 1940), Neves¹⁶ foi o distrito que mais se beneficiava nesta conjuntura. Como a região economicamente mais ativa, acabava por

¹⁵ A Prefeitura, através de resoluções oficiais, colaborava diretamente com quem pretendia estruturar habitações proletárias no município. Na década de 30 passaram a ser emitidos atos no intuito de incentivar o surgimento de locais de moradia para os trabalhadores.

¹⁶ No Recenseamento Geral de 1940, Neves se mantém como o distrito mais populoso embora tenha se desmembrado dele o quinto distrito, o de Sete Pontes, em 1938. Neves é também o distrito mais urbanizado do município⁶⁹. Seu quadro urbano possui 38.1% da população do município contra 26.8% de Sete Pontes e 9.4% de São Gonçalo. Quanto à situação de domicílio, Neves, com 99% de quadro urbano, têm praticamente toda a sua população fixada no meio urbano, o mesmo ocorrendo em Sete Pontes. Por outro lado a sede possui pouco mais de 60% de quadro urbano.

contar com os maiores efeitos da política populacional e habitacional praticada pela Prefeitura.

Neves, portanto, figurava como o bairro central e mais próspero do município e passava a atrair os primeiros investimentos relativos à urbanização da cidade, como construção e alargamento de vias públicas, incremento da educação, organização de áreas de cultura e lazer, etc.

No ramo industrial em 1950, São Gonçalo despontava como terceiro município do estado quanto ao valor da produção industrial, sendo inclusive, o representante da maior concentração da indústria de base do estado do Rio de Janeiro, inclusive, ficou conhecida como a "Manchester Brasileira", em alusão a cidade industrial inglesa, com uma alta concentração de indústrias.

O desenvolvimento do parque industrial gonçalense, em especial no distrito de Neves, no limite com Niterói, atraiu um bom número de trabalhadores, onde o município passa a se transformar num centro receptor de periferização, despontando para alguns como "cidade dormitório", sendo explicada, por um lado, pelo baixo preço das terras, incentivados por uma febre loteadora, a partir do parcelamento das fazendas de laranjas, por outro, pela pressão demográfica relacionada à expansão da metrópole do Rio de Janeiro.

São Gonçalo começa a sofrer o impacto desse incremento, especialmente quando o seu perímetro urbano foi ampliado, em consequência do parcelamento das suas áreas rurais. A deliberação 370, de 10 de novembro de 1962 da Câmara dos Vereadores estende a zona urbana a todo o território municipal. Sendo assim, os cinco distritos que compõem o município passam a ser declarados urbanos e pior, sem a infra-estrutura necessária.

Segundo (BRAGA, 1998, p125), o declínio industrial de São Gonçalo deveu-se a elevação dos tributos e a ausência de modernização nas indústrias existentes, que por causa disso deixaram de funcionar ou mesmo, transferiram-se para outros municípios ou estados.

Na década de 1970, a abertura da ponte Rio-Niterói; a fusão entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro e a abertura da BR101 Niterói-Manilha nos anos 1980, possibilitaram o acesso mais rápido aos demais municípios do leste metropolitano, abrindo caminho aos agentes imobiliários o parcelamento da terra de forma mais intensivo, para esta porção, tendo como atrativo para as vendas, a melhor acessibilidade e consequentemente a redução do tempo de deslocamento à metrópole, ou seja, a grande fornecedora de empregos e serviços.

A fusão entre os dois estados em questão não trouxe, a princípio, as melhorias econômicas para os municípios do leste metropolitano. Esperava-se uma integração econômica e política mais efetiva, porém o regime político, como se sabe, nesta época era de exceção. Não só em função dos direitos políticos dos cidadãos, mas também no que concerne a distribuição de renda e a do acesso às condições mínimas de infra-estrutura, tais como água e esgoto.

Na passagem do regime militar para a redemocratização, a distância entre o atendimento, pelo poder público, no que tange aos serviços de infra-estrutura, e as comunidades mais carentes de tais serviços, ampliou-se. Persistiu, ou mesmo, ampliou-se o chamado “mandonismo urbano”, ou seja, articulações políticas entre o governo federal, estadual e municipal, em relação a distribuição de tais serviços, onde pontos chaves(cargos) no poder das estatais, como CEDAE, SANERJ e em programas como: Programa de Esgotamento da Baixada Fluminense (PESBF), o PROSANEAR (saneamento de favelas) e o PDBG (Programa de Despoluição da Baía da Guanabara) eram ocupados por representantes de políticos, de diferentes partidos, que realizavam concessões, numa típica barganha política.

São Gonçalo só começa a receber algum benefício a partir dos meados da década de 1990, através do PDBG, mas mesmo assim, não foi suficiente para sanar o déficit do suprimento de água e esgoto, até os dias de hoje.

Com uma população beirando a um milhão de habitantes¹⁷, este município tem seu histórico atrelado a mandos e desmandos de grupos políticos hegemônicos, da Colônia a República, com momentos de prosperidade e decadência e que com certeza, os momentos de prosperidade beneficiaram a hegemonia dos grupos de poder político e econômico. Outra certeza, nos momentos de decadência, esse grupo também prosperou diante de uma população bestializada. É o que veremos em seções mais a frente.

¹⁷ Segundo os últimos dados do IBGE, em 2006, São Gonçalo conta com 950.000 habitantes.

2.3– Urbanização e posição no contexto metropolitano

Como um município de destaque populacional (aproximadamente um milhão de habitantes)¹⁸, São Gonçalo representa a síntese dos municípios metropolitanos, especialmente, quando apresenta um índice de qualidade relativamente baixo, sendo superado por seis outros componentes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Chamam atenção os problemas básicos de infra-estrutura (água, esgoto, limpeza urbana, asfaltamento etc.), longe das condições consideradas ideais.

Porém, no contexto dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, dos 13 municípios com PIB acima de R\$ 1 bilhão em 2001, sete pertencem à Região Metropolitana (a capital, Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti), dois, à Região Norte (Macaé e Campos), graças aos incentivos provenientes do petróleo; Petrópolis representa a Região Serrana e a Região do Médio Paraíba traz três municípios (Barra Mansa, Resende e Volta Redonda), fruto de suas capacidades agregadoras em relação a incentivos para diferentes indústrias, em especial a siderúrgica, química e a de automóveis.

São Gonçalo apresenta uma área de 253,1 Km² e um PIB¹⁹ de R\$ 5.596.397,197, correspondendo ao 5º do estado, seu IDH²⁰(Índice de Desenvolvimento Humano) é o vigésimo terceiro se comparado com os noventa e dois municípios do estado do Rio de Janeiro, sua posição em nível nacional corresponde a 1012º , já no que corresponde ao IQM²¹ (Índice de Qualidade dos Municípios), aos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, o município em questão ocupa a 5ª posição, sendo superado pela capital, Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A tabela 7 abaixo destaca comparativamente o IQM do município de São Gonçalo frente aos 20 municípios melhores classificados do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1998 e 2005.

¹⁸ Segundo o censo demográfico do IBGE em 2000/2001, o município de São Gonçalo apresentava uma população um pouco superior a 890.000 habitantes.

¹⁹ Dados do IBGE relativos ao ano de 2004.

²⁰ Dados da Fundação CIDE relativo ao ano de 2005.

²¹ Dados da Fundação CIDE relativo ao ano de 2005.

Tabela 7: IQM – 20 melhores posicionados – Rio de Janeiro (1998/2005)

1998	2005
1- Rio de Janeiro	1- Rio de Janeiro
2- Niterói	2- Niterói
3- Resende	3- Macaé
4- Volta Redonda	4- Volta Redonda
5- Macaé	5- Resende
6- Casimiro de Abreu	6- Rio das Ostras**
7- Petrópolis	7- Porto Real**
8- Três Rios	8- Casimiro de Abreu
9- Campos dos Goytacazes	9- Campos dos Goytacazes
10- Santo Antônio de Pádua*	10- Duque de Caxias
11- Cabo Frio	11- Piraí
12- Barra Mansa	12- Petrópolis
13- Piraí	13- Cabo Frio
14- Miguel Pereira*	14- Barra Mansa
15- Itatiaia	15- Vassouras**
16- Teresópolis	16- Nova Iguaçu
17- Bom Jesus do Itabapoana*	17- Três Rios
18- Araruama*	18- Armação dos Búzios**
19- Duque de Caxias	19- São Gonçalo**
20- Itaguaí	20- Itaguaí

Fonte: Fundação CIDE – 2005

* Municípios que saíram do grupo dos vinte.

**Municípios que entraram no grupo dos vinte.

São Gonçalo é um dos municípios que se incorporou a esse grupo, graças a certa melhoria em determinados indicadores estabelecidos pela Fundação CIDE, que aborda aspectos das condições básicas necessárias para o desenvolvimento do município. Tais indicadores²² estão definidos e distribuídos em grupos, também denominados cestas. A tabela 8 demonstra as melhorias significativas em dez ou mais posições entre os municípios fluminenses.

Tabela nº 8 - Municípios que passaram a fazer parte dos vinte primeiros, no IQM-2005.

²² Os indicadores de qualidade dos municípios determinados pela Fundação CIDE -2005 são: DIN – Dinamismo; CEN - Centralidade e vantagem locacional; RIQ - Riqueza e potencial de consumo; QMA - Qualificação da mão-de-obra; FAC - Facilidades para negócios; IGE - Infra-estrutura para grandes empreendimentos; CID – Cidadania.

(Variação das posições, por grupo de indicadores, de 1998 para 2005)

Municípios	DIN 98/05	CEN 98/05	RIQ 98/05	QMA 98/05	FAC 98/05	IGE 98/05	CID 98/05
Armação dos Búzios	4/4	88/70	7/4	57/34	16/23	64 /86	62/69
Nova Iguacu*	69/52	5/3	66/58	27/5	21/30	8/9	67/53
Porto Real	55/6	81/13	28/7	70/64	69/91	59/10	74/64
Rio das Ostras	3/3	22/23	12/9	40/21	41/16	35/20	77/71
São Gonçalo*	67/68	12/11	65/56	21/8	74/7	23/36	68/48
Vassouras	66/32	36/15	31/28	9/9	19/6	21/45	9/13

Fonte: Fundação CIDE – 2005. Nota: Em negrito, as melhorias significativas (dez ou mais posições).

* Municípios pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Ainda a tabela 8, demonstra que o município teve melhorias significativas em três indicadores: *Qualificação de Mão-de-Obra*, com um aumento em treze posições, neste indicador são levados em consideração o padrão de formação educacional da população, do ponto de vista da especialização e profissionalização, considerando as conclusões em cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC e pelo SENAI

Consideram-se também, o percentual de chefes de domicílios com, pelo menos, o ensino médio completo, isto é, aqueles que têm 11 ou mais anos de estudo; a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (considerando-se o critério adotado pelo IBGE); a matrícula em cursos técnicos do Ensino Médio, em relação à população de 15 anos ou mais. Deve-se esclarecer, com relação a matrícula no SENAI, que não foram considerados os cursos oferecidos diretamente nas empresas ou sob sua supervisão.

O outro indicador em destaque foi o relativo á *Facilidade para Negócios*, que considera as facilidades existentes para a operação das empresas e seus funcionários. Este indicador leva em consideração o número de agências bancárias dividido pela raiz da população e multiplicado por 100. Podendo representar, também, a intensidade de movimentação de recursos financeiros.

Considera ainda, a facilidade de comunicações, representada pelo número de terminais telefônicos, para cada grupo de 1.000 habitantes; o número de agências dos Correios e sua relação proporcional à população; considera

também, os meios de hospedagem disponíveis em cada município. (considerou-se o número total de leitos em hotéis, para cada 1.000 habitantes).

Mais dois aspectos relevantes compõem o quadro deste indicador, ou seja, a legislação de incentivos oferecidos pelo município para a instalação, expansão ou modernização de empresas, de acordo com um sistema de pontuação que considera diferentes isenções, reduções de impostos e taxas, tais como: a isenção de todos os tributos, a isenção de IPTU, a isenção ou redução de ISS, redução ou isenção de taxas municipais, cessão de terrenos, tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte. A existência de um balcão SEBRAE, completa o indicador. Ressalta-se que este indicador foi o que teve a melhoria mais significativa, pois foram conquistadas sessenta e sete posições.

Com o avanço de vinte posições, o indicador *Cidadania*, completa o quadro dos indicadores que melhoraram em São Gonçalo. A composição de tal indicador representa as condições de atendimento às necessidades básicas da população do município (saúde, educação, segurança, justiça e lazer).

No que tange ao ensino, leva em consideração: o número de matrículas no ensino básico (considerando o pré-escolar, a classe de alfabetização, o 1º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio) em relação à população residente em idade escolar (considerada a de 5 a 19 anos). Já na Saúde, o número de leitos nas especialidades básicas (clínicas médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica) em hospitais do município, credenciados pelo SUS, para cada grupo de 1.000 habitantes. Na área de segurança, considera o efetivo de policiais civis e militares, para cada grupo de 10.000 habitantes.

Na cultura, considera a existência de equipamentos culturais no município. Foram somados os números de cinemas, teatros, museus e bibliotecas, dividindo-se o total pela raiz da população e multiplicando-se por 100. Na Justiça, considera a existência de instituições que lidam com questões relativas aos direitos do cidadão: PROCON e Defensoria Pública. Completando esse indicador, estabelece o demonstrativo, quanto ao atendimento domiciliar de água tratada, lixo e esgotamento sanitário. Foi feita uma média do número de domicílios com abastecimento de água adequado, com esgotamento sanitário adequado e com destino do lixo adequado (considerando os critérios utilizados pelo IBGE) e obtido o percentual em relação a todos os domicílios.

Ainda analisando a tabela nº5, percebe-se um acréscimo insignificante, ou seja, o avanço de apenas uma posição em dois indicadores: o primeiro,

corresponde a *Centralidade e Vantagem Locacional*, que representa, neste caso, a capacidade que possui o município de estabelecer vínculos com os mercados vizinhos, seja pela sua importância regional, seja pela sua localização geograficamente privilegiada. Sendo assim, são considerados os seguintes aspectos: Linhas de ônibus intermunicipais e população; Matrículas no Ensino Superior (graduação, mestrado e doutorado) e população; Valor Adicionado Fiscal do Comércio Atacadista e população; Chefes de domicílios – total e com 11 ou mais anos de estudo; Valor Adicionado Fiscal do Comércio Varejista; Distância entre as sedes municipais e população; Concessionárias de veículos e população.

O segundo indicador corresponde a *Riqueza e Potencial de Consumo* demonstra a riqueza existente no município, representada pela sua produção e pelo nível de rendimento de seus habitantes, este indicador ficou abaixo de dez posições conquistadas. Compõem o indicador: o percentual de chefes de domicílios com renda alta, isto é, com renda superior a 20 salários mínimos; a estimativa do PIB per capita (renda per capita) do município; a aproximação do nível de consumo, considerou o consumo residencial de energia elétrica, por habitante; a média dos depósitos bancários em agências do município, por habitante; o nível das finanças municipais, como medida de sua capacidade de investimento. É a relação entre as despesas de capital com investimentos e a população.

Encerrando o quadro de análise sobre a tabela nº5, verifica-se um decréscimo, ou seja, uma perda de posição em dois indicadores são eles: *Dinamismo* que corresponde aos aspectos do dinamismo da economia local, representada pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades. Este indicador praticamente não teve alteração, pois decaiu apenas uma posição.

Ele é composto por: nº de pontos de serviços bancários com atendimento 24 horas, para os principais bancos, em relação à raiz da população; comprehende a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, em 1991 e 2000; número de veículos novos licenciados, para cada grupo de 100 habitantes; o valor médio das operações de crédito em agências bancárias do município, por habitante; a estimativa da taxa média de crescimento do PIB do município, entre 2001 e 2003.

O pior desempenho para o município, com uma perda de 13 posições foi o relativo ao indicador *Infra-estrutura para grandes empreendimentos* que demonstra a presença, no município, de condições favoráveis à implantação e

operação de empresas de grande porte. Compõem tal indicador os seguintes aspectos: a existência de rodovia pavimentada de pista dupla. Esta categoria foi considerada como fator de diferenciação entre os municípios, tendo em vista que todas as sedes municipais são servidas por rodovias pavimentadas de pista simples. Também foram considerados os municípios cujos territórios, embora não atravessados por esta categoria, estão próximos a ela até uma distância de 10 km.

Como outros indicadores, consideram sistemas de pontuação que envolve também: municípios servidos por ferrovias ou cujos territórios estejam distantes de linhas férreas até 10 km; considera os municípios servidos por aeroportos, públicos ou privados; considera os municípios atravessados por gasodutos; a existência de linhas de transmissão de energia elétrica, com sistema de pontuação dependendo das potências, que variam de 34,5 kV a 500 kV e por último, estabelece a existência de distrito, condomínio, parque ou pólo industrial.

2.4– Transformações Econômicas e Políticas mais recentes

Há uma tendência de transformações econômicas e políticas na atualidade em São Gonçalo, os estabelecimentos de Grandes Projetos desenvolvidos pelo Governo Federal estão implicando num processo de transformação seguindo os ditames estabelecidos por práticas econômicas e políticas que envolvem diversos segmentos da sociedade.

Ao observarmos o artigo do Quadro 2 – Para reerguer a “Manchester Brasileira” na página do Jornal O Fluminense on-line de 24/09/2007, sobre as possibilidades de transformações produtivas, tendo como cenário a cidade de São Gonçalo. Na realidade a expressão mais usada correspondia a “Manchester Fluminense”, que abrangia a grande concentração de indústrias nos bairros de Neves (São Gonçalo) e Barreto (Niterói). Como em nosso estudo fazemos referência aos projetos relacionados ao artigo, iremos reproduzi-lo nesta seção, alertando que as suas implicações econômicas e políticas serão analisadas mais à frente, tanto no capítulo 4, quanto na conclusão deste.

Diferentes forças articulam-se na consolidação de seus projetos de interesses, num turbilhão de ações e envolvimentos de todas as ordens. Indagamos sobre as implicações do jogo político, quem são os sujeitos? Qual a

sua posição e condição? Como agem no espaço? Quais são suas práticas e estratégias?

Quadro 2 - Para reerguer a "Manchester brasileira"

Para reerguer a 'Manchester brasileira'

De olho nos grandes investimentos oriundos da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, e sem esquecer dos micros, pequenos e médios empresários, a Prefeitura de São Gonçalo abre as portas para as indústrias e se prepara para reviver um momento de expansão do parque industrial. A cidade, que era conhecida como a "Manchester brasileira", viu seu império industrial diminuir assustadoramente, servindo, quase que exclusivamente, como dormitório para a população que se desloca para cidades vizinhas à procura de trabalho. De acordo com dados da Prefeitura, a cidade possui 13.351 empresas registradas, excetuando-se as firmas prestadoras de serviço. Os pólos de Moda, Industrial e Automobilístico encabeçam a lista de projetos.

Há apenas dois meses no cargo, mas cheio de planos, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Augusto Nunes, apostou na desburocratização dos serviços e no relacionamento com empresários nacionais e estrangeiros para garantir a fixação de novas empresas na cidade. Pensando no empresariado, Nunes criou a Assessoria de Assuntos Internacionais e trouxe para o posto o delegado do Comitê Olímpico Italiano no Brasil, Alfredo Apichella.

Segundo ele, São Gonçalo será uma "janela" na Comunidade Européia. No dia 25, uma comitiva composta por seis empresários de diversos segmentos vai desembarcar na cidade e serão levados a conhecer o potencial industrial.

O maior investimento da Petrobras, o Comperj, é visto com ressalvas pelo secretário. Ele teme um inchaço populacional em virtude do número de vagas que são previstas pelo empreendimento. Nunes garante não ter espaço para a contratação de 200 mil ou até 300 mil pessoas.

Para isso, a parceria com entidades como a Firjan e o Sebrae terá como resultado a conclusão de um panorama sócio-econômico da cidade, evitando a criação de bolsões de pobreza, ocasionados pelo êxodo populacional. "Estamos contando com a tecnologia de informação que esses órgãos têm para que tenhamos plena consciência dos impactos que o Comperj poderá trazer para a vida de todos os gonçalenses", analisa o secretário.

Antes da criação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), a prefeita de São Gonçalo, Aparecida Panisset, sancionou uma lei que promove a redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) de empresas do setor naval, passando dos 5% para 2%. Porém, aos empresários, cabe a responsabilidade de contratar parte do quadro funcional na cidade.

Outra cartada está na criação do Espaço do Empreendedor de São Gonçalo, que será ligado à Junta Comercial. Em 45 dias, os empresários poderão agilizar os trâmites necessários para a

abertura da empresa e liberação do alvará de funcionamento. Todo este processo, que hoje pode levar até seis meses, será feito em apenas 48 horas. A cidade será a terceira em todo o Estado a contar com esses serviços. Atualmente só a Capital e Petrópolis, na Região Serrana, têm trabalhado para minimizar os entraves para a legalização das empresas.

O Pólo de Moda de São Gonçalo e Região, no bairro de Nova Cidade, conta com aproximadamente 200 empresas, com produção multi-segmentada de jeans, moda praia, lingerie, surfwear, casual, entre outras. Gerando 6000 empregos diretos e indiretos, o Pólo, inaugurado em 2005, representa 7.1% do Produto Interno Bruto industrial do setor têxtil de todo o Estado. Suas exportações, na ordem dos US\$ 300 mil anuais, se concentram basicamente para os Estados Unidos, Portugal e Itália.

Para facilitar o escoamento da produção e aumentar o fluxo de visitantes, a Prefeitura já se encontra com um processo licitatório para as obras de pavimentação e infraestrutura da Rua Vicente Lima Cleto até a BR-101.

Incentivos fiscais, processos agilizados, aliados à criação de um Condomínio Industrial, em Guaxindiba, trazem para São Gonçalo perspectivas de bons negócios. O terreno de 1,09 milhão de metros quadrados, onde funcionava a antiga fábrica de cimento Lafarge, vai abrigar o pólo industrial. O local, às margens da BR-101 (trecho Niterói-Manilha) já conta com o Centro de Distribuição da Schincariol. Até outubro, será a vez da Coca-Cola se juntar ao grupo.

Publicado em 24/09/2007 = Fonte: O Fluminense on-line

Capítulo 3 – Jogo Político no Espaço.

Vimos no capítulo anterior à trajetória de alguns grupos políticos e sua atuação em São Gonçalo. Porém neste capítulo, faremos o balanço das ações de determinados políticos locais, suas estratégias e formas de se fazer política. A identificação da posição e da condição dos sujeitos nos parece imprescindível ao analisarmos suas ações e traçarmos, pelo menos em parte, a sua mobilização e adequação ao ritmo de transformações que estão sendo sinalizadas para o espaço gonçalense.

Os grupos políticos locais em ação adotam estratégias que lhe garantam o poder. A trajetória segue a melhor tendência para se obter voto e consequentemente garantir a permanência dos grupos no poder.

As velhas formas de se fazer política não foram eliminadas. O clientelismo, o personalismo, o populismo, práticas que caminharam e encontraram ressonância ao longo de décadas, permanecem, porém se somam as outras estratégias.

Quais as funções dos agentes políticos? Qual a importância do voto? Qual a posição e condição dos agentes políticos? Como atuam? Estas são indagações que pretendemos analisar, considerando as dimensões do jogo político, especialmente estabelecido pelo poder político e seu sistema de interações, fruto das lutas políticas como nos sinaliza (Braud, 1985).

"O poder político, sistema de interações, aparece como um processo decisório institucionalizado em graus muito diversos; e, fruto de sua visibilidade social acrescentada, ele mesmo aparece mais claramente como um jogo (enjeu) ao redor do qual vão se travar as lutas políticas, vai se articular a política". (Braud, p. 384)

3.1 – Município: unidade administrativa e os agentes políticos

O município enquanto instância territorial é a menor unidade de poder no âmbito da administração pública, onde grupo ou grupos entram em conflito pelo domínio da estrutura. A combinação espacial do lugar com as contradições estabelecidas entre os grupos sociais em conjunto com as relações dessimétricas de poder constituem a riqueza de análise para identificação do município e o que representa à sua população.

Com a constituição de 1988, e sob a pressão da organização de parte da sociedade civil, o município passa a ser o centro das discussões que envolviam e o estabelecia como um verdadeiro gestor territorial. Esse envolvimento é abrangente, pois, o município passa a responder pela gestão de uma quantidade de recursos como nunca havia sido visto.

A Constituição Federal garante a autonomia política do município pela eleição do Prefeito, do Vice Prefeito e dos Vereadores, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país. Assim, tais agentes políticos constituem o Governo Local. Compõe-se a Câmara de Vereadores, respeitada a proporcionalidade com a população do município, conforme dispuser a Lei Orgânica do Município observada os limites ditados pela Constituição em seu artigo 29.

Tabela 9: Número de Vereadores por Município

População do Município (em nº de habitantes)	Número de Vereadores	
	Mínimo	Máximo

Até 1 milhão	9	21
Até 5 milhões	33	41
Acima de 5 milhões	42	55

Fonte: Constituição Federal, 1988 – artigo 29.

Percebem-se pelo quadro e pelos dados anteriores sobre a população de São Gonçalo, que o número de vereadores para tal município, corresponde a um total de 21. Antes de traçarmos o perfil da vereança desse município, faremos algumas considerações sobre o papel que os mesmos devem desempenhar, pelo menos, seguindo o estabelecido pela Constituição Federal.

Primeiro que os Vereadores são invioláveis no exercício da vereança, por suas opiniões, palavras e votos. Segundo, por este ser um agente político, não está sujeito às normas dirigidas aos servidores públicos, e sim as normas específicas ao desempenho de suas funções básicas. Todavia, por força do art.327 do Código Penal Brasileiro, o Vereador é considerado funcionário público tão-somente para os efeitos penais. Está ainda, sujeito à observância da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Terceiro, o Vereador não pode, mesmo em causa própria, pleitear em juízo contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista ou de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos (CF, art.54, II c/c art.29, IX; Lei nº 8.906/94, art.30, II). Ainda, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94) impede também que os membros da Mesa e seus substitutos legais exerçam a advocacia, inclusive em causa própria (art.28).

Em quarto, cabe ressaltarmos as funções básicas dos vereadores, ou seja:

- ◊ Função Legislativa, que consiste na elaboração das leis sobre matérias de competência exclusiva do município;
- ◊ Função Fiscalizadora, que tem como objetivo o controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito;
- ◊ Função Administrativa, a qual se restringe sua organização interna, ou seja, à estruturação organizacional, organização de seu quadro de pessoal, à direção de seus serviços auxiliares e, principalmente, elaboração de seu Regimento Interno.

Delineado por lei as atribuições da Câmara dos Vereadores, cabe neste momento indagarmos o real cumprimento dessas atribuições, tendo em vista, as possibilidades de adequação dos interesses dos vereadores aos projetos relativos aos grupos de poder político e econômico que lhe dão sustentação.

Como vimos anteriormente, esses grupos estão estabelecidos no seio da sociedade civil e permanentemente em luta por sua hegemonia. Será possível desenvolver o mandato de vereador sem interesses próprios, incluindo aí, o político? Apenas trabalhando em prol da população? Existe ação sem interesses?

Não devemos deixar de lembrar que quando nos referimos aos vereadores, os consideramos como partícipes de grupo hegemônico de poder político, que de certa forma é sustentado por outros grupos, sejam privados ou públicos.

Sem dúvida de que os vereadores respondem por parte das expectativas sociais que os eleitores têm em relação a eles, mesmo que nem todas essas expectativas sejam condizentes com a motivação pessoal do Vereador ou com as imposições institucionais. O resultado é uma relação complexa entre modos de ação sociais distintos ou opostos em que à norma social e a regra legal são divergentes.

Entretanto, as relações sociais entre os atores da esfera pública constroem-se a partir da interação de comportamentos motivados por valores que são, não apenas distintos, mas contraditórios. Na esfera política municipal, notadamente na relação entre os agentes políticos e os eleitores, o mundo público das leis impessoais e universais é constantemente confrontado com a necessidade de burlá-lo para atender às demandas do universo privado dos parentes, dos amigos, dos apadrinhados, dos aliados.

As vinculações dos vereadores, com os Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia, muitas das vezes não são transparentes em face aos impedimentos legais que são atribuídos ao cargo. Porém, na prática, aguçando o olhar, podemos identificar essa invisibilidade.

3.2 - O poder do voto x o voto no poder.

Na atualidade brasileira, onde predomina a democracia representativa, a participação da população através do voto, pode ser analisada levando em consideração, as implicações que denotam a sua capacidade participativa

eleitoral e os diferentes graus de consciência política coletiva, que apresentam uma maior ou menor maturidade, homogeneidade e sentido de organização dos grupos sociais que compõem a sociedade civil na visão Gramsciana.

A participação eleitoral tem seus limites e não necessariamente leva a uma reorganização sustentada do Estado ou do poder político, como afirma (NOGUEIRA, 2005, p.132). Ela é, aliás, típica do contratualismo liberal, ainda que evidentemente não seja exclusiva dele. Está muito condicionado por atos e escolhas individuais, particulares, operando de modo, muitas das vezes, episódico, flutuante e despojado de estratégias.

O autor afirma que em sua característica, o voto é inadequado como veículo de expressão das convicções cívicas mais exacerbadas, acabando por levar à invenção de "outras formas de manifestar aquelas convicções e exercer influência". Por mais que os rumos políticos de um país democrático resultem do voto, tal "método de combinar preferências" termina por limitar o envolvimento do cidadão. Justifica ao citar (Hirschmann, 1983, p.119-20):

"Trata-se de uma limitação inerente ao processo democrático; na medida em que constrange o "exercício da paixão política", pode acabar por "gerar decepção e, via de consequência, despolitização.""

Complementa ao afirmar que não se pode superestimar a participação eleitoral em abstrato, ou seja, sem que estejam definidos os critérios do sufrágio, o caráter do eleitorado, quem pode eleger e ser eleito, bem como o sistema eleitoral e o modo como se vota.

Ora, se recorremos a Gramsci, veremos que a participação política supera a participação eleitoral, pois o simples fato de votar é uma forma política de participação, como o é também, uma ação de defesa de interesses, o que sugere um movimento coletivo, detentor de direção consciente e de disciplina.

Votar é um ato abrangente, de certa maneira, apesar de contradições, denotam poder, em sentido ético-político, tanto como uma questão de dominação, quanto com a questão do consenso e da hegemonia. A sociedade em seu caráter pluralista, complexa e fragmentada cria mecanismos de arranjos societais, que colocam em xeque à coletividade como um todo, alimentando o sistema de representação política.

Consolidando a análise da representação política e eleitoral e a participação dos diferentes agentes no contexto da democracia moderna no

Brasil, com suas dificuldades e limites, utilizaremos as interpretações de (NOGUEIRA, 2005, p.134-35) sobre as modalidades de participação que se entrelaçam e dinamizam as perspectivas da representação. Para tal , o autor identifica quatro modalidades de participações no seio da sociedade civil.

Inicialmente destaca a questão da representação de interesses, em relação aos diferentes segmentos da sociedade, destacando que os interesses particulares irão crescer e se voltar contra a democracia representativa. Onde o cidadão (o eleitor) é suplantado pelos grupos, organizações e associações na formatação da sociedade e da vida política. As sociedades deixam de ser centrípedas e tornam-se “policêntricas”, a representação política reflui em benefício da representação dos interesses. A resolução dos conflitos sociais passa a depender bem mais de acordos entre grandes organizações do que da existência de uma boa “classe política”.

Em segundo lugar, continua o autor, a continuidade e o alargamento do processo de democratização levarão a sociedade civil a exigir sempre mais participação e presença ativa no próprio teatro em que os cidadãos (os grupos, as associações) exercem algum poder de voto ou veto, com o que se altera o peso relativo da representação política.

Em terceiro lugar, como os problemas complicam-se e passam a exigir sempre mais conhecimento especializado para serem equacionadas, as arenas políticas são invadidas por técnicos e *experts*. O cidadão pressiona por mais participação e é, ao mesmo tempo, barrado no terreno em que são tomadas as decisões. Simultaneamente, a maior quantidade de direitos e de reivindicações – e, por tanto, de políticas públicas direcionadas para atendê-las – faz com que o aparato administrativo do Estado tenha de ser reforçado, em benefício de uma tecnocracia sempre mais preeminente. A democracia representativa fica encapsulada e contida por essa situação, obrigando-se a rever seus procedimentos e sua institucionalidade.

E por último, a informacionalização e a espetacularização impulsionadas pelos novos modos e tecnologias de comunicação passam a afetar fortemente os mecanismos e valores da representação, da governabilidade democrática e do Estado. A combinação da internet, mídia, televisão e indústria do entretenimento deslocam e banalizam a política, tirando-lhe eixo e substância. A política enreda-se em suas próprias contradições, tornando-se, de certo modo, mais viscosa e mais complexa em sua prática.

Uma pesquisa mais ampla que busque mostrar os nexos que ligam as instâncias de poder econômico e político será extremamente importante para a compreensão da sociedade capitalista atual. Existe de fato um entrelaçamento entre esses componentes da sociedade. Cabe a nós desvendar a invisibilidade dessas relações. As interpretações, a partir dos grupos políticos, nos parecem pertinente e esclarecedora.

O poder político hegemonic do município estabelece-se, não só por prefeitos e vereadores de sua localidade, mas é formado por um conjunto de indivíduos com poder político, econômico e ideológico, que influenciam direta ou indiretamente o exercício do poder por interesses comuns, formando um grupo bem coeso, mesmo apresentando contradições entre si, especialmente na concretização de seus objetivos.

Apesar da luta pelo controle do poder no município, os interesses equivalem-se, pelo menos em espírito, a mobilidade, as estratégias, as articulações e coligações, seus envolvimentos com a classe dominante e não menos importante a classe subalterna. Mapear os nexos de tal grupo torna-se fundamental, como também, a percepção dos ramos empresariais que implementam, no local, suas atividades tendo e dando suporte a esses grupos se faz necessário.

Como aparelhos privados de hegemonia que dão suporte aos grupos de poder político, são importantes apontar quais as empresas locais tem relações com grandes corporações e como essas relações, em diferentes ramos, influenciam na manutenção e promoção dos grupos de poder político.

Atenção deve ser dada para a atuação, não só as empresas privadas, mas também a atuação de instituições de caráter público e Organizações não-Governamentais que se articulam, atuando igualmente como aparelhos privados de hegemonia, de ideologia à esquerda ou á direita, incrementando e/ou complexificando o jogo de poder. Assim, em um mundo globalizado, ou em processo de globalização, vários são os conceitos que precisam ser repensados e um esforço do tipo proposto seria precioso para a compreensão dos processos políticos em sociedades contemporâneas. Neste sentido, os conceitos gramscianos trazem perspectivas de pensá-los e adequá-los, na busca de contribuições reais para a análise social contemporânea.

Atenção deve ser dada para a atuação, não só as empresas privadas, mas também,a atuação de instituições de caráter público e Organizações não-Governamentais que se articulam, alimentando tal grupo de poder. Assim, em

um mundo globalizado, ou em processo de globalização, onde vários conceitos que parecem não dar conta da realidade precisam ser repensados, um esforço do tipo proposto seria precioso para a compreensão dessa sociedade.

Os conceitos gramscianos, trazem perspectivas de pensá-los e adequá-los, na busca de contribuições reais para a análise social contemporânea.

3.3 - Formação Política de São Gonçalo

A política em São Gonçalo, desde o período colonial caracterizou-se pela subordinação em relação a um poder de elites especificamente estabelecido pela coroa portuguesa, através das capitania hereditárias e ao processo das sesmarias. Considerando a sua posição na porção leste da Baía da Guanabara, o território que corresponde à área estudada, serviu durante mais de três séculos, a exploração, ligadas ao extrativismo do pau-brasil, a pecuária, a lavoura de cítricos e por fim, as atividades industriais e de serviços.

Como consequências, ou mesmo, "heranças" deixadas pela produção espacial após os diferentes ciclos econômicos, podemos interpretar que:

- ◊ a terra passou a ser o principal elemento de riqueza e também de poder político e;
- ◊ o perfil econômico do território gonçalense, mostrou uma certa debilidade, sem que o estado tivesse a oportunidade de contar com uma pauta de exportações capaz de alçá-lo à condição de maior privilégio no contexto nacional.

Nesse sentido, estabelece-se uma dependência forte, política e economicamente falando, de São Gonçalo ao poder de Niterói e Rio de Janeiro, tanto no período imperial, quanto na República. Isso equivale a dizer que diante da debilidade e do pouco dinamismo da economia estadual, a saída das elites sempre foi considerar as instâncias nacionais como válvula de escape que lhes permitisse a consolidação de seu poder de mando.

Em consequência, talvez fosse o caso de afirmar que não poderemos encontrar na história estadual momentos de consolidação de tendências autonomistas diante do poder emanado por estas cidades. Dito de outro modo implica propor que ao caráter hierárquico e autoritário da formação política, algo compartilhado com a história política brasileira, somou-se uma posição de

subserviência e marginalidade da Província e, mais tarde, do município, em relação ao governo nacional.

O setor público irá constituir-se, então, em mecanismo de sobrevivência e consolidação de uma elite do ponto de vista econômico, fenômeno que não é específico do São Gonçalo e que identifica com a primeira República, o fenômeno do coronelismo.

Além disso, o caráter hierárquico das relações sociais, marcadas pelo absenteísmo²³, predação do território, e reforço de uma estrutura agrária concentrada do ponto de vista da propriedade da terra, vaza para o interior da política de modo que o subsistema estrutura-se de forma vertical, criando e recriando relações de dependência e subordinação dos cidadãos em relação ao mundo público.

A herança de que estamos falando começa a tomar contornos nítidos. De um lado, uma sociedade que estrutura sua vida a partir da terra, do mundo rural e agrícola, que se impõe como alternativa política e econômica, embora por vezes em articulação com o comércio de exportação, nascido na esteira do desenvolvimento da exportação de cítricos. Por outra parte, dá-se a construção de uma relação mais ampla com as atividades industriais, que aproveitando o estabelecimento de uma mão-de-obra mais barata, a disponibilidade de terrenos a baixo custo e uma maior facilidade de escoamento da produção.

Na ausência de um maior espectro de possibilidades econômicas, acabou por gerar, como subproduto, uma sociedade cujo destino estrutura-se a partir das possibilidades abertas por suas elites em conluio com o poder central, de maneira que é o princípio da autoridade e não o de mercado o definidor das características básicas de suas instituições sociais, tais como a restrição da competição política e econômica.

Assim, São Gonçalo esteve privado de aspectos típicos das formações sociais cujo móvel encontra-se na estruturação de relações fundamentadas no individualismo utilitário. Abre-se assim, as possibilidades para o desenvolvimento do assistencialismo, do apadrinhamento e do personalismo, na utilização do recurso público, como forma de perpetuação do poder.

O legado político de Getúlio Vargas, após a política de interventores e de nomeações de personagens que lhes são úteis, a política gonçalense, não inova, pelo contrário, gera e consolida grupos de poder que se utiliza de características

²³ Sistema de exploração rural no qual um intermediário (administrador, gerente, capataz) se interpõe entre o proprietário, que não reside em suas terras, e aqueles que a cultivam.

personalistas e populistas, ainda que travestidas de uma certa modernidade em suas estratégias estabelecidas.

Cada momento no padrão de acumulação econômico gerou implicações urbanas que sofreram influências dos aspectos políticos, especialmente no que tange as práticas e estratégias utilizadas pelos grupos de poder hegemônico.

Fazendo um breve paralelo entre o padrão de acumulação e as práticas políticas que influenciaram as decisões para a interferência espacial em São Gonçalo, faremos uma síntese para contribuir em nossa análise.

Até 1930, o padrão de acumulação era agrário-exportador com forte influência política dos produtores agrários, no caso de São Gonçalo dos produtores de Cana-de-Açúcar e Fruticultores. As ações políticas eram comandadas pelos “coronéis”, com forte presença na política nacional e regional.

No período de 1930 a 1945, as atividades industriais tomam certa dimensão através dos produtos elaborados no próprio país, as chamadas *substituições das importações*. O Estado se organiza e direciona as atividades econômicas, com grande incentivo à indústria. Politicamente, o período é marcado pela ditadura Vargas, criando um sistema político baseado no *Personalismo* e *Clientelismo*, especialmente dos grupos de poder gerados pelas e indicações e intervenções.

São Gonçalo por apresentar terrenos disponíveis, estar próximo as capitais do estado do Rio de Janeiro (Niterói) e do país (Rio de Janeiro), atraí investimentos produtivos, com forte presença de indústria (Manchester Fluminense).

O período de 1945 a 1964, considerado “democrático”, foi marcado pela ação de movimentos sociais, intensa participação sindical e aceleração do processo industrial (Indústria de Base e Bens de Consumo Duráveis). A necessidade de infra-estrutura leva ao reconhecimento de carências básicas, o que deu margem a ações políticas populistas e assistencialistas.

O Capitalismo monopolista de Estado passa a ser marca do período de 1964 ao final dos anos 1980, com o incremento das indústrias de bens de consumo duráveis e as restrições às importações. São Gonçalo passa por um esvaziamento industrial, graças a competição com outros municípios brasileiros, especialmente os do estado de São Paulo. A transferência da capital do país e a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, contribuíram para a desaceleração de sua economia.

Os aspectos políticos foram mais sombrios com a implantação de um regime militar ditatorial, o cerceamento dos direitos pessoais, o impedimento do associativismo e a repressão aos movimentos sociais, assinalaram o forte poder coercitivo do Estado. As práticas clientelistas permearam amplamente. A limitação partidária (apenas dois partidos) monopolizou os anseios da população, o desemprego, o endividamento (externo e interno) e a inflação muito elevada, contribuíram para a caracterização da década 1980 como perdida.

As imposições do capitalismo monopolista em escala global, o capitalismo financeiro (serviços, turismo, imobiliário etc.) passam a ditar as regras do padrão de acumulação dos anos 1990 até os dias de hoje.

O “endeusamento” do Mercado - tudo pelo, para, com – torna-se uma regra. Esta regra é seguida de forma fundamentalista pelos Aparelhos Privados de Hegemonia com a nítida percepção que devem agir no sentido de cooptação aos demais segmentos da sociedade civil. A vinculação do consumo à cidadania – Consumo, logo existo! como cidadão – é outra marca desse novo padrão de acumulação.

O poder midiático na difusão de objetos geográficos globais, como os Shopping Centers dentre outros, denotam a força desses grupos hegemônicos e sua capacidade de influenciar. No campo da política, ocorre a redemocratização, a liberdade de imprensa e os plenos direitos do cidadão com a constituição de 1988. Mas, ocorre também um abuso, na questão do associativismo, especialmente com a sua vinculação política, em alguns casos.

Distorcem-se os seus reais objetivos. A utilização de associações, dos movimentos sociais, com o emprego, pelos grupos de poder hegemônico, de mecanismos de cooptação de suas lideranças, acaba por contribuir como uma forma de clientelismo disfarçado, que serve apenas para alimentar a capacidade organizativa coletiva frente aos problemas mais básicos.

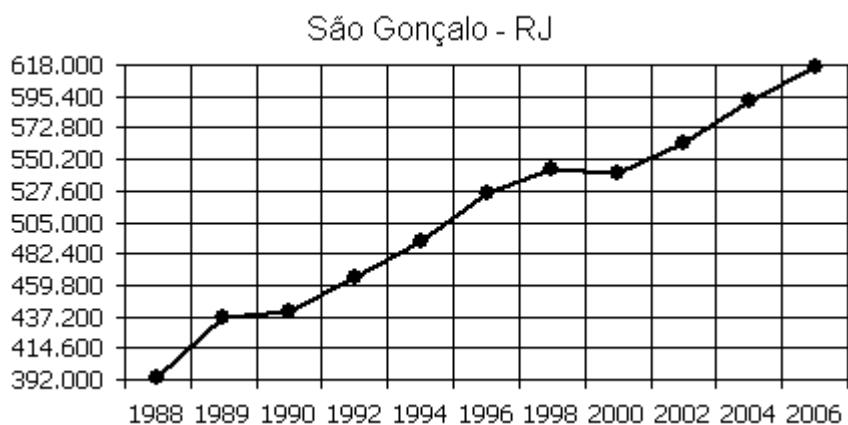
São Gonçalo foi e está sendo vítima dessa estratégia, a permanência da *Ausência e da Carência como um Recurso*²⁴pelos políticos locais, ainda é uma constante, apesar de percebermos, algumas transformações em ações no jogo político, face ao encaminhamento dos Grandes Projetos que estão convergindo e envolvendo o espaço e consequentemente a população gonçalense.

Contando com o grande recurso demográfico, ou seja, uma população com aproximadamente 1 milhão de habitantes, este município vem despertando

²⁴ Expressão cunhada pelo autor quando de sua pesquisa para a dissertação de mestrado no PPGG da Universidade Federal Fluminense em junho de 2003.

atenção dos grupos políticos. Seu colégio eleitoral, o segundo do estado, só cresce, como podemos observar no gráfico 1, não raro ocorre à mudança de domicílio eleitoral, por parte de políticos a procura de uma eleição.

Gráfico 1: Evolução do Eleitorado



Fonte: TSE

Em 2008, o número de eleitores é de cerca 635 mil. A disputa política entre os partidos e as alianças construídas para as eleições municipais, consideraram o momento pelo qual passa e possivelmente passará o município com a implementação dos Grandes Projetos que analisaremos no capítulo 4.

3.4 – Bairros: unidade de afirmação política.

Os bairros constituem-se em unidade espacial fundamental para o desenvolvimento dos interesses e objetivos dos grupos hegemônicos de poder, eles traduzem a condição da vida material na cotidianidade, expressas através de prática socioespacial, estabelecida, tanto no desenrolar da vida privada, quanto do uso do espaço público.

Como referencial para a vida, a partir de sua produção, em diferentes níveis e envolvimentos, acaba por gerar, em seus habitantes, uma força identitária capaz de orientar aspectos subjetivos como a própria identidade em relação ao lugar, e o seu caráter de pertencimento, além do estabelecimento da memória. Os aspectos objetivos se fazem presente, tais como, as relações estabelecidas entre as diferentes pessoas e a sua relação com outros espaços.

Ao analisarmos um bairro, CARLOS (2001) destaca duas ordens de problemas - uma em relação às escalas e a outra em relação às ações:

"a primeira se refere à questão da escala espacial, uma vez que o bairro não constitui uma totalidade em si, isto é, a realidade urbana não se reduz à do bairro, o que significa pensar a escala local em sua relação com uma totalidade espacial mais ampla, para que ele ganhe sentido explicativo. No plano da vida cotidiana, a articulação de escalas espaciais se esclarece nas articulações das ações que colocam o indivíduo diante das necessidades da reprodução da vida, compartimentadas e delimitadas pelas esferas do trabalho, do lazer e da vida privada, em um processo que transforma a cidade em mercadoria".

Podemos abstrair que tais afirmativas, reservam possibilidades interpretativas que vão além dos seus significados diretos. Permite-nos estabelecer, em primeiro, quando estabelece relação com a escala local e o vínculo com a totalidade, apreende-se aí, a capacidade de mudança estabelecida pelo setor produtivo, apoiado no desenvolvimento da técnica, redefinindo sentidos, onde, o mais notável, é a articulação de uma realidade que tem como cenário a metrópole, que se constitui na materialização dessas mudanças.

Pensar o local, como o bairro se faz necessário estabelecer vínculos com o espaço mundial, especialmente por influência estabelecida pelo "mundo das mercadorias", um mundo de "novos" conteúdos e novas relações sociais. Pensar a totalidade é marca de uma interpretação, cuja abrangência se dá em diferentes níveis, onde não podemos abrir mão da influência do capital sobre as transformações espaciais, porém devemos nos debruçar sobre as interpretações que envolvam as ações e seus sentidos.

O trabalho com a totalidade diz respeito às configurações socioculturais que decorre e dão sentido às ações sociais. As conexões de sentidos das ações envolvem formas analíticas que perpassam pelo econômico, o social e o político.

Como os bairros transformam-se em unidades de afirmação política? Nossa perspectiva de resposta encontra-se nos aspectos relativos às ações. Especialmente na relação Ação – Dominação – Poder, tendo como base a

produção espacial, no sentido analítico de investigação dos instrumentos utilizados pelos grupos de poder hegemônico para concretizar seus interesses, seus projetos.

3.4.1 – Ação política em alguns bairros: estratégias de afirmação.

Em nossa pesquisa detectamos o estabelecimento de grupos políticos em ações pelos bairros de São Gonçalo. A manutenção desse poder depende das ações efetivas nestes bairros a partir do uso de estratégias que envolvem diferentes mecanismos de consolidação da presença de um ou mais representantes políticos nos bairros.

Não se constitui tarefa fácil à identificação dos grupos políticos, pois as suas ações estão cobertas por interesses, por vezes, sem a percepção clara das intencionalidades, em especial, a um olhar mais desatento. De outro lado, uma das fontes mais preciosas de obtenção de dados e informações sobre tais grupos, ou seja, a própria população, apresenta certa dificuldade para reconhecer um representante político local, ou mesmo, quando o reconhece, ficam com receio de dar informações sobre a atuação do referido político.

Apesar de tais dificuldades, conseguimos identificar e perceber a ação de alguns desses grupos e traçar um perfil de suas estratégias num processo de vinculação entre as suas atividades políticas, referenciadas no uso de práticas e estratégias pelos bairros, à consolidação de seus interesses e a consequente materialização no espaço de seus projetos.

Neste sentido, desenvolvemos um resumo dos aspectos que identificam em dez bairros, as ações políticas, com suas estratégias, articulações, coligações e as contribuições que consolidam o ordenamento espacial. Optamos por tal número de bairros (dez), por considerarmos expressivo o percentual superior a dez, tendo em vista que o número total de bairros é de noventa e um.

Figura 1: Relação dos Bairros Estudados



a) Bairro Trindade

Ação política do vereador Julinho da Renascer com o uso de atividades sociais oferecidas a partir do Projeto Renascer²⁵, que não se restringem apenas ao bairro de Trindade, porém desperta atenção a quantidades de votos conseguidos por tal vereador nesta localidade. Em entrevista com moradores deste bairro, conseguimos a informação de que uma das estratégias utilizadas por tal vereador, corresponde a fixação de moradia no próprio bairro, o que vem a facilitar o desenvolvimento de seus objetivos eleitorais.

b) Bairro Brasilândia

²⁵ Suas ações são no sentido de prestar serviços à comunidade, tais como: Distribuição de cesta básica; café da manhã para população carente; corte de cabelo aos sábados; auxílio jurídico. Consultas médicas; fonoaudiólogo; psicólogo; fisioterapeuta; massoterapia; farmácia; exames de laboratório; realização de curativos.

Este bairro traduz de certa forma as ações que permeiam boa parte dos bairros gonçalenses, especialmente, frente às estratégias utilizadas pelos grupos políticos ao alimentarem suas necessidades políticas. Longos períodos sem obras, é a marca desse bairro, ou mesmo as que foram feitas, mais recentemente, foram consideradas “de maquiagem”, é o caso da ponte que atravessa o rio Imboassu, ligando este bairro ao Rodo de São Gonçalo.

Tal ponte sofreu um recapeamento de asfalto, em 2001, de tão baixa qualidade que atualmente não existe mais. O grupo político do deputado estadual Eduardo Gordo, estabelece no bairro atividades “sociais”, sem dúvida levando em consideração o bom número de eleitores neste bairro. Usando de artifícios políticos, inaugurou recentemente um centro de atendimento que oferece consultas odontológicas e médicas, acarretando numa procura excessiva com filas diárias de pessoas para serem atendidas.

c) Bairro Itaoca

Este bairro apresenta uma característica própria no tocante ao interesse político. Com um número não muito expressivo de eleitores, as ações políticas diferenciam-se em relação aos demais bairros. Em função de sua posição geográfica, banhada pela baía de Guanabara, ser integrante da APA de Guapimirim, correspondendo a uma unidade de preservação ambiental a mais de vinte anos, especialmente oriunda de ação comunitária com tradição em reivindicações e resistência no tocante à preservação dos manguezais, o destino do lixo, o trabalho de pescadores, dos catadores de caranguejos dentre outros.

O assédio sobre o bairro foi bem ampliado a partir do PDBG (Programa de Despoluição da Baía da Guanabara), iniciada em 1995, com um prazo inicial para o término do programa em 1999, foi prorrogado até 2001 sem muitos resultados positivos. A serem financiados pelo BID, pelo governo do Estado e pelo Japon Bank, num montante 1 bilhão de reais. Fazia parte deste programa a construção de uma Usina de reciclagem de lixo, que atualmente, apesar dos maquinários, não funciona. Segundo o relato de alguns moradores do local, os governos estadual e municipal beneficiaram-se de todo os recursos e nada fizeram.

Outro foco de interesse sobre o bairro de Itaóca por parte dos grupos políticos, ONGs e mesmo instituições públicas e privadas, fica por conta do desastre ecológico na Baía de Guanabara, ocorrido em janeiro de 2000,

assumido pela Petrobrás pelo derramamento de cerca de 1,3 milhões de litros de óleo. Segundo a prefeitura municipal de São Gonçalo, esta grande empresa nacional firmou um contrato de 1,7 milhão de reais, a fim de reparar os danos causados ao litoral do município.

Neste projeto de reparação constavam: a restauração da Capela da Luz, a sinalização para tentar desenvolver o Eco-turismo local, a pavimentação e a reforma do calçadão da praia da Luz, o que se efetivou foi muito aquém do previsto, denotando o desvio desses recursos ou mesmo a sua não aplicação ao verdadeiro destino. Políticos como o prefeito Ezequiel e sua esposa Graça Mattos beneficiaram-se de tais projetos, ampliando sua visibilidade perante aos eleitores e beneficiando-se sobre os dois projetos.

A ampliação do olhar sobre o bairro foi despertada. Uma corrida se deu em direção a captação de tais recursos, com a proliferação de empresas privadas, ONGs e parcerias entre a iniciativa privada e o Estado. Um número excessivo de programas sociais estabelece-se, porém, nos disseres da população local são ineficientes, servindo de sumidouro do dinheiro público. Muitos denunciam as práticas inescrupulosas denunciando a esperteza e desonestidade por parte dessas organizações, inclusive das próprias associações de moradores e de pescadores dessa localidade.

As denúncias da população são amplas, especialmente ao condenarem indivíduos como associados fantasmas, ou mesmo falsos pescadores, que nunca pescaram em suas vidas e receberam indenizações da Petrobrás, como também recebem o auxílio governamental no defeso (um salário mínimo pago mensalmente ao pescador ou catador de caranguejo no período da reprodução da espécie). Mais uma vez os grupos políticos estão por traz de tais práticas.

d) Bairro Santa Isabel

Este bairro pode ser considerado uma exceção em relação aos demais bairros de tal município em função da sua especificidade, ou seja, uma franja rural-urbana. Pode ser considerado um espaço periurbano, onde segundo (SOUZA, 2005) correspondem aqueles espaços preteritamente rurais, mas que, mais e mais, são tomados por uma lógica urbana de uso da terra (especulação

fundiária, residências de fins-de-semana, etc.), sendo a agricultura algo puramente residual, ou um verniz, uma aparência que esconde a essência mais profunda.

A ocorrência de fazendas como: Santa Edwiges, Engenho Novo, São Tomé, Itaitindiba e uma carvoaria, determinam de alguma forma atividades econômicas diferentes do conjunto das atividades desenvolvidas em outros bairros. As atividades produtivas referentes a tais fazendas diversificam-se: da produção de leite e derivados, turismo ecológico, ocorrência de feiras agrícolas e exposições de gado, transferência de embriões da raça zebu, plantações de eucalipto, produção de húmus e produção de carne bovina.

Pelo menos uma das fazendas (Santa Edwiges) pertence a um grupo de políticos influentes no município em questão e no estado do Rio de Janeiro, chamando atenção por sua extensão – 1.800 ha. – correspondendo a aproximadamente 10% da extensão territorial do município de São Gonçalo²⁶, transbordando os seus limites, atingindo os municípios de Itaboraí e Marica.

A compra de terras em seu entorno chama atenção. Terrenos onde moravam famílias que desenvolviam pequenas atividades agrícolas estão sofrendo a pressão imobiliária, num nítido processo de expansão dessa grande propriedade.

A improdutividade da maior parte da propriedade, em território gonçalense é conferida pelo Plano Diretor em vigência, onde o status de “zona de preservação” fica nos limites da fazenda, assim, denota um possível “respaldo” a estas terras sem cultivo. Assim, sem cumprir a sua funcionalidade na sociedade, ou seja, a utilização e não a sua improdutividade, já que muitas terras adquiridas pelo pequeno grupo de produtores eram utilizadas para o plantio em pequena escala, ou mesmo como forma de subsistência.

Nota-se um delineamento de uma ação articulada do grupo de poder hegemônico frente a seus interesses, principalmente a medida que componentes desse grupo político ocupam cargos parlamentares tanto na vereança quanto na assembléia legislativa do estado do Rio de Janeiro.

As estratégias desenvolvidas por tais grupos políticos não ocorrem de forma isolada no que diz respeito ao envolvimento com seus pares, que podem ser os próprios políticos, empresários ou mesmo o envolvimento com diferentes segmentos da sociedade civil.

²⁶ Informações contidas no site da prefeitura de São Gonçalo www.prefeituradesaogoncalo.gov.br

Consolida-se de tal maneira, através das articulações, coligações de sujeitos em plena ação às possibilidades que da materialização da produção espacial, com requintes e obviedades peculiares aos componentes de uma sociedade civil plena em luta e em especial a procura de um Estado que lhe dê conta.

e) Bairro Paraíso

Bairro caracterizado pela presença maciça de Centros Sociais e ocorrência de ONGs ambos vinculados ao grupo político da atual prefeita de São Gonçalo – Aparecida Panisset e seu irmão o Deputado Estadual Márcio Panisset . Há de se ressaltar a carência de associações de moradores neste bairro. O que pudemos levantar frente aos relatos dos moradores, diz respeito a experiências anteriores no qual vários envolvidos em associações passadas transformaram tais associações em “trampolim” político, de certa maneira, não a serviço da comunidade, mas sim, a serviços de políticos tradicionais, ou mesmo, de suas renovações.

Outro fato interessante é o relativo a ampliação da ocorrência de ONGs e Centros Sociais desenvolvidos pelos grupos políticos, o que acabou contribuindo para inibição de tais associações de moradores.

f) Bairro Vila Lage

Bairro de destaque no passado em função das atividades industriais, caracterizando-se por um pólo industrial variado a partir da década de 1930 e com sua ampliação na década de 1950. Atualmente, apenas uma única indústria – Eletrovidro (antiga Vidrobrás) foi mantida.

Para abrigar os operários das indústrias foram construídos conjuntos habitacionais que hoje, encontra-se em péssimo estado de conservação, decorrência de um achatamento salarial que permeou as décadas de 1980 e 1990. A estagnação do bairro seguiu o padrão imposto para os ocorridos nas regiões metropolitanas do Brasil como um todo, abrindo caminho para o

estabelecimento dos grupos políticos oportunistas na missão de por em prática de seus interesses, ou seja, a perpetuação no poder.

A relação do poder político com a população do bairro segue a dinâmica estratégica de outros tantos, ou seja, obras de afogadilho próximas às eleições, o estabelecimento de centros sociais e clínicas médicas, onde nesta última o vereador José Carlos Vicente mantém no bairro em questão.

g) Porto do Rosa

As análises feitas neste bairro traduzem bem os objetivos pretendidos em nossa pesquisa, pois denota as ações políticas em consonância com as relações estabelecidas entre os diferentes segmentos que compõem a sociedade civil em um dinamismo que caracteriza suas forças em luta por seus interesses e objetivos.

No bairro, podemos constatar a ação de alguns agentes políticos importantes na sua organização espacial, ou seja: A associação de Moradores e Amigos do Porto do Rosa (AMAPROSA); a empresa de transporte Mauá e o vereador Eduardo Gordo. Este vereador exerce uma forte influência local, logrando êxito nas eleições de 2004 e 2008, com votação maciça no bairro mantendo sua influência sobre esta população prestando serviços médicos através da instituição SESAPRA (Serviço Social de Amigos do Porto do Rosa e Vizinhanças), com atendimento ginecológico e pediátrico.

Segundo o representante da Associação de moradores, o senhor Geraldo Rocho e o relato de alguns moradores, constantemente há choques de interesses entre a associação e o referido político, pois estes são sabedores dos seus interesses eleitorais, quando afirmam a presença mais efetiva do político no período em que se aproximam às eleições.

Investigamos as articulações e coligações que envolvem os diferentes segmentos em questão, onde fica bem caracterizado o jogo de interesses e os mecanismos usados na luta pelo estabelecimento de hegemonias. A partir do próprio representante da associação de moradores obtivemos a informação de que existe uma ligação entre a AMAPROSA e a empresa de transporte Mauá.

Segue o relato do senhor Geraldo:

"A deficiência da infra-estrutura de serviços no bairro, ocasionada pela incapacidade de gestão do poder municipal, nos levou, como representantes do bairro, a fazer parcerias com a iniciativa privada, sem que o poder municipal tenha qualquer participação mediadora; isso confere certa autonomia a estes órgãos de representação comunitária. Sendo o serviço de limpeza urbana muito deficiente, para não dizer inexistente, o bairro do Porto do Rosa, através de nossa associação dos moradores, recorreu à empresa Mauá, que nos dá apoio com caminhões, tratores e homens, que sob a minha liderança, os serviços são executados. A Mauá executa, inclusive, serviços de reparos nas ruas, já que explora as vias rodoviárias do bairro em forma de monopólio".

Ao interpretarmos o relato do representante da associação de moradores sobre tal relação, acaba por nos remeter a (HARVEY, 1992, pp203, 217), onde afirma que (...) a exploração capitalista na configuração e domínio de poder no espaço está presente em todas as escalas, desde o global, nacional, regional ou local (...), nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço, forma um nexo substancial de poder social que não podemos nos dar o luxo de ignorar. (...), toda a luta para reconstruir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas.

Sendo assim, a exploração do bairro, pelo que ele pode oferecer, vale apenas investir no sentido de reduzir as rugosidades locais, para melhor fluir as relações de capitais, onde a empresa Mauá, cede às pressões sociais locais e auxilia o bairro de alguma forma, obviamente visando os seus interesses.

O grande, o pequeno capital e o Estado como agentes da organização espacial possuem uma estratégia de ação que lhe é aparentemente específica, e inclui uma dimensão espacial, dinâmica e processual de caráter político-social e econômico. Inclui a própria população, os agentes políticos, governo e entidades privadas, numa proporção que mescla a capacidade de cada segmento de imprimir seu ritmo pelo qual foi construído em termos de articulações e coligações expressas no jogo de interesses políticos.

h) Bairro Lagoinha

O bairro é desprovido de uma associação de moradores, porém recebe "proteção" do deputado estadual Altineu Cortes, que ali criou o Centro Social Altineu Cortes, localizado na Estrada do Pacheco, no bairro Pacheco, prestando

serviços médicos e cursos diversos. Tal Centro Social ocupa um ponto estratégico, abrangendo os bairros de Lagoinha, Pacheco, Jardim Tiradentes dentre outros.

Além desta prestação de serviços, algumas atividades de lazer oportunistas são realizadas no período das eleições, segundo o relato de moradores, estas atividades variam desde a realização de churrascos até o fornecimento de materiais para obras em forma de mutirões. "Estranhamente" em períodos subseqüentes às eleições essa prática desaparece.

i) bairro Rosane

O fato marcante deste bairro fica por conta da sua relação com um dos maiores agentes imobiliários do estado do Rio de Janeiro e em especial do município de São Gonçalo. O bairro começou a ser construída em 1966 e habitada a partir de 1970, através do empreendimento na construção de casas pela ECIA empresa de Engenharia e Comercio Irmãos Araújo em parceria com banco Bradesco financiou a venda dos lotes que deram origem a tal bairro. O nome do bairro é uma homenagem a uma filha do dono desta empresa.

A empresa ECIA, inicialmente especializada em serviços topográficos, transformou-se na década de 1990 e 2000 numa das maiores empresas no ramo imobiliário, sendo responsável pela construção de mais de 30.000 imóveis, inúmeros loteamentos, Academias de Ginásticas (Body Planet) e shopping centers, inclusive o Shopping Rio - São Gonçalo, as margens da rodovia Niterói – Manilha no bairro da Boa Vista, o que acabou contribuindo para impactar a dinâmica espacial da cidade.

Como destaque, no ordenamento, podem-se citar as mudanças ocorridas no trânsito, com o deslocamento de várias linhas de ônibus e de transporte alternativo (como as Vans e Kombis), com destino, ou mesmo, como passagem o referido Shopping Center. Outro fato importante foi à construção por esta empresa, de um pórtico na beira da rodovia (Br 101 – Niterói-Manilha), oficializado pelo poder público, como a entrada oficial da cidade de São Gonçalo. Sem dúvida a parceria estabeleceu-se e os interesses comuns também.

j) Bairro Amendoeira

O destaque em relação ao bairro Amendoeira, fica por conta da diversidade da ação de alguns políticos locais, ao longo dos últimos dez anos, em articulação e influência direta na associação de moradores deste bairro.

A associação de moradores desse bairro, na realidade, surge a partir de um centro comunitário dos moradores (CECOMA). Criada em 1993, com intuito de organizar as atividades recreativas de uso de um campo de futebol, teve suas atividades ampliadas e diversificadas a partir da ingerência de políticos.

Os primeiros anos de atividades estavam ligados ao vereador Jessy Costa, porém segundo o relato dos moradores, este, pouco fez pela comunidade. Destacaram que o período mais ativo da associação ocorreu entre 1997 e 2001, quando o vereador Carlos Lopes da Silva – ex-morador do bairro – estreitou relações com a entidade. Asfaltamento das principais ruas do bairro (1998), calçamento de algumas ruas através de mutirão (2000), melhoramentos no campo de futebol e sede da associação e a construção de um posto de saúde e de uma escola municipal, foram destaque em 2001.

A lista de atividades promovidas por tal vereador, continua: Campanhas de arrecadação de fundos para a construção de uma casa á uma família desabrigada e em favor de uma criança que precisava de uma cirurgia; festas benéficas, no natal e no dia das crianças com distribuição de alimentos e brinquedos; disponibilização de uma ambulância para os moradores.

Quando da conclusão das obras de asfaltamento (1998), políticos das esferas municipal, estadual e federal (Prefeito eleito - Ezequiel, a candidata a Deputada Estadual Graça Mattos e o candidato a Deputado Federal Wanderley Martins) compareceram ao bairro e vincularam seus nomes ao do vereador Carlos Lopes, pois o momento era de eleição. Em seus discursos enfatizaram a necessidade de se elegerem para que pudessem conseguir mais recursos para o município e dar continuidade às obras na comunidade.

O vereador Carlos Lopes, foi morador do bairro, o que muitos consideram positivo para as suas reivindicações, conseguiu se eleger, com expressiva votação, porém, por algumas divergências com a nova diretoria da associação, o seu afastamento do bairro ocorreu. A nova diretoria apoiou outro candidato, porém, todos os apoiados por Carlos Lopes²⁷ foram eleitos com uma votação expressiva. Como não iria concorrer na eleição de 2004, para deputado estadual, todo o seu apoio foi dado a outro político, no caso, Altineu Côrtes, que concorreu

²⁷ O referido vereador foi executado em 30 de julho de 2003, não cumprindo o seu mandato.

às eleições estaduais em 2006 com uma votação expressiva no bairro, e foi candidato a prefeito em 2008, que por.

Podemos inferir em relação ao exemplo do bairro Amendoeira, algumas estratégias utilizadas pelos grupos de poder político, têm um alcance amplo, que envolve interesses de aparelhos privados e públicos. O fato de o político residir no bairro, muitas vezes é estratégico, pois em alguns casos, a fixação de residência é temporária, abarcando o sentido de “identidade” com o mesmo; outra estratégia, diz respeito à “marca” deixada por um político, pois acaba trazendo benefícios, não só para ele, mas também para o grupo que é apoiado por ele, o mesmo que ele apóia; e as tradicionais formas clientelistas e personalistas que permeiam as atividades do poder local.

Não podemos deixar de citar, a cooptação, empreendida, pelos grupos hegemônicos de poder, sobre as organizações civis e movimentos sociais, que muitas das vezes, não servem aos interesses da coletividade, mas sim aos interesses privados dos dirigentes.

3.4.2 – Encurtando o caminho: o uso do Unibairros como instrumento de poder político.

Vimos na seção anterior à disposição dos grupos políticos em associação com diferentes aparelhos privados de hegemonia, suas ações pelos bairros em destaque, indicando os interesses políticos, que em consonância, acabam por produzir o espaço. Porém não podemos deixar de mencionar o uso de uma instituição que tem uma representatividade ampla, especialmente na camada subalterna da sociedade civil, e que serve de instrumento de manipulação dos interesses dos grupos hegemônicos de poder político.

Esta instituição é estabelecida municipalmente sem fins lucrativos enquadrada como uma *Instituição Constitucional de caráter público e privado*, além de ser de utilidade pública e garantida pela constituição, apresenta amplos poderes de ação. Referimos-nos ao UNIBAIRROS (União de Bairros), representante de aproximadamente 203 (duzentas e três) associações de moradores no município de São Gonçalo frente a diferentes reivindicações de caráter social.

Esta instituição tem acento em diferentes conselhos municipais, sejam eles sobre segurança pública, fiscalizador de obras, política urbana, como também, conferência das cidades etc. Entre ter acento e participar de forma a atender os reais interesses das associações de moradores, vai uma longa distância.

Sua importância na sociedade civil passou a constituir-se em ponto chave de interesses de diferentes grupos em luta pela hegemonia. Do grupo de "baixo" denominado subalterno, segundo Gramsci, com seus efetivos membros, onde depositam a esperança de luta por seus interesses de ordem básica, como água, esgoto, asfalto, coleta de lixo, limpeza urbana, postos de saúde etc. Ao grupo de "cima" que detém o poder político hegemonic, constituído por políticos, em diferentes escalas, empresários e detentores do poder econômico.

Esta instituição transformou-se, nas últimas décadas, em um foco de interesses e nexos, retratando a relação que a mesma mantém, tanto com as lideranças dos moradores, quanto às lideranças políticas locais, transformando-se sobremaneira num ponto estratégico, com grandes possibilidades de concretização de variados objetivos pelas diferentes forças em luta no bojo da sociedade civil.

Na prática, o assédio sobre a liderança dessa instituição, torna-se mais efetiva, numa nítida procura de influências permanentes, especialmente por parte dos grupos políticos, costurando suas estratégias eleitoreiras estabelecidas através de articulações, coligações e arranjos, muitas das vezes, promovidas pela cooptação de tais lideranças, num verdadeiro estímulo a não presença destas, em momentos decisivos de participação que envolva os interesses mais efetivos das associações de moradores. Práticas comuns de desinformação, adiamento dos locais de reuniões de conselhos comunitários sem prévio aviso, substituições de nomes de representantes para tais reuniões, constituem-se em manobras de esvaziamento da participação dos interessados em ver suas reivindicações sociais atendidas.

A efetiva perseguição à manutenção do poder político e a perpetuação de sua hegemonia estão na raiz dessas iniciativas aviltantes, que só contribuem para o aumento da desigualdade, afastando e distanciando cada vez mais os segmentos populares do direito de participação que envolva decisões mais efetivas sobre a melhoria de sua qualidade de vida.

A ação dos Aparelhos Privados, em luta pela hegemonia, passa a ter um impacto sobremaneira na produção espacial. Como essas ações são geradas a partir de envolvimentos múltiplos, no que concerne a sua efetiva afirmação de

poder na sociedade civil, tensões que envolvem a política e o espaço, na forma de sua (re)produção, acabam por florescer. Sendo assim, o papel do espaço na reprodução do poder político hegemônico objetivando a concretização de seus interesses, passa a ter destaque no conjunto de relações visíveis e invisíveis mantidas entre os diferentes segmentos da sociedade.

Mostrar a importância dessa federação das associações de moradores como instrumento de manipulação de interesses políticos e empresariais pelo menos durante os últimos vinte anos. Como um aparelho privado de hegemonia atende aos interesses dos grupos políticos locais.

3.5 – Perfil dos Agentes Políticos: Os Candidatos

Dos seis candidatos a prefeitura de São Gonçalo, três constituíam-se em lideranças políticas de peso, representando boa parte dos segmentos sociais desse município. Sem dúvida, justamente os que tinham reais chances de serem eleitos. A posição e condição que estes sujeitos (Altineu Côrtes – PT, Aparecida Panisset – PDT e Graça Mattos – PMDB) ocupam, serão, em parte, retratadas aqui, através de um resumo de seus perfis e ações na campanha eleitoral.

- **Altineu Cortes (PT)** - tem 39 anos é formado em Administração, Direito e Engenharia. É apresentador de um programa na TV no canal CNT. Em 2002, começou a carreira política se elegendo deputado estadual pelo PMDB, era o presidente do partido no município de São Gonçalo. Depois optou pelo PT e foi reeleito como deputado estadual. Foi secretário estadual da Infância e da Juventude, entre 2003 e 2005. Altineu é casado e pai de dois meninos de 12 e 10 anos.
- **Aparecida Panisset (PDT)** - tenta a reeleição como prefeita de São Gonçalo. A ex-professora de História tem 60 anos. Em 1994, foi subsecretária municipal de Educação. Foi eleita vereadora pelo PDT, em 1996. Na eleição seguinte, se reelegeu vereadora com mais de 14 mil votos, sendo a candidata mais votada do partido e em todo o

município. Em 2002, foi novamente a mais votada de toda a cidade para o cargo de deputada estadual pelo PPB com mais de 50 mil votos. Nas eleições de 2004 foi eleita prefeita de São Gonçalo no primeiro turno pelo extinto PFL, atual DEM. Não é casada e nem tem filhos. É religiosa (evangélica).

- **Graça Mattos (PMDB)** - casada com o ex-prefeito e atual deputado federal Edson Ezequiel. Durante as duas gestões do marido a então primeira-dama exerceu importante papel na administração municipal, mesmo sem ocupar qualquer cargo. Maria das Graças Tuze de Matos tem 57 anos e é deputada estadual por cinco mandatos consecutivos. Foi eleita pela primeira vez em 1990. Atualmente, é a primeira-secretária da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Ela disputa a prefeitura de São Gonçalo pela segunda vez.

A disputa política dos principais candidatos à prefeitura para o pleito de 2008, apresenta um ingrediente novo, ou seja, os Grandes Projetos que serão desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro, com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal em parceria com a iniciativa privada.

Durante a campanha não se falou em outra coisa, cada um a seu modo e maneira, na tentativa de vincular seus nomes aos projetos. Podemos verificar essa tentativa através da participação dos candidatos em debates, amplamente divulgados pela imprensa. Segue algumas dessas participações. Destacaremos as referências dos candidatos aos Grandes Projetos e as parcerias estabelecidas.

Programa e Propostas dos Candidatos a Prefeitura de São Gonçalo

Veinculado em 16/08/2008 – Jornal O Fluminense

Tema: Saúde – 16/08/08

"A saúde será prioridade total em meu governo. Vamos fazer um hospital-maternidade com 200 leitos, dar dignidade ao atendimento à mulher. Vamos também estabelecer o programa Remédio em Casa, para diabéticos e hipertensos. Esses doentes não podem ir ao sistema de saúde buscar o remédio, vão receber em casa. Vamos colocar para funcionar o programa Médico de Família. **Tudo isso em parceria com o governo Lula.** Vamos

transformar a saúde em São Gonçalo e os postos de saúde 24 horas", diz o candidato à prefeitura (PT) *Altineu Cortes*.

"No meu governo, vou construir um serviço de pronto-atendimento: um em cada distrito da nossa cidade. Vou construir postos de saúde e reequipar os já existentes, reativar o pronto-socorro de Alcântara, a maternidade e o hospital Luiz Palmier, criar postos regionais de coleta de sangue, fezes e urina, levar remédio em casa para a população e fazer da nossa cidade uma população saudável, e não doente", planeja a candidata à prefeitura (PMDB) *Graça Matos*.

"Vamos reformar e equipar o Hospital Luiz Palmier, dando continuidade às obras do pronto-socorro central e do pronto-socorro infantil. Vamos concluir as obras dos 18 postos de saúde e construir mais 80 postos no próximo governo. Vamos fazer com que a policlínica de Alcântara funcione 24 horas e vamos intensificar o combate à dengue, para que São Gonçalo continue sem epidemia. Vamos fazer uma saúde de qualidade", afirma a candidata à prefeitura (PDT) *Aparecida Panisset*.

Tema: Política Habitacional

Publicado em 07/09/2008 – O Fluminense on-line

Aparecida Panisset (PDT)

"Através de parcerias, a meta para o próximo governo é a construção de mais 5 mil novas casas. Além disso, a Prefeitura vai ampliar os projetos que incentivam o financiamento à casa própria, **feitos em parceria com o Governo Federal, como o Programa de Arrendamento Residencial**. É bom ressaltar que milhares de pessoas já conseguiram comprar o seu imóvel devido aos esforços da administração para facilitar o acesso da população mais carente ao programa. Até dezembro, quase cem famílias vão receber casas novas. Também pretendemos fazer acordos com universidades particulares para poder levar a internet a todos os bairros. A intenção também é criar o Plano Municipal de Habitação, que vai facilitar ainda mais os projetos populares de construção de casas, além de angariar fundos para a urbanização das áreas residenciais do município."

Graça Matos (PMDB)

"Vamos desenvolver um estudo técnico detalhado de regularização, assentamento e obras de infra-estrutura para esse setor, buscando **parcerias junto aos governos Estadual e Federal**. Também instituiremos o programa Casa Legal, oferecendo, gratuitamente, assessoria técnico-administrativa, sem burocracia, para quem quiser construir ou reformar casas populares. **Quando prefeita, Ezequiel, em convênio com a Caixa Econômica, construiu dezenas de casas**. Como prefeita **ofertarei moradia aos que não têm um teto**. Como deputada, sempre me empenhei nesse aspecto. Junto ao Estado conseguimos executar um programa de revitalização dos conjuntos populares de São Gonçalo, entre eles o Alair Pires, na Brasilândia, e Vila Lage I

e II. Uma grande parcela dos moradores de conjuntos da **Cehab**, também tiveram solucionado o problema das escrituras."

Altineu Cortes (PT)

"Sem dúvida alguma o PT é o partido que tem mais autoridade nesse assunto. **Todos sabem que o presidente Lula bateu todos os recordes de habitação no Brasil.** Como candidato do PT em São Gonçalo, **faremos a mesma revolução** nessa área. **Farei parceria com o presidente Lula e com a Caixa Econômica Federal.** Dessa forma conseguiremos construir novas habitações e ainda elevar o número de empregos no setor. Para oferecer moradias dignas à população, meu governo dará atenção a quem vive nas áreas de risco. Vou implantar um programa estrutural que terá como objetivo diagnosticar, prevenir e minimizar situações de risco, garantindo a segurança das pessoas. Também vou definir estratégias para a recuperação urbanística e fundiária do município, porque a política habitacional de qualquer governo não pode estar desvinculada da política urbanística."

Tema: Saneamento

O Fluminense – 14/09/08

Os seis candidatos que disputarão a Prefeitura de São Gonçalo, em 5 de outubro, têm propostas diferentes para enfrentar o problema com saneamento básico, mas todos concordam que é preciso priorizar o setor. Outro ponto em comum entre os prefeitáveis é a **defesa de parcerias para viabilizar as intervenções**. A atual prefeita, **a pedetista Aparecida Panisset, diz que sempre defendeu a União**, quando a intenção é beneficiar a população. Foi desta forma que disse **ter atraído investimentos na ordem de R\$ 120 milhões, que beneficiaram moradores do Jardim Catarima, Fazenda dos Mineiros e Salgueiro**. A peemedebista **Graça Matos também conta com a parceria com o governo estadual para viabilizar obras. Altineu Côrtes, do PT, buscará ajuda federal**.

Altineu Côrtes (PT)

"São Gonçalo é a principal cidade do Estado depois da capital. O descaso dos prefeitos e o fato deles terem administrado o município distante do Governo federal impossibilitaram a cidade de usufruir as parcerias que tanto rendem qualidade de vida para os gonçalenses. Por isso a cidade tem padrões inaceitáveis em relação ao saneamento. Em praticamente todos os bairros a falta de saneamento afeta a saúde da população. É inadmissível, em pleno Século 21, encontrarmos esgoto a céu aberto na maior parte das ruas e até mesmo dentro das casas. **Como integrante do partido do presidente Lula, farei parcerias com o Governo federal para que São Gonçalo tenha investimentos do tamanho de suas necessidades.**

Aparecida Panisset (PDT)

"Em nossa administração, sempre priorizamos as parcerias, que têm ajudado no desenvolvimento da cidade. **Na área de saneamento, destacamos o acordo que atraiu cerca de R\$**

120 milhões em verbas para obras no Jardim Catarina, Fazenda dos Mineiros e Salgueiro. E os trabalhos já começaram. Vamos também atuar na dragagem dos rios Alcântara e Imboacu. Mas o restante da cidade também será contemplado com novas captações de recursos. Onde hoje há lama, haverá ruas com asfalto. **Em maio, também fechamos um acordo com o Estado, onde conseguimos a garantia de outros R\$ 140 milhões para serem investidos durante os anos seguintes nas áreas de saneamento e abastecimento de água.** Sem contar no trabalho que vamos continuar fazendo na drenagem de várias regiões. A meta é sanear e pavimentar cerca de 1.500 ruas até 2012."

Graça Matos (PMDB)

"Temos trabalhado intensamente junto ao Estado para a aplicabilidade dos recursos do PAC no conjunto de obras que reforçarão o abastecimento de água e melhorar o esgotamento sanitário nas bacias dos rios Mutondo e Coelho. Nos próximos dias, com investimentos de R\$140 milhões, as obras terão início e representarão grande alavancada na questão do saneamento. Outra obra fundamental é a construção de nova adutora de água bruta, que aumentará em 40% a produção de água. **Além disso, implantaremos amplo programa de pavimentação e urbanização de ruas e recuperação das que se encontram em péssimo estado, assim como intensificar e modernizar o Programa Mutirão e retornar o Programa Prefeitura nos Bairros, ambos criados no Governo Ezequiel.** Construção de pontes e passarelas e melhoria na iluminação pública e sinalização para pedestres."

Tema: ESPORTES/LAZER

O Fluminense- 28/09/08

Altineu Côrtes (PT)

"Meu governo vai desenvolver ações para promover e democratizar a prática do esporte e do lazer em todos os bairros. Crianças, jovens, adultos e idosos terão incentivos para participarem de programas esportivos e de lazer perto de casa. Vamos realizar as olimpíadas gonçalenses e apoiar as entidades do esporte amador. São Gonçalo tem atletas de várias modalidades que se destacam e são exemplo de que o esporte é um importante instrumento na formação do cidadão. Eles receberão total apoio da prefeitura. Vou construir, reformar e fazer manutenção permanente dos equipamentos esportivos e de lazer. A minha política na prefeitura será a de integrar todas ações esportivas e de lazer com as de saúde, educação, cultura e assistência social, garantindo o acesso da população aos bens e serviços, especialmente às pessoas dos bairros mais pobres."

Aparecida Panisset (PDT)

"Uma das maiores conquistas para a cidade foi a volta do funcionamento do Piscinão de São Gonçalo, que estava abandonado. Na próxima gestão o espaço será melhor aproveitado

com shows e espetáculos de cultura. A meta também é construir áreas de lazer, com quadras poliesportivas em cada um dos distritos, criando escolinhas para motivar as nossas crianças. Vamos ampliar o projeto Viva-Vôlei, que oferece acompanhamento pedagógico e assistência social mas exige do aluno bom desempenho escolar. A Prefeitura também promoverá torneios esportivos interbairros. Criaremos o programa de esportes para pessoas portadoras de deficiências e expandiremos o Programa de Ginástica nas Praças para a Terceira Idade, que é de muito sucesso. Isso sem contar com a construção de uma nova vila olímpica, projeto que pretendemos fazer já no início do governo."

Graça Matos (PMDB)

"Nossas propostas são: implantar núcleos do Programa Descobrindo Talentos para encontrar e avaliar desempenhos e potencialidades artísticas e esportivas dos jovens e adolescentes, localizando talentos especiais e permitindo indicação aos programas de incentivo da prefeitura; implantar, em convênio com clubes, centros esportivos, Sesc, e outras instituições, o Programa Atletas do Futuro, que receberão jovens e adolescentes indicados pelo Programa Descobrindo Talentos; implantar, em parceria com instituições da área esportiva e a iniciativa privada, o Estádio Esportivo; reativar a Vila Olímpica da Fazenda Colubandê; retomar as ruas de Lazer e Ginástica nas Praças; estabelecer convênios com os clubes para a prática de esportes, como natação, handball, futebol e ginástica esportiva; e criar Parques de Lazer, dotados de churrasqueiras, banheiros, ciclovias."

Podemos perceber que nos temas onde não ocorrem investimentos diretos dos Grandes Projetos, as formas e cifras de captação dos recursos já não são mencionadas. Não bastando às tentativas de "colar" suas candidaturas a esses projetos, os candidatos contam com seus "padrinhos" políticos.

Com um índice muito elevado de aceitação (70%), o Presidente da República foi figura bem disputada entre os que se candidataram ao pleito de 2008. Na disputa à prefeitura de São Gonçalo não fugiu a regra. O candidato do PT, o mesmo partido do presidente denunciou a vinculação da imagem do presidente Lula a uma propaganda política de sua adversária Aparecida Panisset.

A Justiça Eleitoral proibiu a candidata à Prefeitura de São Gonçalo Aparecida Panisset (PDT) de usar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu programa eleitoral. A decisão judicial também proíbe a confecção de qualquer material de campanha em que seja usada imagem ou faça referência ao nome do presidente. Em seu despacho, o juiz Antônio Augusto de Toledo Gaspar, da 135ª Zona Eleitoral, determinou multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

Segundo o PT, a coligação "Trabalhando muito para fazer mais", que reúne PSDC, PSDB, PDT, PV, DEM, PSC e PPS, **usou trecho de um discurso que o presidente fez ano passado, durante o lançamento das obras do Complexo Petroquímico de Itaboraí.** No recurso, os advogados do PT argumentaram que o uso da imagem de Lula na campanha de Panisset fere a legislação eleitoral (artigo 54 da Lei 9504/97 e na resolução do TSE 22.718/2008). De acordo com a legislação é proibido o apoio a candidato por pessoa que seja integrante de outro partido ou coligação.

Este fato demonstra certa confusão estabelecida em relação a questão do apoio do executivo federal aos candidatos. Alguns fatos levaram a isto, pois o Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi (PDT) deu amplo apoio a candidata de seu partido Aparecida Panisset, inclusive em dezembro de 2007 firmou uma parceria com a prefeitura para qualificar profissionalmente 7 mil jovens carentes do município através do programa Juventude Cidadã, oferecendo a cada um deles uma bolsa de R\$ 600 ao longo do curso. O convênio no valor de R\$ 11 milhões. Na ocasião o ministro destacou "São Gonçalo é uma cidade estratégica, pois conta com quase um milhão de habitantes e por isso é necessário e importante à qualificação profissional para jovens que pretendem ingressar no mercado de trabalho."

Ainda lembrou o Ministro.

"o estado do Rio de Janeiro registrou até novembro deste ano um novo recorde na geração de empregos formais (expansão de 140 mil postos)"

E destacou o impacto da construção do Complexo Petroquímico de Itaboraí, parceria entre a Petrobras e a iniciativa privada.

"São 200 mil empregos que vão revitalizar toda esta região e os jovens daqui precisam estar capacitados para não perderem as oportunidades que já estão surgindo"

O programa terá a duração de nove meses, com 400 horas de aula. Neste período, os participantes terão a oportunidade de aprender uma profissão por meio de aulas teóricas e práticas, voltadas para as exigências do mercado local. O curso também oferece formação em cidadania e direitos humanos, além de estimular a elevação da escolaridade e a prestação serviços voluntários à comunidade.

A candidata Graça Matos, por sua vez conta com o apoio do governador Sérgio Cabral Filho. Mesmo proibidas de serem usadas pelo governo do estado em qualquer meio de propaganda institucional no município do Rio, as Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) 24 horas transformaram-se na principal bandeira dos aliados de Sérgio Cabral. São Gonçalo, não fugiu a regra, no programa eleitoral de Graça Mattos, na televisão em 18/09/2008, o governador do Rio cita as UPAs duas vezes, uma em comício de lançamento da candidata.

Em outra, Cabral promete equipamentos, como aparelho de ressonância magnética no hospital de Colubandê, e afirma: "Junto com Graça Mattos, vamos fazer quatro UPAs 24 horas".

No discurso de lançamento da candidatura de Graça Matos, o governador fez a seguintes afirmativas:

"Tá vindo aí a refinaria. São quatro ou cinco anos de obras. Vamos investir em escolas profissionalizantes para que nossos jovens sejam empregados pelas indústrias que virão com a refinaria. Vamos fazer uma revolução na atração de novos empregos. Vamos criar incentivos fiscais para as empresas que vierem para São Gonçalo".

Destacou ainda,

"a luta em Brasília para conseguir recursos para a linha três do metrô, que ligará São Gonçalo a Niterói e no segundo trecho, Niterói ao centro do Rio de Janeiro. Nós vamos fazê-la. O primeiro trecho custa R\$ 600 milhões e vai de Guaxindira à Araribóia. O segundo é mais audacioso, custa R\$ 1,2 bilhão e vai de Araribóia ao Largo da Carioca".

O governador destacou a parceria que fez com Graça Matos na Assembléia Legislativa, quando era seu presidente, e lembrou que estavam juntos quando ele propôs o fim das aposentarias especiais dos deputados, quando extinguiu os salários exorbitantes no legislativo local e quando acabou com o voto secreto dos deputados.

É cada vez mais presente às vinculações entre os grupos políticos, seus interesses e os Grandes Projetos que perpassarão o município. Essas vinculações tornaram-se recorrentes ao longo da campanha, mas denotam uma perspectiva de mudança, pelo menos na forma de se fazer política, especialmente, no sentido da incorporação de oportunidade para a ampliação do emprego e renda visando aumentar a receita do município.

Em reportagem veiculada no site www.ofluminenseonline.com.br, de 19/08/2008, a prefeita e candidata a reeleição, Aparecida Panisset se mostrou otimista com a proximidade do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), que está sendo construído em Itaboraí, e afirmou que, aos poucos, empresas e investidores voltarão a injetar capital na cidade.

"A arrecadação ainda não é a ideal, mas já aumentou. Continuamos precisando criar receita para o município, e a proximidade do Comperj é uma grande oportunidade. Com a volta das empresas e da iniciativa privada haverá um crescimento na renda da cidade e no número de empregos".

Continua...

"O povo sabe e está aprovando as nossas ações para trazer novos investimentos para São Gonçalo. A chegada de novas empresas e o apoio do Governo Federal vai trazer milhares de empregos aos nossos jovens".

Em 5 de outubro de 2008, a prefeita Aparecida Panisset (PDT) reelegeu-se no primeiro turno, com 56,05% dos votos válidos. A candidata Graça Matos (PMDB), ficou em segundo lugar, com 20,78% e Altineu Côrtes (PT) em terceiro com 18,87%. Venceu as eleições a candidata que tinha a máquina da Prefeitura nas mãos e que vem investindo maciçamente em centros sociais, de "cor laranja", para marcar bem as suas atividades e sua gestão.

Porém, a marca que fica neste processo eleitoral, sem dúvida, foi à presença dos Grandes Projetos e os possíveis impactos que podem provocar. A nosso ver, o jogo político desenvolvido nesta eleição municipal, deu empate, pois, apesar da luta dos candidatos, em tirar o máximo de benefícios desses projetos, aparecerem junto ao presidente da república e capitaneiar votos, o maior beneficiado neste imediatismo político foi o próprio governo federal.

A implementação desses projetos necessita que os municípios da região metropolitana estejam integrados, interagindo de forma uníssona no tocante a gestão dos recursos provenientes de tal investimento, sendo assim, a convergência política passa a ser uma contribuição que vem em boa hora, pois tende a atender aos projetos de interesse do grupo de poder hegemônico.

No caso específico de São Gonçalo essa convergência frutificou, pois as principais forças políticas que disputaram à eleição municipal fazem parte da base política do Governo Federal. Consideramos que qualquer outro resultado da

eleição, não alteraria os objetivos do grupo político que comanda os investimentos. O jogo político foi o de cercar as possibilidades e jogar suas fichas em todos os números disponíveis (12, 13 e 15), garantindo seus ganhos.

Nos demais municípios da Região Metropolitana, o Governo Federal também acabou sendo beneficiado, pois a grande maioria das prefeituras elegeu representantes executivos de partidos da base do governo. Só o PT ficou com 8 prefeituras, o PMDB também com 6, o PDT e o PP com 2, o PR com 1. As exceções foram Duque de Caxias (PSDB) e Rio Bonito (DEM).

Com a divulgação dos investimentos para os Grandes Projetos, notamos um movimento político, com tendência à mobilização dos prefeitos, em especial os da Região Metropolitana, em torno de uma gestão compartilhada, em diferentes segmentos, desde a infra-estrutura, passando pela administração pública, a atração de investimentos, as decisões ambientais, à forma de gerir as questões públicas dentre outros.

Nesta mobilização, nota-se a presença de alguns Aparelhos Privados de Hegemonia compartilhando seus conhecimentos, suas idéias e por que não, seus interesses com os Aparelhos Públicos de Hegemonia.

A criação de associações de municípios, agregando os prefeitos e seus secretários, organizações não-governamentais, federações das indústrias e de comércio, entidades de auxílio às pequenas e médias empresas, são algumas representantes dos Aparelhos Privados que organizam e influenciam os demais.

É importante frisar que o tipo de influência exercida segue os moldes do empreendedorismo, de como desenvolver estratégias para gestores públicos, uma tendência refletida em ações como as transcritas no parágrafo anterior. Sinaliza uma espécie de pacto de cooperação. São os frutos de uma visão de estrutura capitalista e seus mecanismos de cooptação e práticas.

Mapear os Grandes Projetos e sinalizar os possíveis impactos das transformações espaciais, especialmente no município de São Gonçalo, objeto de nosso estudo, parece-nos importante pensar e interpretar as alterações, os movimentos e as ações dos grupos hegemônicos de poder político.

Capítulo 4 – A (re) produção espacial em marcha na consolidação dos grupos de poder hegemônico.

O presente capítulo diz respeito as possíveis implicações espaciais decorrentes das estratégias utilizadas pelos grupos hegemônicos de poder no jogo político, direcionado por ações estabelecidas no e pelo espaço. Estaremos aqui lançando mão do corpo teórico - conceitos e categorias - já trabalhadas no capítulo 1, a exemplo de: "aparelhos privados de hegemonia" e "projetos", extremamente caros na construção de nossa pesquisa.

Como já assinalamos os aparelhos privados de hegemonia, correspondem a um conjunto de agentes, consolidados no bojo da sociedade civil, com estrutura e papéis bem definidos, tanto no sentido de sofrer pressões, quanto de ter a capacidade de influenciar e pressionar por meio de suas ações.

Essa capacidade, como membro da sociedade civil é alimentado por intencionalidades advindas da construção e da manutenção de objetivos intencionados, por *projetos*, de interesses representativos de diferentes segmentos políticos e econômicos.

A busca pela hegemonia, leva a pluralidade de ações que manifestam sentidos com enfoque em diferentes interesses, especialmente políticos. A caracterização das causas e efeitos de tais ações nos leva ao entendimento, pelo menos, em parte de implicações espaciais, manifestos em conformidade com projetos em diferentes escalas, estabelecidos pelos grupos hegemônicos.

Sendo assim, consideramos que ao destacarmos o papel do espaço na consolidação da reprodução do poder político e a investigação sobre os *projetos*, a partir de seu mapeamento pelo espaço, estaremos contribuindo não só para a identificação dos grupos de poder político, suas disputas internas e externas, como também, poderemos analisar as transformações espaciais que promovem.

O mapeamento desses *projetos*, seguramente contribuirá para dar vazão ao interesses políticos de tais grupos, porém, atenderá os anseios e as necessidades básicas do grupo subalterno? Os grupos de poder manterão a velha prática obscura que esconde o uso da ausência e da carência como uma espécie de recurso? Ou vislumbram-se novas perspectivas de ações, considerando o espaço em seu dinamismo, englobando diferentes agentes para atender as suas necessidades?

O significado desse uso de velhas práticas de ação corresponde à aplicação de uma estratégia muito comum, utilizada pelos grupos de poder político, ou seja, a manutenção de áreas com precariedade de infra-estrutura básica, como

uma espécie de “reserva de carência”²⁸, possibilitando assim, sua permanente justificativa, pelo menos no discurso, para ações, uma espécie de “por fazer”.

Seus interesses políticos são garantidos, a partir de um discurso ou mesmo de pequenas ações paliativas, sem soluções plenas, visando à manutenção do vínculo entre determinado grupo – representado por um político – e a população local. Tal quadro inscreve-se numa espécie de “categoria homeopática”, ou seja, de uma prática calcada em pequenas ações ou “doses”, ínfimas, porém com eficácia necessária à reprodução do poder político local, não solucionando, contudo, os problemas plenamente, deixando sempre uma boa parcela sem solução ou “cura” – como mencionamos, uma “reserva de carência”.

As práticas espaciais renovam-se à medida que os objetivos dos grupos políticos alimentam seus projetos de interesses. O somatório de forças políticas de diferentes escalas articula-se em um mesmo sentido. O Estado, os partidos políticos e os empresários agem na cooptação dos sujeitos na dimensão de seus interesses. A aliança desses agentes, não se restringe apenas a coligações partidárias eleitorais. À medida que se tem um projeto amplo como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de grande apelo para os diferentes segmentos da sociedade, as forças políticas unem-se num espectro bem abrangente, mesmo tendo uma multiplicidade de interesses.

O que há de comum e uníssono constitui uma nova forma de inserção dos diferentes sujeitos no contexto do desenvolvimento da sociedade.

As formas mais tradicionais de se fazer política, acabam por dar lugar a novos incentivos estruturais. Através de um caráter mobilizador e integrador, diferentes correntes se estabelecem no espaço em torno de um projeto amplo.

Os projetos sofrem toda ordem de “paternidade”, por vezes postuladas por políticos da base de sustentação do atual governo federal, como também, daqueles considerados de oposição, que por sua vez, criticam de forma mais branda os projetos governamentais, pois alimentam esperanças em relação aos seus benefícios.

A busca da hegemonia se faz presente em todos os segmentos, pois segundo Gramsci, o conceito de hegemonia remete à idéia de direção, assim, sendo vista como um complexo sistema de relações e mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção.

²⁸ O estabelecimento do uso da ausência e da carência como recurso foi destacado em (Modesto, 2003). As Práticas Espaciais do Poder Político em São Gonçalo – RJ. Dissertação de Mestrado do PPGG da Universidade Federal Fluminense.

Todos os recursos disponíveis são considerados ao se evocar os interesses e a consolidação dos projetos, numa verdadeira cruzada na consolidação da hegemonia, especialmente, naquela em que um grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social porque não apenas é capaz de impor esse domínio, mas também de fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo.

4.1 – Práticas de poder político no espaço: Grandes Projetos e Estratégias Espaciais

As práticas do poder político inserem-se no domínio do *fazer* que envolva a *práxis* e como tal, pertence à política. Como vimos no capítulo 1, à política, segundo Castoriadis, pertence à *práxis* e, quase sempre, é constituída por uma mistura na qual existem a dominação e manipulação estabelecidas por interesses. Os interesses levam as ações e estas são “lançadas para adiante”, ou seja, constitui em um *projeto*, visto aqui como uma idéia a ser realizada, executada.

A partir da interpretação de que um *projeto* é um sentido e uma orientação, seguindo em uma direção, consideramos eficaz a possibilidade de análise das possíveis transformações promovidas pelos Aparelhos Privados de Hegemonia no/pelo espaço, ao destacarmos a promoção de grandes projetos na área que está sendo estudada.

Corrobora nas interpretações a condição e a posição dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos, sejam eles públicos ou privados. Contribuem em nossa interpretação o jogo político, a composição de articulações, coligações e arranjos societários, a configuração dos discursos e representações que assume cada agente envolvido no processo.

Como alerta, não deixaremos de considerar a autonomia do indivíduo, especialmente no que concerne a reorganização e reorientação da sociedade, ou seja, sujeitos autônomos em pensamentos e em ações. Porém, será possível a orientação e a organização da sociedade de modo a permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que, por sua vez, só será possível pelo desdobramento da atividade autônoma dos homens.

As interpretações sobre os Grandes Projetos desenvolvidos pelo Governo Federal e o envolvimento destes em diferentes escalas de poder político e econômico, bem como, as possíveis mobilizações e implicações em diversos

segmentos da sociedade, nos parecem ser rico de conhecimento e consequente interpretação.

O mapeamento dos projetos nos pareceu importante fonte para interpretações, ainda mais, se considerarmos que suas configurações seguem lógicas técnicas e produtivas, mas escondem nuances políticas de efeitos a serem explorados em análise.

4.1.1 – COMPERJ e o Centro de Inteligência: implicações políticas e espaciais.

Para melhor caracterizarmos o projeto do COMPERJ, consideramos necessários esclarecer a escolha do município de Itaboraí para abrigar o complexo petroquímico. Foram realizados estudos dos aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais dos estados e municípios, para avaliar a viabilidade do empreendimento ao longo dos anos.

O Estado do Rio de Janeiro apresentou as melhores condições para a implantação do COMPERJ devido: à proximidade com a Bacia de Campos, que fornecerá matéria-prima; ao acesso fácil ao maior mercado consumidor de produtos da segunda geração²⁹, formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; à disponibilidade de infra-estrutura adequada, representada pelos terminais portuários, pela malha rodoviária e ferroviária; proximidade de diversas universidades, inclusive do Centro de Pesquisa Leopoldo Miguez de Mello – CENPES, responsável pelo aperfeiçoamento de grande parte das tecnologias que serão empregadas no empreendimento.

O COMPERJ processará 150 mil barris por dia de petróleo pesado do campo de exploração de Marlim, produzido na Bacia de Campos. A utilização dessa matéria-prima não convencional para a produção de petroquímicos mostrou-se uma alternativa

tecnológica, econômica e ambientalmente viável, inédita e desenvolvida no país.

Em 2005, partindo-se da escolha do Rio de Janeiro, foram, primeiramente, pré-avaliadas diferentes alternativas locacionais: duas em Itaguaí, uma em Itaboraí, uma em Cachoeiras de Macacu, uma em São Gonçalo, duas em Campos dos Goytacazes.

²⁹ Produtos considerados de segunda geração são os provenientes do processamento da indústria do petróleo, diferente de um combustível.

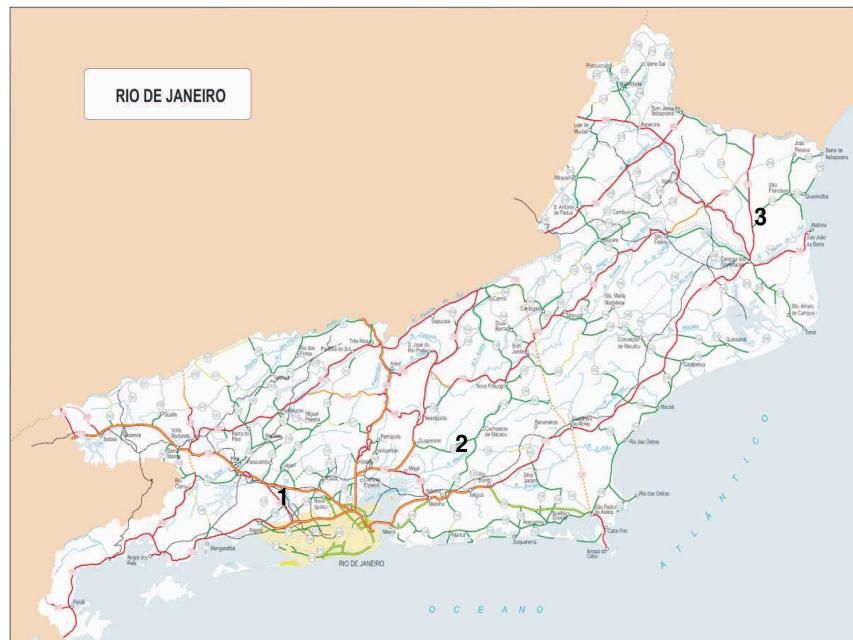
Desta pré-seleção foram selecionadas **três alternativas**: Itaguaí, Itaboraí e Campos dos Goytacazes. A avaliação tomou como premissa uma área de terreno superior a 11 quilômetros quadrados, mínimo indispensável para acomodar o complexo. A área total para o complexo incluiu uma região para projetos de revegetação e recuperação ambiental de forma a proteger as comunidades próximas ao COMPERJ.

As avaliações contaram com visitas técnicas, entrevistas e levantamentos de informações. Foram consideradas ainda questões relativas a liberações de gases, fornecimento de água, efluentes, passivos ambientais e existência de áreas protegidas.

O estudo contemplou, dessa forma, informações básicas sobre os meios físico, biológico e socioeconômico de cada local, avaliando a inserção do projeto em cada contexto regional e consolidando os aspectos associados à sua implantação, permitindo a análise da sua viabilidade ambiental em cada local específico.

As três áreas analisadas pela Petrobras estão assinaladas na figura a seguir: Norte Fluminense (Campos/Travessão), Itaguaí e Itaboraí.

Figura 2 - Rio de Janeiro – Localizações possíveis para o COMPERJ



Fonte: Fundação CIDE - adaptação do Autor

No caso de Itaguaí (**1**) no mapa, apesar da proximidade ao Porto de Sepetiba, tiveram que ser considerados: presença de empreendimentos já instalados e em implantação (pelo menos duas grandes usinas siderúrgicas nos próximos anos); previsão de crescimento urbano, por conta dos investimentos associados ao porto; saturação iminente da bacia aérea por poluentes atmosféricos; restrições geotécnicas; considerações jurídicas do processo de licenciamento nessa localização.

Em relação ao Norte Fluminense(**3**), as maiores desvantagens foram : problemas geofísicos; impactos negativos sobre os melhores cultivos de cana de açúcar; dificuldades e custos de implantação de um terminal portuário; distância em relação aos grandes centros consumidores.

A proximidade aos campos de petróleo para o crescimento da economia regional foi superada pelas desvantagens apontadas, levando ao abandono desta alternativa.

Acrescenta-se também que a implantação do complexo em Campos/Travessão conflitaria com uma fronteira econômica tradicional de cana-de-açúcar, interferindo com o plano de extensão e reativação do álcool na região (etanol).

Do ponto de vista logístico, as alternativas Itaguaí e Itaboraí eram as que possuíam a melhor viabilidade, devido à malha portuária e rodoviária existente, e a proximidade aos mercados consumidores de São Paulo, principal centro urbano-industrial do País.

Em termos ambientais, as alternativas de Campos/Travessão e Itaboraí também se mostraram viáveis. Apenas Itaguaí apresentou restrições relacionadas à qualidade do ar, que impossibilitariam, inclusive, a expansão do empreendimento.

Itaboraí (**2**) foi considerada a localização mais adequada por: possuir área modificada em processo de degradação, sem grandes restrições geotécnicas, que poderiam acolher o empreendimento sem maiores danos ambientais; esta área não possui concentração de poluentes no ar, pois o seu relevo e correntes do vento contribuem para a dispersão, minimizando impactos diretos e indiretos na qualidade do ar; existência de tubos para abastecimento e escoamento de produtos.

Na seqüência do relatório, a histórica carência da água na região foi identificada como oportunidade para que o empreendimento contribua para a construção de soluções técnicas e políticas para o bem comum. Ressalta a área,

por dispor de infra-estrutura logística adequada a ser potencializada pelo Arco Metropolitano, a proximidade com outras petroquímicas, além de possuir área disponível para uma já prevista expansão do Complexo.

A área apresenta um caráter estratégico para a recuperação da economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e da sua porção leste em particular, dispondo de mão-de-obra carente de oportunidades, que será capacitada para inserção no empreendimento e nas empresas que surgirão.

A acessibilidade e a integração no que pese a produção, o fornecimento de matérias-primas, o escoamento da produção em relação ao Complexo Petroquímico, como manifesta o relatório, estrutura-se a partir do *Arco Metropolitano*.

Este empreendimento vai fazer a interseção com cinco rodovias federais, uma ferrovia e a ligação com vários pólos industriais de grande porte (já existentes e os que estão sendo implantados) na região e o Porto de Itaguaí, proporcionando grande valorização de toda área, que está sendo considerada o grande complexo siderúrgico do Rio, representado pela CSA Thyssen Krupp, na Zona Oeste do Rio.

O convênio de cooperação técnica para a elaboração do plano diretor do Arco Metropolitano, que contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 1,27 milhão, foi assinado pelo governador Sérgio Cabral e pelo vice-presidente do banco, Otaviano Canuto, no dia 6 de dezembro de 2007. Também assinaram o vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão, e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Julio Bueno.

As obras do empreendimento já iniciaram e seu planejamento fica por conta da Unidade de Gerenciamento de Programas do Arco Metropolitano, que é formada por cinco secretarias estaduais: Desenvolvimento Econômico, Obras, Ambiente, Casa Civil e Planejamento e Gestão. O plano do governo do Estado é coordenar todos os planos diretores dos municípios envolvidos direta ou indiretamente com a rodovia com o objetivo de promover um desenvolvimento integrado da região.

A construção faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e está orçada em cerca de R\$ 800 milhões. De acordo com os engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o Arco permitirá a exploração do potencial do Porto de Itaguaí e criará uma alternativa de

desenvolvimento social e econômico, uma vez que induz novos empreendimentos na região.

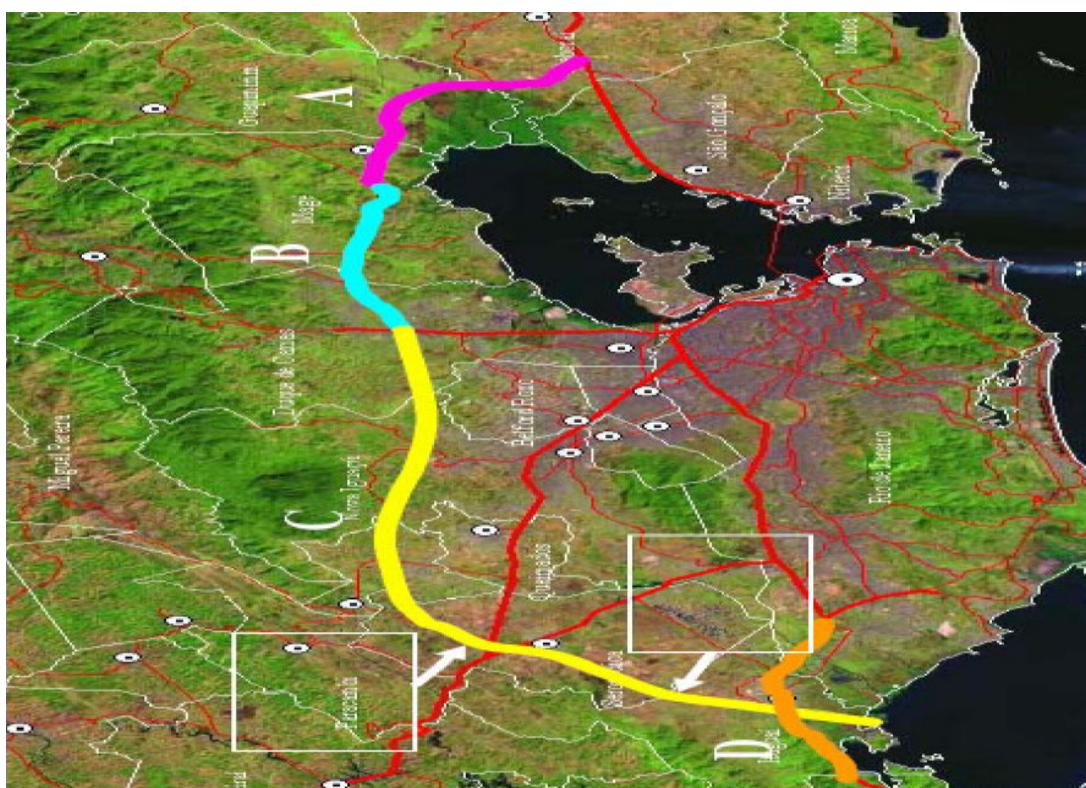
O início das obras aconteceu em um terreno cedido por uma empresa, a Coquepar, que está se instalando à margem da futura rodovia. Segundo o diretor superintendente da empresa, Rubens Novicki, a escolha do local levou em conta exatamente a proximidade com o Arco e com uma ferrovia que liga os estados de Minas Gerais e São Paulo ao Porto de Itaguaí.

Figura 3 - COMPERJ/Porto de Itaguaí/Arco Metropolitano



Fonte: Petrobras - Site: WWW2.petrobras.com.

Figura 4 – Arco Metropolitano – Trechos



Fonte: PAC

Os trabalhos irão se estender por 145 km, sendo um trecho virgem a implantar (76 km), dois trechos a serem duplicados (47 km) e um trecho sob regime de concessão (22 km). O Arco Metropolitano irá atravessar os municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. O primeiro segmento(**A**) da via, a ser duplicado pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit), compreende um trecho da BR-493 de 25 quilômetros, que vai do entroncamento da BR-101, em Manilha, ao entroncamento com a BR-116, em Santa Guihermina (Magé).

O segundo segmento(**B**), já pronto, é de responsabilidade da concessionária. Trata-se do trecho da BR-116, com 22 quilômetros, que vai do entroncamento com a BR-040 em Saracuruna, Duque de Caxias, ao entroncamento com a BR-493, em Santa Guihermina (Magé).

O terceiro segmento(**C**), o maior de todos, com 70,9 quilômetros , será construído pelo Estado. O trecho vai do entroncamento da BR-040 (Rio-Juiz de Fora), em Duque de Caxias, ao acesso ao Porto de Itaguaí, na BR-101. Corta as rodovias BR-040, BR-465 (antiga Rio-São Paulo), BR-116 (Via Dutra) e BR-101 (Rio-Santos).

O quarto trecho(**D**), de 22 quilômetros, fica na BR-101 (Rio-Santos) e está sendo duplicado pelo Governo Federal. Este vai de Itacuruçá à Avenida Brasil (altura de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio).

No outro extremo do Arco Metropolitano , o COMPERJ se estabelece. Em 20 de junho de 2006 foi lançada pelo governo federal à pedra fundamental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro)³⁰, estabelecido no município de Itaboraí com grande repercussão nacional, e em especial nos diferentes municípios contíguos. O complexo petroquímico tem sua previsão de funcionamento para 2012, o que provocará grande impacto em diferentes setores da economia e infra-estrutura na região Sudeste e em especial na porção leste da Baía da Guanabara na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O referido Complexo esta localizado no distrito de Porto das Caixas, no município de Itaboraí (22°39`40.14"S e 42°50`49.11"O), nos limites com os

³⁰ O COMPERJ faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estabelecido pelo Governo Federal que prevê um volume de recursos superior a R\$ 503 bilhões, até 2010, em infra-estrutura, sendo que do total, R\$ 67,8 bilhões devem sair do orçamento da União. A divisão dos recursos foram divididos em três frentes pelo Ministério do Planejamento: logística, que inclui investimentos em ferrovias, rodovias e aeroportos num total de R\$ 58,3 bilhões; energia, num total de R\$ 274,8 bilhões; e desenvolvimento urbano, que inclui transporte urbano e saneamento ambiental com previsão de gastos de R\$ 170,8 bilhões.

municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. O empreendimento será construído em um terreno com uma área total de 45 quilômetros quadrados, com a área industrial ocupando 26% da área total. Este terreno é constituído de pastos e culturas agrícolas, enfraquecidas e mal conduzidas.

Figura 5 - Localização e acessos do COMPERJ em Itaboraí



Fonte: Petrobrás

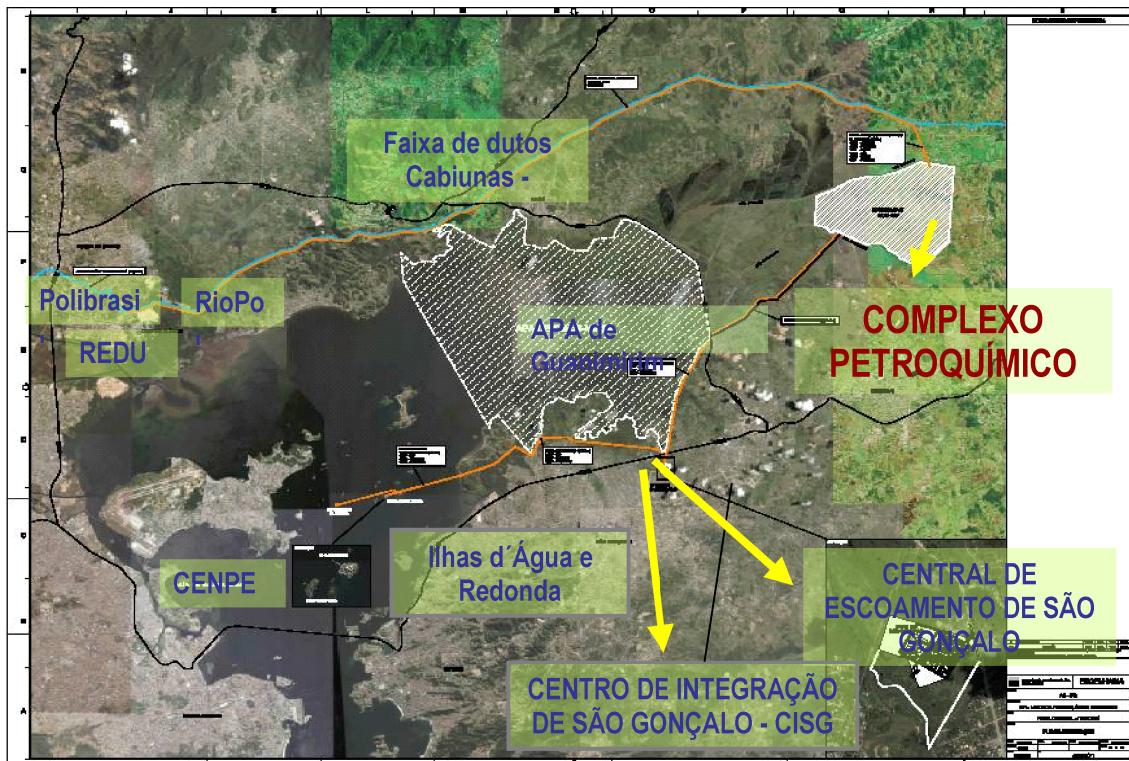
Sua vegetação apresenta fragmentos florestais e sinais claros de erosão. Os rios estão em grau avançado de assoreamento e as matas ciliares estão degradadas. Será realizado por uma estrada a ser construída a partir da Rodovia BR-493, no distrito de Itambi. O objetivo é permitir uma ligação mais direta e curta, a partir do centro da localidade de Itaboraí, Porto das Caixas, Venda das Pedras e outras localidades junto à BR-101.

Por conta do número elevado de caminhões e a necessidade de oferecer condições de operação com nível de segurança, a Petrobras irá construir uma estrada que atenda às normas internacionais de segurança, com duas faixas de tráfego para caminhões. Além do acesso principal, foram verificadas as condições para implantação de outros caminhos ao COMPERJ, permitindo a sua ligação a outras rodovias e/ou núcleos urbanos. A função principal seria facilitar o ir e vir de trabalhadores e também como vias de serviço durante a fase de implantação.

A estrada de acesso secundário do COMPERJ já existe e será alterada, conforme as normas de segurança da Petrobras. Esta estrada é originária da RJ-

116 e permitirá a ligação da área do complexo com as localidades de Sambaetiba, Papucaia e adjacências.

Figura 6 - Localização do COMPERJ e do Centro de Integração de São Gonçalo



Fonte: Petrobrás

O referido complexo produzirá: plásticos em geral, sacolas, embalagens, tapetes, pára-choques, copos, garrafas e eletroeletrônicos, com o petróleo proveniente da Bacia de Campos-RJ, com a pretensão de gerar aproximadamente 212 mil postos de trabalho diretos e indiretos. Prevêem-se impactos sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro em relação aos transportes, trabalho e logística.

São Gonçalo, como partícipe dos municípios envolvidos na consolidação do complexo, acaba por ter uma função especial, ou seja, passa a ser o Centro de Inteligência do complexo e contará com fontes de recursos financeiros provenientes do governo do estado, prefeituras vizinhas, Petrobrás, sócios e através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Serão estabelecidos no município de São Gonçalo, cursos de nível técnico e básico em parceria com o Senai, Cefet, Senac, Universidades, Instituições de ensino e o Sine (Sistema Nacional de Ensino).

O estabelecimento do Pólo Petroquímico em Itaboraí, agitou os onze municípios do Leste Fluminense (Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Rio Bonito, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Silva Jardim e Casimiro de Abreu e Marica), fazendo com que eles se unam em torno de uma causa: como aproveitar da melhor forma a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Determinar a política de desenvolvimento e da expansão das cidades é uma imposição do Ministério das Cidades, especialmente em relação à elaboração de um Plano Diretor³¹.

A preocupação com o desenvolvimento das cidades em torno do novo pólo de petróleo está nas agendas de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Marica e Rio Bonito. Com exceção de São Gonçalo, cada um aprovou seu Plano Diretor (conjunto de leis municipais que determinam à política de desenvolvimento e de expansão da cidade) antes do prazo dado pelo Ministério das Cidades para a tramitação do projeto nas Câmaras municipais.

Essas 11 cidades do Leste Fluminense, ANEXO 4 - resolveram formar o que chamaram de Consórcio Intermunicipal (Conleste) para traçar diretrizes comuns à região, que será beneficiada pela instalação do complexo de Itaboraí. Estima-se que o Comperj irá gerar como sinalizamos acima, mais de 200 mil empregos durante os cinco anos da obra e após a entrada em operação. Uma das primeiras ações foi à criação de centros de integração do COMPERJ, ou seja, centros de capacitação de mão-de-obra destinada a trabalhar no complexo. A idéia é capacitar cerca de 30 mil profissionais na região, em mais de 100 tipos de cursos gratuitos. Desse total, 75% serão em nível básico, 23% em nível técnico e 2% em nível superior.

O Centro de Integração de São Gonçalo (CISG) já começou a ser feito, terá capacidade para atender 370 alunos em até três turnos e terá três mil metros quadrados de área construída e contará com auditório, biblioteca e laboratório de Informática. Os cursos serão gratuitos e o primeiro ciclo vai oferecer três mil oportunidades nos municípios para homens e mulheres. Entre eles, São Gonçalo, com 1.500 vagas para as seguintes funções: 100 pedreiros, 240 armadores de ferro, 240 carpinteiros, 380 pintores, 240 encanadores e 300 eletricistas. As aulas do 1º Ciclo do Plano de Qualificação Profissional foram iniciadas em setembro de 2007.

³¹ A elaboração do Plano Diretor é uma exigência legal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), aprovado em 2001, determina que cidades com mais de 20 mil habitantes e que integrem regiões metropolitanas estabeleçam políticas públicas de desenvolvimento. Em caso de não cumprimento, o prefeito pode responder na Justiça por improbidade administrativa.

O estabelecimento dos Planos Diretores pelos municípios integrantes, deverá ser ajustado depois de prontos, pois levando em conta as especificidades de cada município e o tempo de elaboração destes, o planejamento deve ser ajustado, pois um município não pode discutir um plano estratégico de desenvolvimento, sem levar em consideração outros municípios envolvidos no processo. Um pequeno exemplo dessa necessidade de estratégia conjunta, diz respeito ao sistema de transporte e a acessibilidade de uma forma geral, onde se estima que 60% das pessoas que circulam no centro de Niterói não são do município, mas de São Gonçalo, Itaboraí e outras cidades da região.

Para o desenvolvimento de um plano estratégico se faz necessário o domínio de um conjunto de ferramentas, tais como estatísticas e dados que considerem especialmente os indicadores sociais de cada município envolvido, formação do PIB, do IDH, dados de infra-estrutura, transportes serviços, trabalho, escolas etc. Fica impossível para cada município pensar em desenvolvimento apenas levando em consideração a sua realidade.

O planejamento deve considerar os impactos que o Complexo irá causar, nos diferentes segmentos de atividades produtivas, de moradias e serviços. A injeção de recursos financeiros, o oferecimento de empregos, acaba por impactar a ocupação do solo, na maioria das vezes, em se tratando de Brasil, esta ocorre de forma desordenada, bem como, levar a queda na qualidade dos serviços e indicadores de qualidade de vida.

Macaé, por exemplo, viu a favelização se expandir com o andamento da exploração pela Petrobras da Bacia de Campos. Os “aglomerados subnormais”³² segundo dados da Fundação CIDE³³, correspondem a 16,26% das moradias em Macaé, enquanto a média no estado do Rio de Janeiro é de 10,90%. Em Niterói, esse percentual é de 9,85%. De 1998 a 2005, Macaé caiu no ranking dos municípios no quesito cidadania - passou de 18 para 39 no último Índice de Qualidade dos Municípios (IQM).

Entre os onze municípios envolvidos diretamente no COMPERJ, as diferenças entre eles são marcantes, em especial em se tratando de indicadores sociais. Niterói deverá ser a maior beneficiada pelo complexo. Principalmente quando o assunto é emprego: segundo o último IQM levantado pelo CIDE, à cidade é a que tem a mão-de-obra mais qualificada do estado. A população de Niterói é também a que tem maior média de anos de estudo: 9,1 anos. Já

³² Aglomerados subnormais segundo a Fundação CIDE, são considerados favelas.

³³ Fundação CIDE corresponde ao Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro.

Itaboraí ocupa hoje a 57^a posição no quesito mão-de-obra qualificada do IQM. Outro dado preocupante é a taxa de analfabetismo: 10,76%, chegando a 14,31% na área rural, bem acima dos 6,64% da média do estado, o que impactará na qualidade de mão-de-obra oferecida por esse município.

Segundo o depoimento de Ranulfo Vidigal, diretor-executivo da Fundação CIDE, para o Globo on-line de 26/11/2006, o capital físico da refinaria será em Itaboraí, enquanto Niterói fornecerá o capital humano, projeta: o PIB (Produto Interno Bruto) de Itaboraí vai crescer com a refinaria, mas há o risco de o PIB per capita continuar baixo se o município não investir pesado em educação básica. Atualmente, o PIB de Itaboraí é de R\$800 milhões, enquanto o investimento da Petrobras no Comperj será de US\$8,3 bilhões. Ainda de acordo com Vidigal, 66% dos trabalhadores do setor petroquímico no estado têm nível superior e 89% ganham mais de dez salários-mínimos. Os que ganham acima de 20 salários correspondem a 57%.

Vidigal também faz um alerta para toda a região: não há hoje infra-estrutura para abrigar o montante de trabalhadores que deverão ser atraídos pela oferta de empregos durante a construção do complexo. Sem dúvida, o processo de industrialização de certa forma, vem acompanhado por implicações de déficit habitacional e consequentemente de favelização.

A estimativa da Petrobras quanto à geração de empregos diretos e indiretos, como já vimos, será superior a 200 mil, porém, na etapa de operação, o número deverá ser menor, ou seja, aproximadamente 50 mil. Mas, parte da mão-de-obra da primeira fase poderá ser absorvida pelas empresas de terceira geração, ou seja, aquelas responsáveis pela transformação de produtos petroquímicos em bens de consumo. Estas estimativas denotam não só a importância do empreendimento, mas a gama de interesses empresariais e políticos que já começam a manifestar-se nos diferentes municípios envolvidos.

No que se refere ao trabalho no município de São Gonçalo, o “efeito” COMPERJ, transforma-se em foco de divergência no tocante ao quantitativo de empregos diretos e indiretos que serão gerados pelo referido projeto.

Existem controvérsias em relação ao número de empregos a serem gerados, o que acaba por acirrar os debates em relação à caracterização de São Gonçalo como uma “cidade dormitório”, ou seja, dependente dos empregos gerados pela cidade do Rio de Janeiro. Alguns afirmam a geração de mais de 300 mil, diretos e indiretos, o que provocaria um possível impacto nos serviços, na

habitação e dentre outros no sistema de transportes. Devemos ficar alerta em relação a essa caracterização.

Porém a partir do incremento dos investimentos em vários setores tendo como mote os diferentes projetos que se estabelecem, urge a necessidade de aguçarmos o olhar sobre as possíveis transformações no espaço que já começam a ocorrer pela via aos Grandes Projetos que abarcarão a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial os municípios da porção leste da Baía de Guanabara.

4.1.1.1 – O COMPERJ na trama política local

Esse fato, de dimensões consideráveis, implicará de alguma forma em mudanças no quadro político de São Gonçalo. Os grupos hegemônicos de poder tendem a articular-se no sentido de um novo arranjo político, envolvendo articulação e rearrumação no quadro de coligações.

Um sinal desta rearrumação está estabelecido através de algumas mudanças, que envolvem a troca de partido, no ano de 2007, da atual prefeita de São Gonçalo – Aparecida Panisset – filiada ao DEM (antigo PFL), e sua incorporação ao PDT (Partido Democrático Trabalhista), partido da base de sustentação do atual presidente da República, promotor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual o COMPERJ está inserido. Cabe lembrar que o PAC foi anunciado pelo Governo Federal em janeiro de 2007.

Um outro fator de ordem político partidária, mas que esconde interesses de grupos políticos hegemônicos, ficou por conta da aceitação pelo PT (Partido dos Trabalhadores), partido do atual Presidente da República, da filiação do deputado Estadual Altineu Côrtes do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), nos seus quadros.

Eleito deputado Estadual com mais de 87 mil votos, com maioria esmagadora de São Gonçalo, esse deputado apresenta boas bases eleitorais no município. Participa efetivamente na composição da política local, consolidando um grupo de influência e de interesses em diferentes setores e segmentos neste município.

A união do útil ao agradável é uma possibilidade que retrata bem a política de interesses, superando e sedimentando de vez as questões ideológicas como elemento norteador da política.

O Programa de Aceleração do Crescimento através do COMPERJ inaugura as suas obras no município de Itaboraí em 31 de março de 2008, amplamente divulgada pelos meios de comunicação. A participação de políticos gonçalenses nesse evento foi maciça. Estavam presentes os Prefeitos de: Itaboraí - Cosme Sales; o de Niterói - Godofredo Pinto e a prefeita de São Gonçalo - Aparecida Panisset (Jornal O Fluminense – 01/04/2008)

Dentre vários deputados ligados a São Gonçalo estavam os Estaduais – Altineu Côrtes, Neiltom Moulim, Graça Mattos e o Deputado Federal – Edson Ezequiel Mattos. Dentre os vereadores gonçalenses presentes tivemos a participação de: Miguel Moraes, Mariola, Julinho da Renascer³⁴ e Dr. Fernando Medeiros (vice-presidente do PSDC e secretário de habitação de São Gonçalo). A citação desses nomes tem o sentido da identificação de possíveis sujeitos (em/da) ação, consolidando participação no jogo político, evidentemente em sintonia com interesses estabelecidos por projetos hegemônicos.

Em 18 de maio de 2008, reunindo mais de seis mil pessoas, uma grande festa (Gospel) promovida pela prefeita de São Gonçalo anuncia o começo das obras do PAC para o município. Com a destinação de R\$ 120 milhões para os bairros do Salgueiro, Jardim Catarina e Fazenda dos Mineiros e para os rios Alcântara e Imboacu (Jornal O Fluminense).

Estas obras serão de revitalização na iluminação, urbanização, pavimentação, drenagem fluvial, redes coletoras e a estação de tratamento de esgoto e saneamento. Segundo a prefeita, tais obras beneficiarão aproximadamente 26 mil pessoas, sendo que para os bairros do Salgueiro e da Fazenda dos Mineiros serão destinados R\$ 26 milhões onde a prefeitura arcará com R\$ 6 milhões.

Esta festa contou com a presença do Ministro das Cidades – Márcio Fortes, o irmão da prefeita e secretário municipal de Saúde – Marcio Panisset, a secretaria executiva da Concidade – Elcione Diniz Macedo, o representante da CEF – Ricardo Guimarães, a secretária de Educação – Keila Nicia, o secretário de Infra-estrutura – Aécio Nery e o Secretário de Governo – Luis Rodrigues Paiva.

Vimos até aqui a gama de inaugurações e eventos mobilizando um bom número de representantes do executivo e do legislativo em diferentes escalas. Costura-se a rede de interesses centrada na captação de atenção, influência e associação dos referidos nomes ao grande projeto.

³⁴ Referência a sua atuação na Igreja Renascer em Cristo.

A prática recorrente dos políticos locais foi a de “colar” seus nomes, ou mesmo, as suas presenças ao lado de Ministros e do Presidente da República numa tentativa futura de associação por parte dos eleitores, tendo em vista a proximidade do pleito eleitoral em outubro de 2008.

Porém, essa associação torna-se uma via de mão dupla. O projeto constitui-se na possibilidade de ser amplamente legitimado a partir do momento que apresenta uma multiplicidade de atores, consolidando uma representação do atendimento às necessidades do maior número de pessoas.

O jogo político segue a essência do significado da palavra *interesse*, ou seja, “estar em”, participar, admitir. Estar envolvido no jogo e o levar a sério é acreditar que este vale a pena ser jogado e perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, justamente os que estão nele. As possibilidades de um ato desinteressado quando consideramos o jogo político cai por terra, se a percepção de envolvimento no jogo remete a um investimento em alvos. Os protagonistas do jogo têm clareza no que está em jogo.

As articulações políticas em diferentes escaras manifestam-se em suas ações através de discursos que exaltam os significados dos projetos. Como as manifestações do Governador do estado do Rio de Janeiro sobre as implicações do Arco metropolitano e o Complexo Petroquímico quando da assinatura do projeto no Palácio Guanabara.

“Precisamos planejar todos os investimentos, demandas e potencialidades que serão geradas pelo Arco Metropolitano. A rodovia vai fazer a interseção com cinco rodovias federais, uma ferrovia e a ligação com vários pólos industriais de grande porte que estão sendo implantados na região e com o Porto de Itaguaí. O que isso significa? Uma estupenda valorização de toda esta área. Precisamos prepará-la para receber e aproveitar adequadamente este impacto” explicou Cabral.

Baseado neste raciocínio, o governador lembrou os danos enormes causados ao Estado e ao país pela mentalidade de se implantar grandes projetos e indústrias sem planejamento de suas consequências ambientais, urbanísticas e sociais. E citou especificamente a Linha 2 do metrô que, ao levar acessibilidade ao subúrbio da Zona Norte, causou por falta de planejamento de sua repercussão no entorno a explosão demográfica de comunidades carentes, surgindo complexos de favelas, como Alemão e Manguinhos.

"que este trabalho seja feito com extrema objetividade, casado com a Secretaria de Obras, com as demais secretarias estaduais e com os municípios."

O financiador da obra, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na figura de seu vice-presidente Otaviano Canuto, também se manifesta ao afirmar.

"Sonhada há mais de 30 anos, a rodovia vai induzir ao desenvolvimento direto de vários municípios da Região Metropolitana do Rio e, por extensão, do Estado, do País e até mesmo da América do Sul. Por isso, o banco sente-se satisfeito por participar do projeto, como também o faz em outras ações do atual governo, em quem deposita total confiança."

O vice-governador, por sua vez, depois de apresentar o projeto do Arco Metropolitano, destacou que o plano diretor significa para os municípios uma oportunidade de adequar seus planos diretores à rodovia, essencial para o desenvolvimento dessas cidades.

"Com o plano, saberemos quais as áreas em que poderemos instalar indústrias, por exemplo. Recebemos constantemente empresários interessados em se instalar em algum ponto da futura rodovia."

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, fez afirmações em relação à implementação do plano diretor que atenda aos interesses do projeto em consonância com as perspectivas dos municípios que o abarcam.

"O plano diretor faz parte da estratégia de desenvolvimento econômico que estamos empreendendo no estado. Esta estratégia compreende ainda o fortalecimento das instituições permanentes de atração de investimentos, como a Investe Rio, que se transforma efetivamente em um banco de investimento, a CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro) e a Agência de Desenvolvimento do Rio (AD-Rio)."

Segundo Bueno, o governo está integralizando recursos no valor de R\$ 40 milhões a Investe Rio, cuja meta nos próximos anos é atrair capital privado. O secretário diz também que a Codin está sendo reestruturada e aparelhada para viabilizar grandes investimentos no Estado.

Nota-se através dos pronunciamentos, a perspectiva de mobilização que envolve os diferentes segmentos da sociedade, em especial uma integração

entre os Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia, ao estabelecer convênios e parcerias. Numa nítida procura de estabelecer seu poder político hegemonicó.

O capítulo 2 deste trabalho elucida, em parte, no município de São Gonçalo, as ações pretéritas da política local em consonância com o poder nas esferas federal e estadual, especialmente sobre o jogo político e o tratamento dado pelos grupos hegemonicós de poder para com a sociedade e às interferências espaciais. Não obstante, o cenário atual tende a inserir novos elementos na consolidação de seu poder no e pelo espaço.

4.1.2 – Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é um programa do Ministério das Cidades operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O PAR tem como objetivo reduzir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.000 habitantes, viabilizando imóveis residenciais para famílias com renda de até R\$ 1.800,00.

As áreas de atuação do PAR correspondem as capitais estaduais, suas regiões metropolitanas e municípios com população urbana acima de 100 mil habitantes, conforme Censo Demográfico 2000, do IBGE.

Orçamento é disponibilizado por Unidade da Federação, observado o déficit habitacional. É previsto aporte de recursos pelo estado ou município, comprovadamente assegurados, conforme autorização legislativa pertinente.

Seu funcionamento é o seguinte: a Caixa Econômica Federal entra em contato com os governos estaduais e municipais avisando-os sobre quais municípios estão incluídos no âmbito de atuação do PAR. Caso haja interesse, firma-se um convênio entre a prefeitura e esta instituição financeira.

Emite-se, então, um comunicado oficial convocando construtoras a apresentarem seus projetos para o PAR. Com a aquisição do terreno e a contratação da construtora, iniciam-se as obras. Assim que os imóveis ficam prontos, inicia-se a seleção das famílias a serem beneficiadas pelo arrendamento.

Cabe à prefeitura indicar os candidatos ao arrendamento, mas é a CEF quem os seleciona e também escolhe uma empresa administradora para cuidar

dos contratos com os arrendatários. Alguns passos devem ser seguidos pelas famílias interessadas a participar do programa, são eles:

- Procurar a Secretaria de Habitação Municipal para se candidatar;
- A secretaria faz uma pré-seleção e indica as famílias à CEF;
- As selecionadas definitivamente começam a morar nas unidades habitacionais pagando uma taxa mensal inferior ao aluguel cobrado na região;
- Ao final de 15 anos, elas têm a opção de comprar os imóveis.

Podemos reparar que existem vários agentes envolvidos em tal processo e suas competências são variáveis. Segue abaixo a relação das instituições envolvidas e suas competências:

1. Ministério das Cidades - Agente gestor do PAR, a quem compete estabelecer diretrizes, fixar regras e condições para implementação do Programa, alocar os recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.
2. Caixa Econômica Federal - Agente executor do PAR, responsável pela alocação dos recursos, definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do Programa.
3. Ministério da Fazenda - Em conjunto com o Ministério das Cidades, fixa a remuneração da CEF, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa.
4. Poder Público Estadual e Municipal – Tem sua participação estabelecida por meio de assinatura de Convênio com a CEF, visando assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas priorizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos e indicação de demanda para os empreendimentos.
5. Construtoras e Órgãos Assemelhados - Participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do Programa.
6. Arrendatário - pessoa física que, atendidos os requisitos estabelecidos para o Programa, seja habilitada ao arrendamento de imóvel do PAR.
7. Executor do Trabalho Técnico Social - Pessoa Jurídica, selecionada por meio de credenciamento, para elaborar e executar o programa de trabalho técnico social nos empreendimentos contratados.

8. Empresas do ramo da Administração Imobiliária - Empresa contratada para administrar os contratos de arrendamento, os imóveis e os condomínios, se for o caso.

Como principal característica, em relação aos empreendimentos, deve-se mencionar algumas condições mínimas exigidas para a sua implementação. Uma das condições primordiais diz respeito à existência de infra-estrutura básica (água, solução de esgotamento sanitário, energia elétrica, vias de acesso e transportes públicos); a facilidade de acesso a pólos geradores de emprego e renda; a viabilidade de aproveitamento de terrenos públicos; o favorecimento à recuperação de áreas de risco e ambiental e por último, estar o empreendimento inserido na malha urbana.

O número máximo de unidades por empreendimento está limitado a 500, sendo que a unidade padrão é composta de 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, com área útil mínima de 37 m², exceto nos projetos de recuperação de empreendimentos, que são analisados individualmente. A configuração das unidades com Especificação Mínima varia em função da região do empreendimento.

As obras têm o prazo máximo de execução de 18 meses, contados da data da assinatura do contrato. Diferentes custos incidem sobre o valor do empreendimento. São eles: Valor do terreno; Obras de edificação, inclusive BDI; Elaboração de projetos; Infra-estrutura interna; Despesas de legalização; Seguro Garantia Término de Obra (SGTO); Seguro Risco de Engenharia; Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

Lembramos que o arrendamento segue regras rígidas, onde o imóvel deve ser utilizado exclusivamente para residência do arrendatário e de sua família, com ocupação no prazo máximo de 90 dias após a assinatura do Contrato de Arrendamento.

Cabe ao arrendatário assumir todas as despesas e tributos incidentes sobre o imóvel, bem como mantê-lo em perfeitas condições de habitabilidade e conservação. O prazo de arrendamento é de 180 meses, sendo o vencimento da primeira taxa de arrendamento com 30 dias após a assinatura do contrato e as demais em igual dia nos meses subsequentes. A contratação do arrendamento residencial é firmada por meio de Contrato por Instrumento Particular de Arrendamento Residencial com Opção de Compra.

O valor inicial da taxa de arrendamento do imóvel é igual a 0,7% do valor de aquisição do imóvel (ou de 0,5%, caso a família arrendatária tenha renda mensal

de até R\$ 1.200,00). Anualmente a taxa é reajustada pelo índice de atualização aplicado aos depósitos do FGTS na data de aniversário do contrato. O atraso no pagamento da taxa de arrendamento por mais de 60 dias consecutivos é motivo para retomada imediata do imóvel, sem direito à devolução de valores pagos a título de taxa de arrendamento.

O imóvel arrendado, por solicitação do arrendatário e expressa concordância da CEF, pode ser substituído por outro equivalente ou de valor diverso, desde que haja disponibilidade de imóvel.

Um exemplo de empreendimento realizado com recursos desse programa, em São Gonçalo, é um exemplo de empreendimento realizado com recursos desse programa, em São Gonçalo, pode-se citar o realizado no bairro Boa Vista do Laranjal, localizado Rua Jaraguá s/n – Boa vista do Laranjal, uma parceria entre a CEF, a CEHAB e a Construtora Delta.

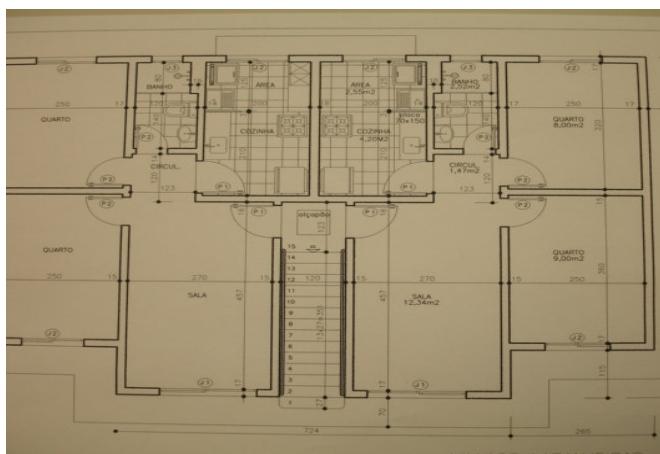
Foto 1 - Residencial Village Laranjal



Foto 2 - Localização do Empreendimento



Foto 3 - Planta baixa do Empreendimento



Fonte: CEHAB

4.1.2.1 – Implicações Políticas do PAR em São Gonçalo

Após a apresentação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) cabe-nos interpretarmos suas implicações políticas e espaciais para o município. Inicialmente, para direcionarmos a atenção em especificidades do programa, não podemos deixar de mencionar o número considerável de agentes envolvidos em sua concretização.

Este aspecto passa a ser importante em virtude de envolvimentos políticos que o programa possa suscitar. A ampliação do número de agentes possibilita um maior envolvimento de grupos políticos, acionando seus interesses e fazendo prevalecer seus projetos. Como mencionado anteriormente, uma das primeiras instâncias a ser procurada pelos interessados no programa é a Secretaria

Municipal de Habitação (SMH), que no caso de São Gonçalo é ocupada por um político, que ao mesmo tempo em que detém o cargo de secretário municipal, é vice-presidente do PSDC (Partido Social da Democracia Cristã).

Os partidos políticos, na visão de Gramsci, estão no centro de uma ampla rede de instituições sociais e políticas que compõem a sociedade civil. No interior dessa rede, entram em cena forças sociais, ou seja, uma classe e seus aliados. Sua tarefa fundamental enquanto organismo de mediação e de síntese deve assumir iniciativas políticas que englobem a totalidade dos estratos sociais e vigorem sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.

Ora, em nossa sociedade, as manifestações dos partidos constituem frações de um mesmo partido orgânico tendo como cenário de fundo, aspectos ideológicos, políticos e econômicos que, acabam por corroborar entre si na consolidação de uma hegemonia posta de forma visível, quanto de forma invisível. Assim sendo, a forma de associação pretendida pela ação do partido PSDC³⁵ em vincular diretamente seu símbolo, a organização e a liderança do

³⁵ Com o fim da II Guerra Mundial inspirados nos valores humanísticos do Cristianismo, no testemunho do Evangelho e nos ensinamentos das Encíclicas Rerum Novarum de Leão XII e Quadragésimo ano de Pio XI, dois políticos europeus: Adenauer (RFA) e De Gaspari (Ita) implantaram um novo conceito de sociedade, a Democracia Cristã que inspirou na formação dos partidos Católicos Europeus. No Brasil, também em 1945, no dia 9 de julho, no Teatro Municipal de São Paulo, foi fundado o Partido Democrata Cristão (PDC) pelo professor de Direito do Trabalho da USP, Cesarino Júnior, sendo o seu programa inspirado por Alceu de Amoroso Lima. Rapidamente o PDC implantou-se por todo o Brasil, despertando vocações políticas e sendo responsável pelo ingresso na política de importantes personalidades públicas do país, tais como, Juarez Távora (Ceará), Jarbas Passarinho (Pará), Nelson Marchesan (R.G.do Sul), Ney Braga (Paraná), Franco Montoro (São Paulo), André Arruda, Paulo Maciel e Ariano Suassuna (Pernambuco), Dayl de Almeida (Rio de Janeiro) e alguns outros. Jânio Quadros, por exemplo, elegeu-se três vezes pelo PDC. Em 1947 foi vereador, em 1950 deputado estadual e em 1953 foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, derrotando as grandes forças políticas da época. Em 1965, entretanto, juntamente com todos os outros partidos o PDC foi extinto pelo Regime Militar. O partido era mais forte nesta época nos estados do Pará, São Paulo e Pernambuco. Em 1985, um grupo de brasileiros e democratas cristãos, entre eles, Jorge Coelho de Sá e Oswaldo Gomes, fundavam no Brasil, novamente o Partido Democrata Cristão. No ano seguinte, o PDC elegeu como deputado federal, José Maria Eymael, com uma das maiores votações do Estado de São Paulo. Em 1990, José Maria Eymael foi reeleito, também com expressiva votação. Nas eleições de 1986, o PDC elegeu, além de José Maria Eymael, mais quatro deputados federais e dezenas de deputados estaduais. Em 1988, elegeu centenas de prefeitos e milhares de vereadores por todo o país. Em 1990, elegeu uma centena de deputados estaduais e dezenas de deputados federais. Em 1992, cresceu mais ainda, conquistando a Prefeitura de importantes cidades e milhares de vereadores. Só no estado de São Paulo o PDC alcançou quase um milhão de votos. Na legislatura de 87-90, possuía 1 senador e 11 deputados federais, de 91-94 tinha 3 governadores, 4 senadores e 17 deputados federais e o seu maior líder nesta época foi o Governador Siqueira Campos (TO), atualmente no seu 3º mandato, tendo eleito o filho Senador, hoje ambos no PFL. Durante a Assembléia Nacional Constituinte alcançaram vitórias significativas, entre elas, grande parte das conquistas obtidas pelos trabalhadores, a defesa dos direitos dos contribuintes, a valorização da família, o apoio às micros, pequenas e médias empresas, o apoio à educação, à cultura, à defesa do meio ambiente e o combate a toda e qualquer forma de corrupção ou abuso no trato da coisa pública. A partir daí aconteceram às fusões de partidos, alterando-se o quadro partidário. Em fins de 1995, Democratas Cristãos inconformados com o desaparecimento da legenda, liderados por José Maria Eymael, criaram o PSDC – Partido Social Democrata Cristão. Característica de políticos que sempre se destacaram por sua coerência, determinação, coragem e sobretudo fidelidade aos princípios doutrinários do partido.

partido a um programa como o PAR ANEXO 5, acaba por denotar uma prática política com uso de estratégia de poder. O partido age, a partir da legitimidade dada por sua posição de agremiação que armazena dentro de si os postulados para a elevação da condição dos sujeitos em obter uma melhoria. Assim, encoberto pelo sentido da cooperação, age supostamente de forma compatível com os interesses coletivos.

Em se tratando do município de São Gonçalo pode-se observar a extensão do programa. Segundo o edital número 1 de 15 de junho de 1999, estipulado pela a Caixa Econômica Federal - ANEXO 6, cria o Programa de Arrendamento. Um exemplo de execução do programa ocorreu em setembro de 2007, no bairro Jockey Club, ANEXO 7 onde foram entregues 500 unidades habitacionais com a presença do Governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), a Prefeita Aparecida Panisset (PDT), os Deputados Estaduais e candidatos à prefeitura de São Gonçalo (2008), Altineu Côrtes (PT) e Graça Matos (PMDB).

Podemos perceber as articulações políticas caminhando no sentido de consolidar estratégias que consolidem a hegemonia de um determinado grupo. Não por acaso, a ocorrência de candidatos à prefeitura na entrega de unidades habitacionais promovida pelo Programa de Arrendamento Residencial. A solidariedade e a solenidade fazem parte do jogo político, ainda se considerarmos o estabelecimento de parcerias.

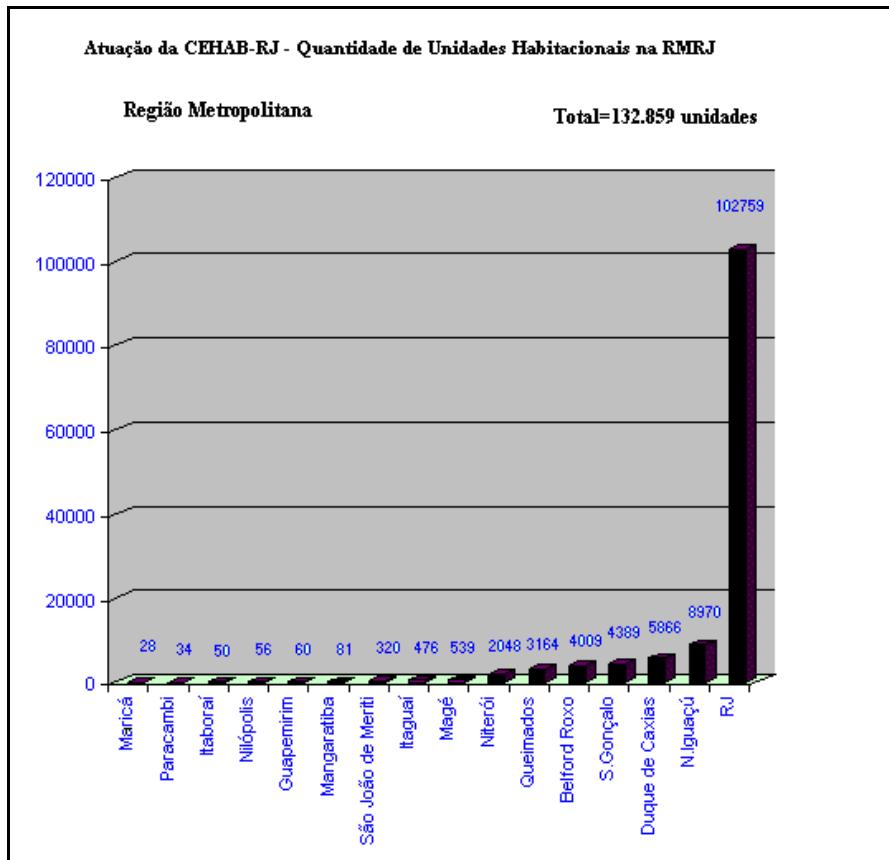
Na solenidade em questão o representante do executivo estadual (Sérgio Cabral Filho) fez seu pronunciamento exaltando os convênios estabelecidos entre a Caixa Econômica Federal, responsável pelos financiamentos das habitações e a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), órgão da secretaria de Habitação, responsável pela pesquisa de demanda e definição do perfil dos interessados. Porém não deixou de ressaltar os convênios entre a Caixa Econômica e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevêem investimentos em vários outros projetos.

As áreas que foram priorizadas para a produção de unidades residenciais estão localizadas em vinte e cinco bairros, conforme a figura 7, a saber: Almerinda, Anaia Pequeno, Arsenal, Barracão, Bom Retiro, Coelho, Colubandê, Eliane, Engenho do Roçado, Jockei, Lagoinha, Laranjal, Maria Paula, Pacheco, Palmeiras, Porto do Rosa, Rio do Ouro, Sacramento, Santa Luzia, Tribobó, Várzea das Moças, Vila Candosa, Vista Alegre e Zumbi.

Fonte: PSDC 2008.

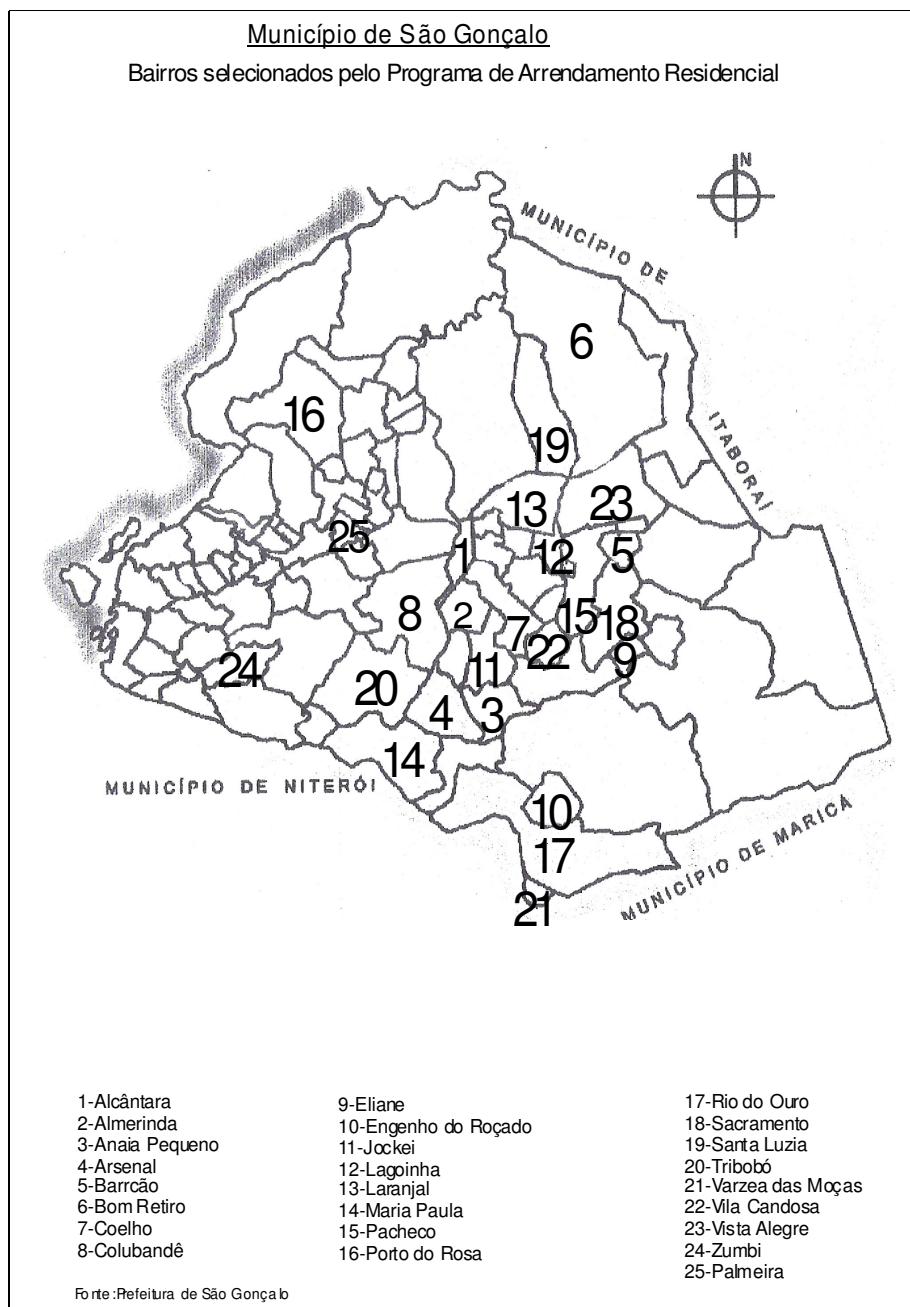
A atuação da Companhia Estadual de Habitação tem uma concentração marcante no município do Rio de Janeiro, com empreendimentos muito acima dos demais municípios da Região Metropolitana, inclusive São Gonçalo, que desponta como o 4º município em empreendimentos desta companhia, atrás de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 2



Fonte: CEHAB-2005

Figura 7



A Secretaria Municipal de Habitação de São Gonçalo, envolvida no Programa de Arrendamento Residencial, em 18 de fevereiro de 2008, inaugurou uma loja no São Gonçalo Shopping Rio. Amplamente divulgado, tal evento denota as articulações do jogo de interesses em torno de um projeto. Notam-se os interesses partidários e empresariais, algo que há muito não está dissociado. O evento contou com a presença de empresários, autoridades militares, vereadores, secretários municipais, militantes políticos e cidadãos gonçalenses.

Em entrevista dada ao Jornal O São Gonçalo de 18 de fevereiro de 2008, algumas autoridades de forma entusiasta deram seus depoimentos sobre a

inauguração, atribuindo feitos muito além da realidade, numa nítida interpretação de interesses políticos, ressaltando apenas o que convém ao grupo político.

*"A inauguração desta loja vai mudar o panorama da cidade. Parabéns ao Dr. Fernando Medeiros e a prefeita Aparecida Panisset pelo projeto que busca melhorar a vida do cidadão gonçalense que sonha com a casa própria. **Isso só foi possível graças ao trabalho de Dr. Fernando Medeiros, que viabilizou este convênio que beneficiará centenas de famílias**, admiro sua integridade e perseverança.", declarou Augusto Nunes (Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia de São Gonçalo). Grifo nosso.*

Os depoimentos continuam seguindo a mesmo ritmo de interesse.

"A inauguração desta loja vai servir para viabilizar o sonho da casa própria. O cidadão se torna digno quando tem trabalho, educação e acima de tudo habitação".

(Vereador de São Gonçalo Miguel Moraes)³⁶.

"A equipe da secretaria de habitação é uma verdadeira "tropa de elite", a prefeita escolheu bem o nome do Dr. Fernando Medeiros para comandar esses grandes profissionais. O exemplo disso está aí, a inauguração desta moderna loja, num ponto comercial de grande importância em nossa cidade",

Luis Rodrigues Paiva (Secretário de Governo).

"São Gonçalo precisa melhorar em qualidade de vida, a inauguração desta loja é um marco na história da habitação. Este ano estaremos trabalhando para regularizar a situação da residência de milhares de pessoas, com este projeto pretendemos atender de forma mais rápida a necessidade das famílias que querem definitivamente se livrar do pesadelo do aluguel".

José Brancato (Sub Secretario de Habitação).

"Resgatar a cidadania, este é o papel principal da Secretaria de Habitação. A inauguração desta loja vai promover o desenvolvimento habitacional em nossa cidade. Um bairro tem que ter luz, água, saneamento básico, escola, posto de saúde e moradia regularizada. Estaremos trabalhando para que muitos lugares da nossa cidade possa se enquadrar nestas condições básicas, para se ter uma vida melhor".

Jorge Coutinho (Sub Secretário de Assentamento Fundiário).

³⁶ O referido vereador faz parte Conselho Gestor Municipal de Habitação (CGMH)

Finalizando, o Secretário de Habitação não deixa de mencionar o projeto maior, o Pólo Petroquímico.

"Somos uma equipe, a prefeita Aparecida Panisset fez a sua parte. A inauguração desta loja foi possível devido a um convênio que firmamos com a administração do São Gonçalo Shopping Rio, a partir de hoje estaremos indo de encontro às necessidades das famílias que sonham em ter a casa própria, junto com a Caixa Econômica Federal estaremos interagindo de forma a atender com qualidade, agilidade e conforto nossa população. Precisamos criar e investir em projetos que venham possibilitar o desenvolvimento da nossa cidade, com a chegada do Pólo Petroquímico e a construção do Centro Tecnológico da Petrobrás, nossa cidade tem que estar preparada para esta nova fase, só com muito trabalho poderemos tirar a diferença dos últimos anos. Recebemos um porta-aviões (Centro Tecnológico da Petrobrás), e precisamos construir uma grande base para ele".

Dr. Fernando Medeiros (Secretário de Habitação do Município de São Gonçalo). (Grifo nosso)

Nossa interpretação vai um pouco além, em se tratando das composições e articulações que envolvam os Aparelhos Privados e os Aparelhos Públicos de Hegemonia. Quando analisamos a afirmativa do secretário de habitação em relação ao convênio firmado pela administração do Shopping São Gonçalo Rio, não podemos deixar de lembrar que esse shopping, constituiu-se num dos grandes empreendimentos privados mais recentes³⁷. Foi atribuído a ele um grande impacto urbano.

Figura 8 - Localização do São Gonçalo Shopping Rio



³⁷ O São Gonçalo Shopping Rio foi inaugurado em 25/03/2004. Localizado no Km 8,5 da BR101N (Niterói-Marinha).

Fonte: Google Earth – 08/07/2007

Considerado pelo executivo municipal como um marco de empreendedorismo, a construção do Shopping São Gonçalo, enquadra-se no jogo de relações políticas que envolvem as esferas privadas e públicas já mencionadas neste trabalho no capítulo 3.

Faz-se necessário ressaltarmos essa associação da ação política no espaço, pois, a intencionalidade do poder, não se restringe apenas a consolidação da marca administrativa provocada por uma gestão, o que caracteriza o empreendimento como objeto-símbolo, uma espécie de auto-afirmação na imaginação de outros. Mas indica também, a configuração de um novo objeto, que passa a influenciar e atrair novos projetos. A cessão do terreno, onde se localiza o Shopping à construtora ECIA -Irmãos Araújo foi feita pela prefeitura.

Não se pode esquecer que quem encomenda tais objetos às empresas privadas são os governos. Sendo assim, os interesses privados, muitas das vezes são tomados como sendo interesses da coletividade.

Ainda sobre a afirmativa do secretário de habitação, a analogia feita com um porta-aviões denota a grandiosidade não só do COMPERJ, mas também da atribuição que coube a São Gonçalo, ao sediar o Centro Tecnológico da Petrobrás, ou seja, o Centro de Inteligência, que por sua vez está mobilizando outros segmentos.

A escolha dos bairros segue critérios que se enquadram às exigências do programa, porém sofrem a influência política Ao acessarmos a Secretaria Municipal de Habitação de São Gonçalo, na figura do Sr. Guilherme Cruz (Chefe de Atendimento da Secretaria de Habitação) obtemos a informação de que estão relacionados nove bairros para serem atendidos pelo PAR. Indagado a respeito dos critérios de seleção dos bairros, foi enfático – seguem critérios técnicos e políticos.

Os critérios técnicos, a nosso ver, são obrigatórios por lei, inclusive atendendo as exigências dos terrenos, infra-estrutura, legalização e etc. Porém, os relativos a escolha efetiva do bairro a ser beneficiado, encontra-se ainda no estabelecimento das velhas formas de se fazer política, o clientelismo, o personalismo típicos das ações políticas dos grupos locais em ação pelos bairros ainda permeiam, como sinalizamos no capítulo 3 desse trabalho.

O Programa de Arrendamento Residencial tem uma maior penetração nas categorias profissionais que melhor se organizam e se articulam politicamente para serem beneficiadas, tais como, militares e servidores públicos.

4.1.3 – Pólo Industrial de Moda de São Gonçalo

Ao mapearmos os empreendimentos e suas parcerias, no município de São Gonçalo, não podemos deixar de considerar o Pólo Industrial de Moda. No estado do Rio de Janeiro existem outros pólos de confecções, com maior importância econômica e impacto no PIB estadual, porém o que chama atenção para essa atividade no município, diz respeito ao potencial de geração de emprego e renda que ela pode propiciar e um modelo espacial e empresarial mais adequado às atividades produtivas.

O estado do Rio de Janeiro é subdividido em pólos regionais de moda. O Pólo de Jeans do Sul Fluminense é formado por 400 empresas e gera quatro mil empregos. O Pólo de Confecção de Petrópolis emprega mais de 30 mil trabalhadores que atuam em 800 fábricas com destaque em malharia. A Rua

Teresa, que já virou marca registrada, tem 920 lojas de roupas. O Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo concentra 800 empresas que confeccionam 25% de toda a produção nacional de lingerie.

O Pólo Noroeste, formado por 290 empresas, exporta pijamas e camisolas para Estados Unidos e Europa. O Pólo Leste Fluminense é dividido entre Niterói e Cabo Frio. O primeiro tem 400 empresas e produz moda feminina e masculina e o segundo tem 250 confecções dedicadas à fabricação de moda praia. O estado possui também o Pólo de Moda Masculina - cerca de 8 mil confecções - e o de Pronta-Entrega de Ipanema - 110 empresas reunidas em um único prédio. O Rio de Janeiro se destaca também em grifes e eventos. Aqui são realizados o *Fashion Rio*, uma série de desfiles apresentando coleções e tendências, o *Fashion Business*, uma bolsa de negócios, que esse ano bateu recorde de expositores, e a Fevest, a maior feira de lingerie do país.

Segundo o Sebrae³⁸, o Pólo de Moda de São Gonçalo representa 7,1% do PIB industrial do setor têxtil/confecção do estado do Rio de Janeiro. O pólo teve início no final da década de 1970 com um movimento de abertura de confecções domiciliares para a produção de peças de jeans. Com o sucesso das primeiras empreendedoras outras se sentiram motivadas a fazer o mesmo e estabeleceram-se principalmente no bairro gonçalense de Nova Cidade.

Com o fim do modelo econômico restritivo no final dos anos 1980 e a abertura para as importações, este segmento começa a entrar em colapso, quase se extinguindo no final dos anos 1990. Uma nova visão de empreendedorismo foi estimulada pela ação de alguns Aparelhos Privados de Hegemonia como o Sebrae e a Firjan estimulando parcerias com o poder público, no caso a Prefeitura de São Gonçalo, no processo de revitalização de um Pólo de Moda para o município.

Essa revitalização está sendo ordenada pelo Sebrae e conta efetivamente com um grupo participante bem variado, ou seja, empresas que já se mobilizam e atuam como representantes efetivos de tal empreendimento, empresas que estão se agregando e uma grande maioria que está sendo cadastrada. Em entrevista realizada em 05 de novembro de 2008, pelo autor, a gestora (Damaris Gomes) do Sebrae-RJ do Pólo de Moda de São Gonçalo nos forneceu informações

³⁸ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A instituição foi criada em 1972, como resultado de iniciativas pioneiras que tinham como foco estimular o empreendedorismo no país. Fonte:Sebrae

importantes em relação às atividades do Sebrae para este empreendimento, como também sobre as características específicas do Pólo.

Sobre a criação do Pólo, a entrevistada relata:

"No passado, algumas empresas estabeleceram-se no bairro de Nova Cidade, e de forma dispersa constituíram um núcleo que especializou-se na confecção de Jeans. Em função de diversas crises, inclusive no que diz respeito a abertura para as importações, este núcleo praticamente sucumbiu. Com a ação do Sebrae, ele passou a ser criado em novembro de 2005, com aproximadamente 200 empresas formais".

Qual o tipo de confecção predomina hoje?

"Uma produção multisegmentada de jeans, moda praia, lingerie, surfware e casual. Inclusive, com novas perspectivas, a partir do desenvolvimento e uso de materiais ecologicamente corretos. Como é o caso do exclusivo jeans ecológico 'denim' que, desde a preparação do tecido, não utilizando nenhum tipo de química em suas lavagens, contribuindo assim para a diminuição dos impactos no meio ambiente. O mesmo vem com DNA de sustentabilidade e inovação. Como as malhas de fibra de bambus onde os modelos ficam mais baratos porque eliminam custos".

Além do tipo e da preparação do tecido, há outra novidade?

"O Pólo trabalha com o conceito de responsabilidade social e consciência ecológica de forma prática e ampla em todos os seus setores. Seja fornecendo retalhos para cooperativas, ajudando na produção local de costureiras e artesãos, seja implantando a coleta seletiva dos resíduos nas fábricas integrantes do grupo, o objetivo principal é buscar a união perfeita entre moda e meio ambiente, marcas registradas do Pólo gonçalense."

O Pólo está concentrado espacialmente?

"Não. Ele está um pouco disperso. Porém, há uma tendência para um modelo de concentração, a partir da inauguração, já ocorrida, do Shopping das Fábricas no bairro Nova Cidade. Desde julho de 2005, vários empresários uniram-se para formar uma associação de lojistas atacadistas, com concentração em um único local fora de suas fábricas, o Shopping Nova Cidade. A idéia é montar uma central para o consumidor, com a missão de expandir a cultura empreendedora no local, promover a comunicação entre

os associados, dividir o aprendizado de novas tecnologias e consequentemente realizar capacitação profissional, pesquisas e estudos de mercado para manter a qualidade. Além de um ponto de venda com lojas de atacado a preço de fábrica, localizado a 10 minutos do Centro de Niterói e a 20 minutos do Rio de Janeiro.”

Foi seguido algum modelo?

“Seguiram um modelo italiano.”

Como assim?

“O modelo de referência utilizado por estes pequenos empresários pode ser comparado ao dos distritos industriais italianos, chamados de Centro Servizi (Centros de Serviços) e considerados os mais eficientes na bibliografia econômica. O Centro Servizi Calza surgiu nos anos 90 na cidade de Castel Goffredo, conhecida por ter a maior concentração de fábricas de roupas íntimas da Itália. No contexto pós-guerra, a região, situada entre as províncias de Mantua, Brescia e Cremona, viu-se com um elevado número de desempregados devido ao fechamento da principal fábrica da região e, por isso, voltou-se para a produção em pequenas escala. Hoje o distrito conta com mais de 350 fábricas, que empregam mais de 7 mil pessoas”.

Os Centros de Serviços se constituem numa tendência?

*“Sem dúvida. Os Centros de Serviços partem do princípio da existência de uma concentração geográfica formada por empresas que apresentam **fortes inter-relações empresariais e institucionais (Arranjo Produtivo Local)**, capazes de proporcionar o desenvolvimento de toda uma região de forma competitiva e sustentável. Exatamente como ocorre em São Gonçalo, onde o território funciona como uma grande empresa e as unidades produtivas e de apoio, como unidades de negócio.”*

Quantos empregos o Pólo poderá gerar?

“Hoje, gera cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos, podendo chegar a mais de 10 mil à medida que os empresários se organizem e invistam, de preferência com a orientação do Sebrae”.

Como está a organização?

"Cada vez mais sólida. Este ano, o grupo levou seus produtos para uma das maiores bolsas de negócios da moda brasileira – o Fashion Business. Somente as empresas de São Gonçalo ganharam novos compradores no exterior, oriundos de países como França, Inglaterra e, inclusive, das Filipinas. Foram fechados vários negócios, com vendas superiores a R\$ 200 mil. Mais recentemente dois empresários do Pólo, em virtude dos contatos desse evento, foram participar de semelhante na cidade de Barcelona na Espanha."

Podemos perceber através da entrevista com a gestora do Pólo de Moda de São Gonçalo (representante do Sebrae-RJ) que os interesses e ações promovidas por este Aparelho Privado de Hegemonia apresenta objetivos bem claros e impressiona a capacidade de percepção, não só quanto a função do Aparelho, mas principalmente a capacidade estratégica e de avaliação sobre o espaço.

Quando afirma que o Pólo tem importância, pois além de um ponto de venda, com lojas de atacado a preço de fábrica *localizado a 10 minutos do centro de Niterói e a 20 minutos do Rio*, remete a interpretarmos a importância da posição geográfica de São Gonçalo, o que já foi enaltecido no período da "febre industrial" da década 1950 e nos parece estar sendo bem considerado na atualidade.

Em tempos de velocidade de informações e agilidades dos meios de transportes, uma área produtora próxima de dois grandes mercados consumidores, acaba por legitimar, pelo menos em parte, a justificativa de um investimento.

Outra fala que nos despertou atenção foi à relativa às *fortes inter-relações empresariais e institucionais* os chamados Arranjos Produtivos Locacionais (APL). Ora, os Arranjos Produtivos Locacionais sinalizam a confluência de interesses dos diferentes Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia na concretização de seus projetos. Ele chega a ser meta estratégica do poder público (Governos Estadual, Municipal e Federal) em parceria com empresas privadas. Estabelece inclusive, coordenações e superintendência, como veremos mais adiante.

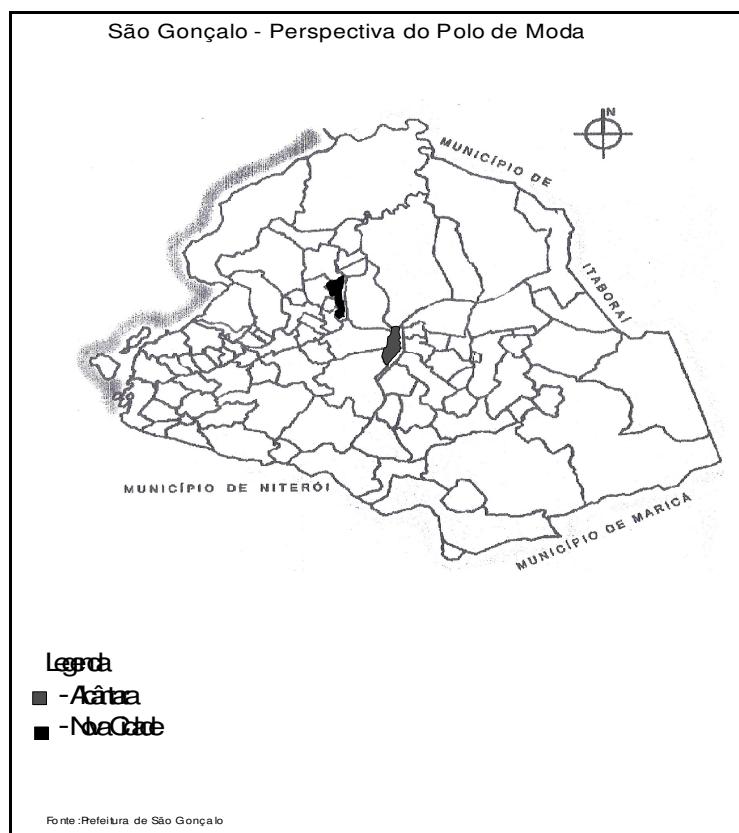
A outra afirmativa que mereceu atenção foi a seguinte – *o território funciona como uma grande empresa e as unidades produtivas e de apoio, como unidades de negócios*. Se considerarmos a lógica capitalista e seus arranjos produtivos tendo como base o espaço, a caracterização de que o território

funciona como uma grande empresa, sem dúvida reflete o pensamento de um representante de um grupo de poder hegemônico de produção espacial.

Especialmente quando observamos a atuação da entrevistada, ou seja, em pleno processo de ação na concretização do projeto a que se destina. A lógica espacial é substituída, pela expressão território, o que passa a ter um caráter de dimensão, quando a analogia em relação a *grande empresa*.

A Figura 9 localiza dois importantes centros de confecções e lojas de São Gonçalo, ou seja, os Bairros de Alcântara com o seu tradicional comércio, mas que apresenta mais de 30 lojas ligadas a este setor. Já o bairro de Nova Cidade, além de algumas lojas, fornece serviços específicos no campo da moda, inclusive com escritórios de planejamento para o setor. Como vimos, há uma tendência para a concentração de atividades ligadas ao Pólo de Moda neste bairro.

Figura 9



4.1.4 – Metrô – Linha 3

Junto com a recuperação dos principais trechos rodoviários para atender o Arco Rodoviário Metropolitano e o acesso ao COMPERJ (BR040, BR465, BR493, BR101N e BR116), incorpora-se mais um empreendimento da parceria público-privado no aspecto acessibilidade.

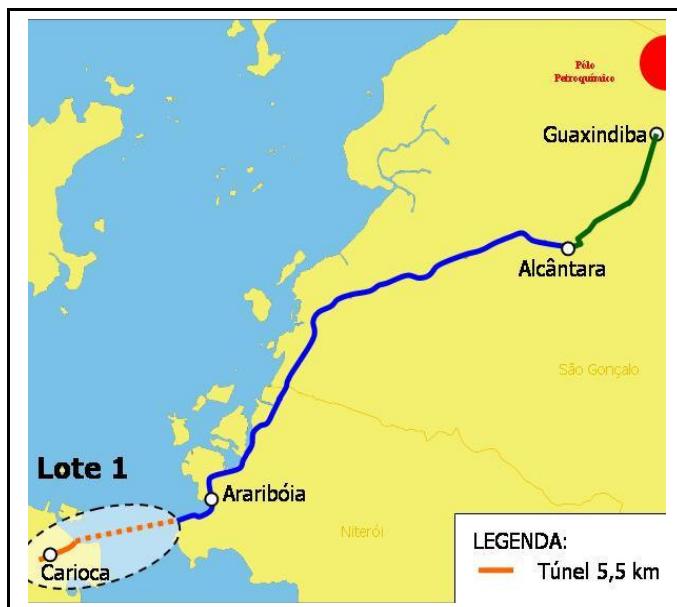
Em três de outubro de 2008, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) publicou, no Diário Oficial, autorização para a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) emitir a Licença Ambiental Prévia para a construção da Linha 3 do metrô, que vai ligar Niterói a São Gonçalo. Isso significa que todos os procedimentos adotados pela Secretaria de Transportes, tanto no estudo de engenharia, quanto nos levantamentos de impacto ambiental, como no resultado das duas audiências públicas, realizadas no mês de setembro, foram aceitos.

Faltam alguns trâmites legais para o começo das obras da Linha 3 do Metrô. Segundo informações à imprensa, (Globo on-line de 04/10/2008) a Secretaria de Transportes precisa conseguir a Licença de Instalação, que autoriza o início das obras. Para requerer esta licença, a Secretaria de Transportes tem que entregar o Plano Básico Ambiental da obra contendo o detalhamento do estudo de engenharia e os programas de monitoramento e controle ambiental recomendados na licença prévia. Esta licença também é emitida pela Feema e deve levar de 30 a 45 dias para ser expedida. A meta da secretaria é instalar o primeiro canteiro de obras até o final do ano de 2008.

O projeto original da Linha 3 do Metrô - ANEXO 8 estabelece uma divisão em dois lotes. O lote 1 - Figura 10 - fará a ligação entre a cidade do Rio de Janeiro (Estação Carioca) até Niterói (Estação Araribóia) sendo o seu trajeto sob a Baía da Guanabara, através de um túnel de aproximadamente 5,5 Km. Os túneis para a travessia da Baía são paralelos com diâmetro interno de 6 metros e externo de 7 metros.

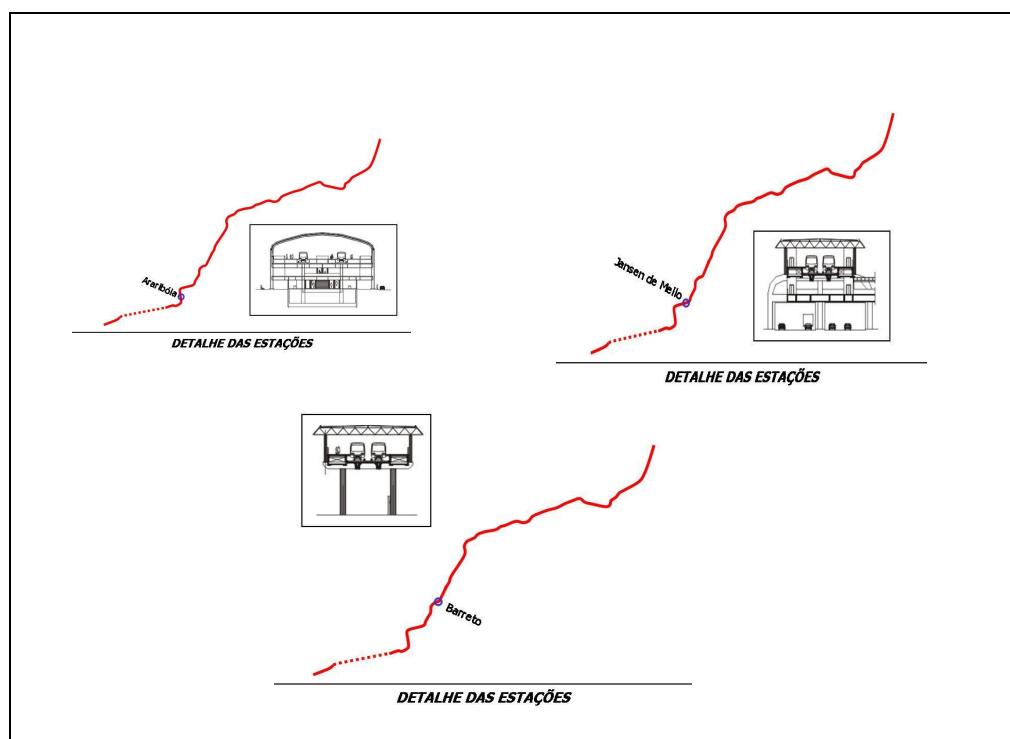
Neste lote as obras abrangerão a ampliação da estação da Carioca no Rio de Janeiro, bem como a construção de Poços de ventilação. Esta mesma figura permite que tenhamos uma visão geral da Linha 3 do Metrô, inclusive com o seu alcance nas proximidades do Complexo Petroquímico em Itaboraí. Niterói contará com 3 estações – Araribóia – Jansen de Melo – Barreto, vista na Figura 11.

Figura 10 – Lote 1 – Linha 3 do Metrô



Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

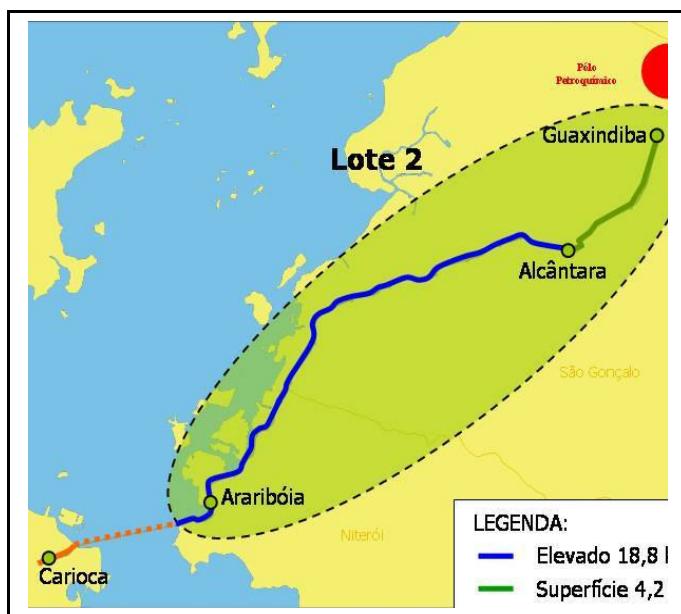
Figura 11 – Linha 3 do Metrô – Estações de Niterói



Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

O lote 2 – Figura 12 - fará a ligação entre a Estação Araribóia (Niterói) Guaxindiba (São Gonçalo) percorrendo aproximadamente 23 km de linhas, sendo 10 em São Gonçalo, onde 9 serão elevadas (Neves, Vila Lage, Paraíso, Parada 40, Zé Garoto, Mauá, Antonina, Trindade e Alcântara) , com aproximadamente 18,81 Km – Figura 13 e 2 de superfície (Jardim Catarina e Guaxindiba), com aproximadamente 4,2 Km – Figuras 14 e 15.

Figura 12 – Lote 2 – Linha 3 do Metrô



Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

Figura 13 – Lote 2 – Linha 3 do Metrô – Trecho Neves-Alcântara

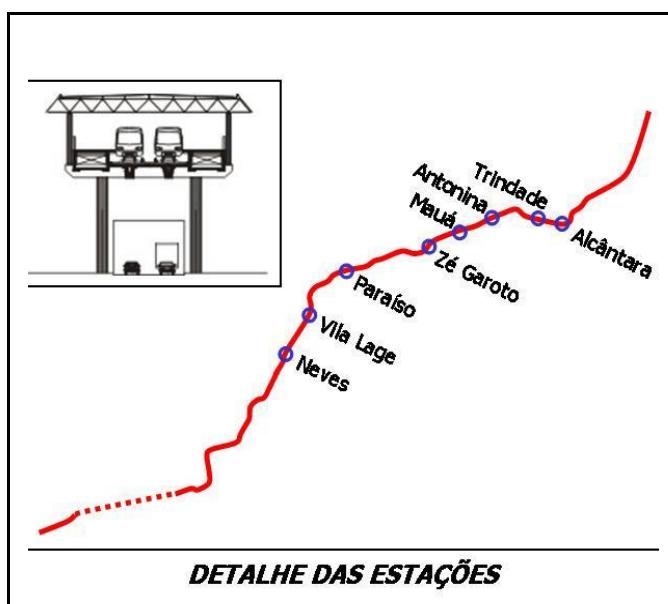


Figura 14 – Linha 3 do Metrô – Trecho Alcântara-Guaxindiba



Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

Figura 15 – Linha 3 do Metrô – Lote 2 – Estação de Guaxindiba-Retorno



Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística

O empreendimento, segundo o Governo do Estado será na ordem de R\$ 3 bilhões, uma estimativa que pode ser superada. A construção do

empreendimento ficará a cargo de dois Consórcios de Construtores, como o demonstrativo da Tabela 10.

Tabela 10 Linha 3 do Metrô – Empresas – Valor – Prazo de Execução

Lotes	Empresas Contratadas	Valor do Contrato (estimativa)	Prazo (anos)
Lote 1	<u>Consórcio Construtor Metrô Rio</u> Construtora Andrade Gutierrez S.A C.C. Camargo Correa S.A CBPO Engenharia Ltda. OAS Ltda	1.87 Bilhões	4,5
Lote 2	<u>Consórcio Construtor Fluminense</u> Queiroz Galvão S.A Carioca C. N. Engenharia Ltda	1,12 Bilhões	3,5
TOTAL		2,99 Bilhões	

Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – adaptada Autor

Dentre as varias expectativas sinalizadas pelo governo estadual, desponta a redução do tempo de viagem, especialmente se comparado com o transporte rodoviário e hidroviário oferecido atualmente.

Tabela 11 - Linha 3 do Metrô – Tempo de Viagem

Percorso	Atualmente (horário de pico)	Linha 3 implantada
Guaxindiba-Araribóia	1h25min.	20 min
Araribóia-Carioca	20 min	5 min.
Guaxindiba-Carioca	1h45min	25 min.

Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – adaptada Autor

Transformações espaciais a vista com impactos em diferentes segmentos além do sistema de transporte urbano, atingindo a infra-estrutura urbana, o setor imobiliário, a geração de emprego e renda, a revitalização de espaços públicos, a mobilização da sociedade civil com o incremento das atividades econômicas e etc.

Estas são algumas das perspectivas difundidas pelo Aparelho Público de Hegemonia - Estado, quando das transformações que tal empreendimento possa proporcionar. Isto fica bem evidente a partir do estudo desenvolvido pelo

Engenheiro Fernando Mac Dowell, Prof.Dr. feito para a Cia. Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, no qual reproduziremos nas próximas linhas. Em sua visão são os seguintes os benefícios proporcionados pelo empreendimento Linha 3 do Metrô.

Tabela12 - Benefícios do Empreendimento – Impacto Social da Implantação da Linha 3

Benefícios	(Milhões de R\$)
a) Benefícios sociais decorrentes de: -Redução nos tempos de deslocamento entre os 3 municípios -Redução dos congestionamentos no tráfego -Benefício Ambiental – redução da emissão de monóxido de carbono	7.502 692 300
Total	8.494(A)
b) Relação benefício/investimento público: -Investimento Público -Benefício Social Líquido	1.905 (B) 8.589 4,46
Resultado – (A) / (B)	
c) Custos e investimentos poupados pelo Governo: -Eliminação de déficit operacional -Investimentos privados na Linha 3 -Investimento rodoviário	561 1.242 414 1.803
Total	
d) Impostos gerados diretamente: -Imposto de renda e contribuição social -Outros Tributos	673 190 863
Total	
e) Impacto distributivo no grupo de baixa renda	51%
f) N° de famílias com renda inferior a 1SM beneficiadas pelo Projeto	112.000

Fonte: CIA Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – adaptada Autor

Ainda neste estudo, outros benefícios a serem gerados pelo projeto são mencionados pelo engenheiro, a saber:

- Integração entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, a toda rede Metroviária do Município do Rio de Janeiro através de um sistema de transporte eficiente, rápido e acessível;
- Implantação de um sistema de transporte não poluente, melhorando o conforto de, aproximadamente, 1.800.000 de pessoas que vivem nas regiões da área de influência do projeto.
- Geração de empregos:
1600 empregos diretos
6000 empregos indiretos

900 empregos na administração, operação e manutenção do empreendimento.

- Reurbanização ao longo da via com implantação e melhoria de serviços públicos essenciais.

Recuperação e ampliação da infra-estrutura urbana existente

Revitalização dos espaços públicos existentes

Valorização do espaço urbano pelas obras de infra-estrutura

Mobilização de setores da sociedade civil e do poder público municipal, no sentido de rever os instrumentos de planejamento e controle das cidades envolvidas.

- Redução no tempo de deslocamento no trajeto trabalho/casa.

Valorização da qualidade de vida

Incremento nas atividades econômicas nos municípios da área de influência do Projeto.

- Implementação de um novo dinamismo econômico nas cidades de São Gonçalo e Niterói.

Crescimento de oportunidades urbanísticas, em nível local e regional.

Incremento no mercado imobiliário como alternativa na Região Metropolitana para investimentos no mercado de habitação.

Re-arranjo territorial com base nos novos vetores de crescimento, a partir do Projeto Linha 3 do Metrô.

- Previsão de transporte de Passageiros para o primeiro ano de operação: 380 mil passageiros/dia.

Podemos perceber o delineamento de um projeto de dimensões e envolvimentos que tem perspectivas de múltiplos interesses. O otimismo por conta dessa realização contagia membros do governo, num ufanismo típico dos discursos políticos. As afirmativas do Secretário Estadual de Transportes traduzem bem essas expectativas.

"O governador Sérgio Cabral determinou todo o empenho para iniciarmos as obras o quanto antes. Se tudo correr dentro do previsto, em 2011 será possível ir de Niterói a São Gonçalo em apenas 20 minutos."

O secretário Julio Lopes acredita que a nova ligação facilitará a vida não só dos moradores de Niterói e São Gonçalo, mas também dos de Magé, Guapimirim e Itaboraí - municípios que, juntos, somam 1,8 milhão de habitantes.

Outro benefício destacado pelo secretário é a geração de empregos.

"Calculamos que a obra vai gerar 1,6 mil novos empregos diretos. De empregos indiretos, serão mais de 6 mil. Além disso, toda aquela área ao longo da linha do trem, que hoje está degradada, será reurbanizada, o que vai valorizar o preço dos imóveis e as atividades comerciais do entorno".

Este projeto está contando com a parceria do poder público com a iniciativa privada, uma marca estabelecida pela gestão estadual, especialmente se considerarmos as relações estabelecidas também em parceria com o poder federal.

4.1.5 – Estaleiros

Desde que assumiu a presidência da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou a intenção de incrementar a construção e reparos de navios no próprio país. O estado do Rio de Janeiro, que havia perdido sua condição bem considerável de atuação neste setor, vislumbrou a possibilidade de participar da revitalização do mesmo. Porém, com o pouco entendimento político entre o Governo Federal e o executivo estadual no período Rosinha Matheus Garotinho, esta possibilidade apesar de ocorrida, se deu de forma discreta.

Com a eleição do governador Sérgio Cabral Filho em 2006, a relação política entre as esferas federal e estadual, ganharam outro dinamismo. O que permitiu que o estado do Rio de Janeiro tivesse destaque no setor e voltasse a

receber investimentos da iniciativa privada no setor Naval, especialmente por ter contado também com incentivos fiscais de prefeituras como as de Niterói e São Gonçalo. Neste sentido, a ampliação de oportunidades de geração de emprego e renda, fruto dessas isenções fiscais, começa a se consolidar. Como podemos observar no Quadro 3, o número de estaleiros fluminenses predominam no cenário nacional, não só na quantidade, mas também na sua capacidade produtiva.

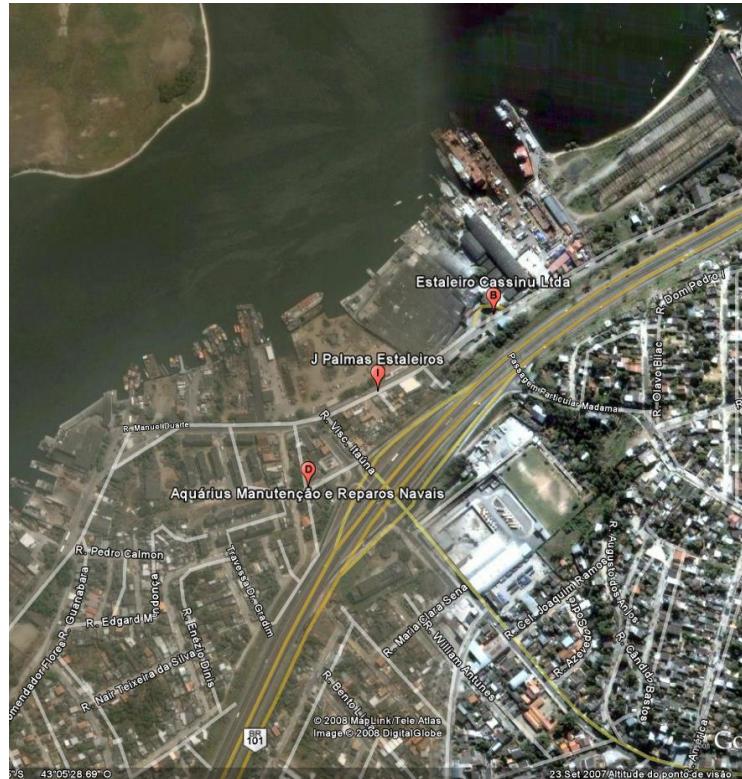
Quadro 3 - Quadro Geral da Capacidade Produtiva dos Estaleiros

Fonte: SINVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - 2007

Estaleiros	UF	Processamento de aço (mil t / ano)	Área (mil m2)	Diques	Carreiras	Caís
Aker Promar	RJ	15	120	1	1	1
Aliança	RJ	10	61	-	1	2
Atlântico Sul	PE	160	1.500	1	2	2
BrasFels	RJ	50	410	1	3	2
Cassinú	RJ	6	30	2	-	1
Detroit	SC	10	90	-	1	1
Eisa	RJ	52	150	-	2	3
Inace	CE	15	180	1	-	2
Itajaí	SC	12	177	1	1	1
Mac Laren	RJ	6	30	-	-	1
Mauá	RJ	36	334	1	1	4
Navship	SC	15	175	-	1	2
QUIP	RS	-	70	-	-	1
Renave-Enavi	RJ	40	200	4	-	1
Rio Maguari	PA	6	120	2	-	-
Rio Grande	RS	30	100	1	1	1
Rio Naval	RJ	60	400	2	-	4
Rio Nave	RJ	48	150	-	2	4
São Miguel	RJ	5	21	-	1	2
Setal	RJ	-	-	-	-	-
SRD	RJ	15	85	1	1	2
Superpesa	RJ	10	96	-	1	1
Transnave	RJ	6	15	-	1	1
TWB	SC	10	78	-	1	1
UTC	RJ	-	112	--	-	2
Wilson, Sons	SP	10	22	1	1	1

O Estaleiro Cassinú Ltda - Figura 16 é um dos exemplos de empresas que receberam redução do Imposto Sobre Serviço (ISS) de 5% para 2%, oferecido pela prefeitura de São Gonçalo, e passou a desenvolver suas atividades, inclusive preparando mão-de-obra em suas dependências. Sua capacidade produtiva dobrou a partir dos incentivos, tanto que desenvolve junto com o SENAI a capacitação de seus profissionais.

Figura 16 – Localização do Estaleiro Cassinú Ltda em São Gonçalo



Fonte: Google Earth – 27/09/2008

A EISA (Estaleiro Ilha Sociedade Anônima) empresa do Grupo Synergy, é outra empresa que ampliou suas atividades a partir dos incentivos e revitalização do setor Naval. Gerou 500 novos postos de trabalho absorvendo profissionais, tais como maçariqueiro, soldador, montador, esmerilhador, cortador de aço, dobrador, chefe de produção e responsáveis por controle de qualidade, entre outros.

Ocupando uma área de 46 mil metros quadrados no bairro do Gradim em São Gonçalo, arrendada junto à prefeitura, funciona uma unidade para fabricação de estruturas metálicas para atender ao segmento naval, offshore, indústrias em geral e ao novo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí.

Quando do arrendamento do terreno frente à prefeitura de São Gonçalo, a prefeita Aparecida Panisset, ressaltou na ocasião, a importância do empreendimento para o município.

“Eu havia desapropriado esta área para a construção de um porto, mas quando fui procurada pelo Grupo Synergy tive que voltar atrás. Eles me convenceram ao contar que o estaleiro iria gerar tantos empregos para a cidade”.

No final de 2007, recebeu encomenda de 5 navios porta-contêineres por

parte da armadora Log-In. Esta empresa também conta fechou contrato com a estatal Venezuelana da PDVSA para construir 10 navios.

O setor recebeu incremento em suas atividades graças aos contratos fechados com a Transpetro, subsidiária da Petrobras, para pelo menos, 16 novas embarcações até o fim de 2008. É a segunda fase do Programa de Renovação e Modernização da Frota. Na primeira fase das licitações, a subsidiária da Petrobras encomendou 26 navios (13 deles serão construídos no Rio de Janeiro), e vão gerar 22 mil empregos diretos.

O País tem hoje 36 mil trabalhadores empregados nos canteiros de obras dos estaleiros instalados, principalmente no estado (Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis). No ano 2009, as novas encomendas deverão elevar esse número para 40 mil — o mesmo registrado na década de 70, quando a indústria naval fluminense era a mais desenvolvida do país e a que mais empregava.

Neste segmento produtivo, temos mais um exemplo da atração de investimentos capitaneados por São Gonçalo. Será possível reviver o esplendor produtivo ocorrido pelo município no passado? Áreas revitalizadas, objetos pretéritos dando lugar a novos objetos, podem sinalizar transformações mais efetivas?

4.1.6 – Estado, Firjan e Sebrae

Ao mapearmos as ações de alguns agentes, nos deparamos com as estratégias desenvolvidas pelos Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia na consolidação de seus projetos. Com diretrizes bem objetivas e capacidade de coordenação, estes aparelhos contribuem e interferem sobremaneira nos projetos e consequentemente nas transformações espaciais.

Sabemos as dificuldades de análise para um número elevado de aparelhos, sendo assim destacamos Três – Estado (Governo Estadual) Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) e o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Especialmente em função de interferências mais explícitas em suas estratégias com destaque.

Não esquecemos da importância do Governo Federal, especialmente ao desenvolver o PAC, o PAR e o incentivo aos Estaleiros. Ao interpretarmos seus

projetos, devemos considerar o Estado como um agente de transformação, no sentido de manter seu papel na complexidade da sociedade e, acima de tudo, o seu direcionamento aos compromissos estabelecidos frente à incorporação dos demais aparelhos hegemônicos que irão contribuir na consolidação da própria sociedade civil.

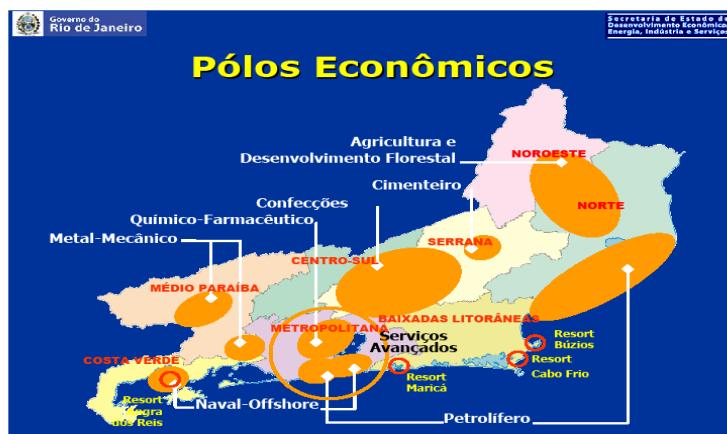
Consideramos que esta passagem transcrita acima se constitui em um elemento conceitual chave no desenvolvimento da pesquisa, pois ao identificarmos o sentido amplo do Estado desmistifica-se a idéia apenas do governo/força, amplia-se assim, a necessidade de se questionar sua função e inserção social. Inseri-lo na totalidade social requererá destacar o seu posicionamento ideológico e seus interesses.

A) Estado – Pólos Econômicos, Investimentos e Arranjos Produtivos Locais.

Para o estado do Rio de Janeiro, o governo estadual através do seu Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, sr. Julio César Carmo Bueno, desenvolveu um estudo sobre as potencialidades já a serem incrementadas no mesmo. Este estudo foi apresentado no XIX Fórum Nacional (PAC e Projeto) de 14 a 17 de maio de 2007.

A figura 17 mostra as áreas consideradas pelo governo do estado como pólos econômicos a serem desenvolvidos, ou mesmo com o seu desenvolvimento ocorrendo.

Figura 17 – Pólos Econômicos

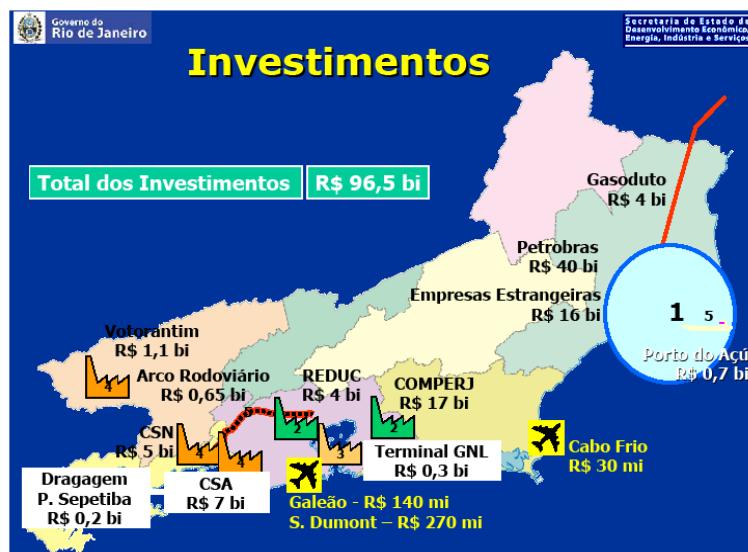


Fonte:

Secretaria de Desenvolvimento, Energia e Serviços do ERJ

O montante de investimentos necessários para os pólos econômicos, são mencionados na figura 18, onde podemos destacar os investimentos do governo do estado relativos ao Arco Metropolitano e o COMPERJ.

Figura 18 – Investimentos do estado do Rio de Janeiro pra diferentes projetos

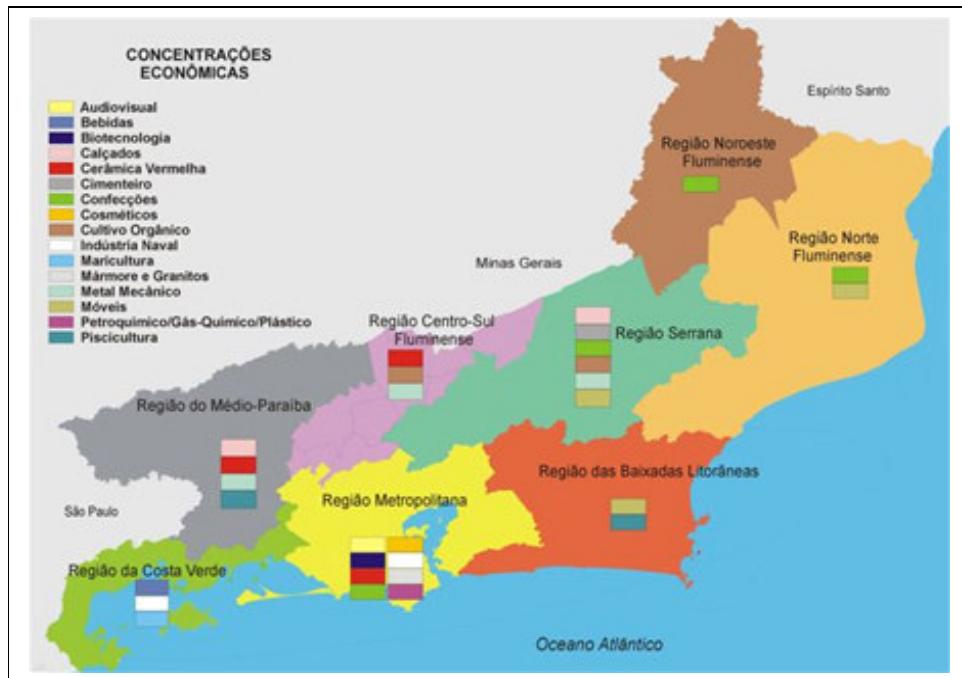


Fonte: Séc. de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços do ERJ

Porém o que chama mais atenção para os projetos do governo do estado é o cumprimento do seu papel, considerando a capacidade de intervenção e gerenciamento. Isto fica bem claro quando o mesmo direciona os investimentos em função da capacidade de concentração das empresas pelo espaço. A

Secretaria de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços do estado do Rio de Janeiro, considera que as *Concentrações Econômicas* são formadas por grupos de empresas localizadas num determinado território, com a mesma atividade produtiva, atuando de forma concorrente ou complementar como podemos ver na figura 19.

Figura 19 – Concentrações Econômicas



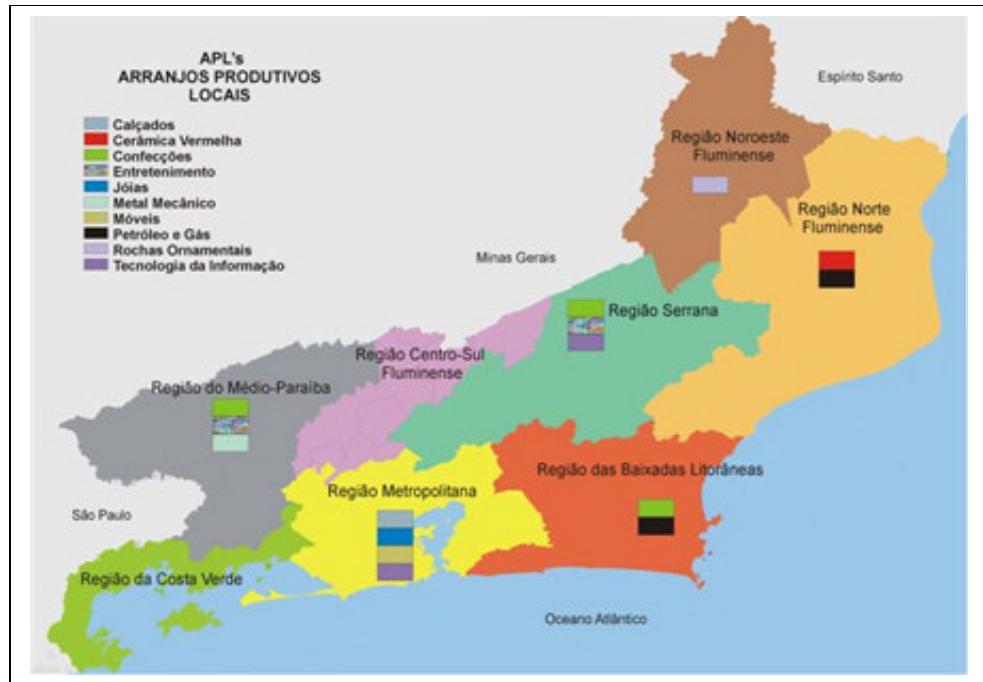
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento, Energia, Indústria e Serviços do ERJ

Porém ressalta que a interação entre elas cria vínculos associativos ou de cooperação, que formam as bases para o surgimento dos Arranjos Produtivos Locais, assim denominados a partir do estabelecimento de governanças.

Essa governança constitui-se num instrumento gerencial que se caracteriza pelo envolvimento e a união das empresas participantes de um determinado APL resolvendo demandas, estabelecendo normas de inovação e agregando valores. A composição promovida por importantes parceiros dos setores governamentais e privada constitui-se em uma governança. A figura 18 exemplifica a partir das regiões de governo o estabelecimento dos APL's.

Nota-se um elevado número de APL's na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, denotando a importância quanto a situação demográfica e a influência da capital do estado.

Figura 20 – Arranjos Produtivos Locais (APL's)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento, Energia e Serviços do ERJ

Ao APL's consistem em um agrupamento de empresas de um determinado território, que apresente especialização produtiva. Para que um Arranjo Produtivo Local obtenha bons resultados, ou seja, produza mais e melhor, gerando trabalho e renda para a população, é preciso que haja articulação e cooperação com outros parceiros, como governo, associações, instituições, por meio desse instrumento gerencial.

Como atributo fundamental para a constituição de um APL será necessário ter: a concentração de empresas; a cadeia produtiva adensada; capacidade de oferta de serviços; conexão com mercados nacionais e internacionais; a disponibilidade de mão de obra especializada; capacidade empreendedora e associativa; difusão de informação e conhecimento; confiança no ambiente de negócio. Estes critérios são estabelecidos pela secretaria de estado.

Os objetivos a serem alcançados através das APL's, também são determinados e passam pela atração de capital, o aumento do dinamismo empresarial, a redução de custos e riscos, a promoção da inovação tecnológica e a melhoria da capacitação profissional.

Os benefícios que as empresas poderão ter ao incorporarem esse sistema vão desde a promoção de compras conjuntas de matéria-prima, a formação de consórcio para exportação, negociação para implantação de linhas de financiamento mais atrativas até a realização de programas cooperados de

capacitação e qualificação de mão-de-obra. As empresas também compartilham inovações tecnológicas e investem em novos equipamentos.

Existe inclusive uma Superintendência para os Arranjos Produtivos Locais, que é justamente gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado, e que já definiu uma Câmara de gestão para os APL's, composta pelos seguintes órgãos, instituições e entidades.

Tabela 13 - Órgãos, Instituições e Entidades que compõem a Câmara dos APL's.

SIGLAS	MEMBROS
SEDEIS (Coordenação)	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CODEPIN	Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual
CODIN	Companhia de Desenvolvimento Industrial
FECOMERCIO	Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
INVESTERIO	Agencia de Fomento do Estado do Rio de Janeiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REDESIST	Rede de Sistemas de Produtivos e Inovativos Local
REDETEC	Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro
SEBRAE-RJ	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro
SECTI	Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação
SETE –	Secretaria de Turismo, Esporte e Laser
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Destacamos na tabela duas instituições como a Firjan e o Sebrae, pois consideramos importantes no desenvolvimento da pesquisa. Estas serão analisadas mais a frente.

A lógica desse Aparelho Público de Hegemonia estabelece que a ocorrência de um Arranjo Produtivo desde haja concentração de produção econômica num mesmo território. Podemos citar como exemplo o APL de Moda Íntima de Nova Friburgo, onde no fim da década de 60, uma grande indústria de tecelagem, instalada no município desde o início do século XX, foi comprada por uma empresa multinacional que passou a confeccionar lingerie.

Com a crise econômica do fim da década de 70, a drástica redução de postos de trabalho levou as costureiras demitidas, desta empresa, a iniciarem a

produção de lingerie em suas próprias casas. Esta foi à origem de novos micro e pequenos empreendimentos, que passaram a responder pela dinâmica de crescimento da indústria de moda íntima da região, conseguindo atrair a atenção de instituições governamentais e empresariais. Hoje são cerca de 900 empresas formais e 20 entidades que trabalham juntas formando um APL de moda íntima de Nova Friburgo e região.

Tabela 14 – APL's em Desenvolvimento

Pesca	Niterói
Aves e Ovos	São José do Vale do Rio Preto
Pecuária	Cachoeiras de Macacu, Itaperuna, Paraíba do Sul, Valença, Silva Jardim, Três Rios
Hortaliças	Petrópolis, Teresópolis
Floricultura	Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo
Extração de pedras e argila e fabricação de artefatos de concreto.	Santo Antônio de Pádua, Itaguaí, Seropédica, Itaboraí, São Gonçalo , Rio Bonito, Magé, Três Rios, Paraíba do Sul e Campos dos Goytacazes
Extração Mineral	Santo Antônio de Pádua e Miracema
Extração de Sal	Cabo Frio
Papel, Editorial e Gráfica	Rio de Janeiro, Duque de Caxias e São João de Meriti
Móveis	Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes
Moda e Confecção	Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo , Petrópolis, Valença, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Mendes, Campos, Itaperuna, Cabo Frio, Duque de Caxias, Belford Roxo, Rio Claro e Nova Friburgo
Cosméticos	Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Friburgo
Jóias	Rio de Janeiro
Entretenimento	Nova Friburgo
Cerâmica Vermelha	Itaboraí, Três Rios, Barra do Piraí, Volta Redonda, Campos

Fonte:Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

A tabela 14 mostra as APL's em desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro, com destaque para o município de São Gonçalo que figura em dois Arranjos, o de Moda e Confecção estudado por nós e o relativo à Extração de Pedras, argila e fabricação de artefatos de concreto.

Cabe destacarmos também as possibilidades de um Arranjo Produtivo envolvendo a indústria metal-mecânica, em particular a indústria naval, a partir das oportunidades geradas pela Petrobrás e pela Vale do Rio Doce, na construção de navios para as suas frotas e a construção de plataformas de produção de

petróleo. Estimulando a produção em diferentes municípios, inclusive em São Gonçalo.

B) Firjan

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro a nosso ver se constitui num dos principais Aparelhos Privados de Hegemonia, muito em função do seu poder de organização e especialmente de interferência no campo político e econômico, fato que apesar de considerarmos que não são dissociados.

A capacidade dessa instituição é tão forte, que sua mobilização, para influenciar diferentes setores políticos e econômicos, é capaz de movimentar, empresários, técnicos de diferentes instituições, na formulação de um Mapa de Desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro - Anexo 9. Este mapa segundo a Firjan, está dividido em 4 perspectivas, contemplando 13 temas centrais, compostos por 31 objetivos estratégicos, cujas realizações serão possíveis pela implementação das 119 ações propostas.

Estas ações são:

- Bases do Desenvolvimento - Liderança Empresarial e Política, Gestão Pública Eficiente, Ambiente Institucional e Regulatório, Educação e Saúde, Segurança e Combate à Criminalidade, Infra-estrutura e Logística, e Financiamento são os temas que sustentam o mapa congregando 17 objetivos, em sua maioria com o protagonismo do governo;
-
- Focos de Atuação - Competitividade Empresarial, Interiorização e Arranjos Produtivos Locais, Exportação de Produtos e Serviços, e Segmentos Âncora são os temas que sustentam e direcionam as empresas ao mercado congregando 9 objetivos, em sua maioria com o protagonismo das empresas;
-
- Posicionamento em 2015 - ter Produtos e Serviços de Alto Valor Agregado e Qualidade Reconhecida. O tema contempla 3 objetivos: Estado-Destaque na Exportação de Produtos e Serviços, Referência Internacional de Turismo e Referência Nacional em Produção de Conhecimento. São

- resultantes dos temas centrais da base de desenvolvimento e dos focos de atuação, que destacam como o Rio de Janeiro deverá ser reconhecido por outros agentes (nacionais e internacionais);
- - Resultados - Elevar a Qualidade de Vida e o Crescimento Econômico são os dois resultados esperados para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Para efetivar seus objetivos, a Firjan esclarece que tal mapa é dinâmico e estará sempre em movimento. Isto significa que são utilizados dados e indicadores de pesquisas oficiais, porém, muitos desses indicadores cobrem um período de tempo elevado, há necessidade de atualização permanente.

Ao acessar o mapa, uma pessoa tem um panorama bem ampliado das possibilidades estratégicas de um estado e principalmente de um município.

Essa preocupação ocorre em função de alimentar e subsidiar as empresas com análises de oportunidades, que requer estratégias e indicadores confiáveis, especialmente mais atualizados. Contribuem assim, para tomada de decisões em relação aos municípios em suas necessidades de investimento.

Ressaltamos que para sanar as dificuldades com os indicadores, e ter capacidade de argumentação e influência nos diferentes segmentos da sociedade, esse Aparelho Privado de Hegemonia criou seu próprio índice, ou seja, o Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios (IFDM), Anexo 10. Essa criação veio para atender a uma das ações do Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Considerada uma ferramenta de gestão pública e empresarial o índice foi desenvolvido pelo corpo técnico do Sistema Firjan, com consulta e com a participação de mais de mil pessoas entre empresários, técnicos e especialistas e acadêmicos de diversas áreas. Foram mapeados indicadores para todos os 5.564 municípios brasileiros, que retratam as três principais áreas desenvolvimento humano: *emprego e renda, educação e saúde*.

O IFDM supre a inexistência de um parâmetro para medir o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios e distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. O mais bem-sucedido entre os demais indicadores, o IDH-M, criado pela Organização das Nações Unidas, por exemplo, baseia-se em dados do censo demográfico, realizado apenas a cada dez anos.

As fontes de dados do IFDM são oficiais e sua metodologia permite a comparação quantitativa serial e temporal dos municípios analisados, possibilitando inclusive a agregação por estados. A comparação entre municípios ao longo do tempo mostra, com precisão, se uma melhor posição no ranking se deveu a fatores exclusivos de um determinado município ou à piora dos demais. A comparação absoluta de cada município permite medir se a efetividade das políticas públicas resulta em melhores condições sócio-econômicas da população.

Os dados oficiais mais recentes que estão disponíveis, específicos para os municípios e utilizados para medir as três áreas (emprego e renda, educação e saúde) que compõem o índice, são de 2005. Em cada uma dessas áreas, os municípios, capitais e estados do país podem ser comparados entre si no grupo a que pertencem, isolada e evolutivamente. Para efeito de comparação, o IFDM também foi calculado para 2000, o que permite uma análise ao longo do tempo.

O IFDM varia numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor) para classificar o desenvolvimento humano do país, dos estados e dos municípios. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento municipal. A média brasileira do IFDM, em 2005, foi de 0,7129, superior ao resultado de 0,5954 em 2000. Na primeira metade dessa década houve melhora efetiva do perfil de desenvolvimento dos municípios brasileiros, constatada em 87,9% deles. O IFDM de 29% de todos os municípios brasileiros, em 2005, variou entre 0,6 e 0,7 contra apenas 22,5% que apresentaram essa faixa de classificação em 2000. No ranking municipal, em 2005, a melhor colocação foi de Indaiatuba (SP), com 0,9368 e a pontuação mínima foi de Santa Brígida (BA), com 0,2933.

Ao observarmos a tabela 15, o IFDM para o estado do Rio de Janeiro, apresenta a colocação entre os 92 municípios comparada com os demais municípios brasileiros, nesta grifamos a posição de São Gonçalo, ou seja, 27º no Estado e 778º no Brasil.

Tabela 15

**IFDM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
RANKING IFDM 2005 – ANO1 - 2008**

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2005		RIO DE JANEIRO		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
		RJ					
RIO DE JANEIRO		0,7793		0,8058	0,7257	0,8063	
Mediana		0,6888		0,5155	0,7488	0,8142	
Máximo		0,8729		0,9254	0,8795	0,9549	
Mínimo		0,5721		0,1778	0,5240	0,6730	
Ranking IFDM		UF	Ranking IFDM RIO DE JANEIRO - Ano 2005		IFDM	Emprego & Renda	Saúde
Nacional	Estadual						
34º	1º	RJ	Macaé		0,8729	0,9254	0,8083
97º	2º	RJ	Niterói		0,8394	0,8237	0,7984
138º	3º	RJ	Resende		0,8237	0,8089	0,7740
157º	4º	RJ	Rio de Janeiro		0,8174	0,8234	0,7984
188º	5º	RJ	Porto Real		0,8095	0,7490	0,7626
221º	6º	RJ	Rio das Ostras		0,8002	0,7440	0,8112
225º	7º	RJ	Volta Redonda		0,7995	0,7347	0,7953
230º	8º	RJ	Piraí		0,7985	0,6659	0,7901
311º	9º	RJ	Nova Friburgo		0,7824	0,7100	0,8082
370º	10º	RJ	Com. Levy Gasparian		0,7719	0,8034	0,7725
396º	11º	RJ	Barra Mansa		0,7673	0,6906	0,6996
400º	12º	RJ	Petrópolis		0,7668	0,7137	0,7213
417º	13º	RJ	Itaperuna		0,7643	0,6338	0,8382
427º	14º	RJ	Angra dos Reis		0,7627	0,7676	0,6525
429º	15º	RJ	Italva		0,7626	0,4743	0,8795
439º	16º	RJ	Itaguaí		0,7611	0,8594	0,6477
445º	17º	RJ	Campos dos Goytacazes		0,7600	0,7571	0,7044
561º	18º	RJ	Teresópolis		0,7450	0,7164	0,7136
589º	19º	RJ	Arraial do Cabo		0,7415	0,6384	0,7936

643º	20º	RJ	Rio Bonito	0,7372	0,7603	0,6992	0,7520
649º	21º	RJ	Mangaratiba	0,7362	0,6235	0,7856	0,7993
668º	22º	RJ	Duque de Caxias	0,7337	0,8705	0,5832	0,7473
745º	23º	RJ	Armação dos Búzios	0,7264	0,6499	0,7290	0,8003
750º	24º	RJ	São Fidélis	0,7259	0,5155	0,7548	0,9073
753º	25º	RJ	Cabo Frio	0,7257	0,6476	0,7152	0,8143
786º	26º	RJ	Miguel Pereira	0,7227	0,5830	0,8177	0,7675
788º	27º	RJ	São Gonçalo	0,7226	0,6580	0,6629	0,8468
794º	28º	RJ	São Pedro da Aldeia	0,7219	0,6182	0,7491	0,7983
884º	29º	RJ	Cantagalo	0,7146	0,5873	0,7046	0,8519
908º	30º	RJ	Itatiaia	0,7132	0,4797	0,7763	0,8837
944º	31º	RJ	São João da Barra	0,7107	0,5206	0,7598	0,8518
991º	32º	RJ	Barra do Piraí	0,7069	0,5307	0,7641	0,8259
1041º	33º	RJ	Carapebus	0,7041	0,5566	0,7218	0,8340
1070º	34º	RJ	Itaocara	0,7022	0,5161	0,8040	0,7866
1100º	35º	RJ	Nova Iguaçu	0,7006	0,7420	0,6311	0,7287
1137º	36º	RJ	Bom Jesus Itabapoana	0,6980	0,4314	0,8388	0,8240
1140º	37º	RJ	STº Antônio de Pádua	0,6977	0,4718	0,8421	0,7793
1155º	38º	RJ	Miracema	0,6971	0,4498	0,8260	0,8156
1216º	39º	RJ	Araruama	0,6932	0,6035	0,7105	0,7658
1219º	40º	RJ	Porciúncula	0,6931	0,3170	0,8073	0,9549
1226º	41º	RJ	Saquarema	0,6927	0,5776	0,6761	0,8244
1248º	42º	RJ	Iguaba Grande	0,6916	0,5198	0,7651	0,7899
1255º	43º	RJ	Cordeiro	0,6911	0,4614	0,7547	0,8573
1282º	44º	RJ	Laje do Muriaé	0,6899	0,3619	0,8356	0,8721
1290º	45º	RJ	Quissamã	0,6895	0,4356	0,7503	0,8826
1295º	46º	RJ	Cardoso Moreira	0,6894	0,4349	0,7621	0,8710
1308º	47º	RJ	Vassouras	0,6882	0,5137	0,7360	0,8149
1309º	48º	RJ	Natividade	0,6882	0,3365	0,8792	0,8489
1317º	49º	RJ	Casimiro de Abreu	0,6877	0,4844	0,7663	0,8123
1347º	50º	RJ	Paraíba do Sul	0,6853	0,4662	0,7524	0,8374
1392º	51º	RJ	Nilópolis	0,6820	0,6282	0,6353	0,7824
1394º	52º	RJ	S. José Vale Rio Preto	0,6819	0,5353	0,6469	0,8636
1417º	53º	RJ	Rio Claro	0,6807	0,4584	0,7368	0,8469
1442º	54º	RJ	Aperibé	0,6787	0,3289	0,8348	0,8723
1458º	55º	RJ	Mendes	0,6773	0,4301	0,8330	0,7689
1467º	56º	RJ	Itaboraí	0,6767	0,6471	0,6301	0,7530
1505º	57º	RJ	Duas Barras	0,6739	0,4760	0,6950	0,8507
1557º	58º	RJ	S. Fco. de Itabapoana	0,6707	0,5600	0,6768	0,7753
1602º	59º	RJ	Valença	0,6678	0,4029	0,7989	0,8017
1634º	60º	RJ	Maricá	0,6662	0,4901	0,7522	0,7562
1772º	61º	RJ	Mesquita	0,6566	0,5956	0,6063	0,7679
1783º	62º	RJ	Rio das Flores	0,6559	0,3909	0,7914	0,7855
1788º	63º	RJ	Sumidouro	0,6554	0,4150	0,7011	0,8500
1799º	64º	RJ	Seropédica	0,6548	0,5238	0,6527	0,7878
1844º	65º	RJ	Quatis	0,6521	0,3834	0,7023	0,8706
1873º	66º	RJ	Sta.Maria Madalena	0,6503	0,4168	0,7626	0,7714

1880º	67º	RJ	Eng. Paulo de Frontin	0,6500	0,3182	0,7969	0,8349
1884º	68º	RJ	Varre-Sai	0,6497	0,3737	0,7152	0,8602
1918º	69º	RJ	Areal	0,6477	0,4520	0,6862	0,8050
1946º	70º	RJ	São José de Ubá	0,6457	0,3330	0,7518	0,8522
1984º	71º	RJ	São Sebastião do Alto	0,6439	0,4008	0,7963	0,7346
2007º	72º	RJ	Macuco	0,6422	0,3701	0,7602	0,7964
2060º	73º	RJ	Magé	0,6393	0,5722	0,5825	0,7632
2182º	74º	RJ	Pinheiral	0,6321	0,3264	0,6720	0,8980
2192º	75º	RJ	São João de Meriti	0,6313	0,5503	0,6237	0,7198
2232º	76º	RJ	Cambuci	0,6296	0,2682	0,8065	0,8140
2257º	77º	RJ	Parati	0,6281	0,4065	0,6929	0,7849
2292º	78º	RJ	Bom Jardim	0,6268	0,3690	0,6769	0,8346
2320º	79º	RJ	Queimados	0,6251	0,5722	0,5999	0,7032
2321º	80º	RJ	Paracambi	0,6250	0,3044	0,7246	0,8461
2365º	81º	RJ	Sapucaia	0,6226	0,4428	0,7134	0,7117
2375º	82º	RJ	Conceição de Macabu	0,6219	0,3857	0,7013	0,7788
2427º	83º	RJ	Cachoeiras de Macacu	0,6188	0,3716	0,6972	0,7876
2434º	84º	RJ	Três Rios	0,6186	0,4072	0,7484	0,7003
2534º	85º	RJ	Paty do Alferes	0,6132	0,4253	0,6730	0,7414
2577º	86º	RJ	Carmo	0,6097	0,3413	0,8149	0,6730
2620º	87º	RJ	Japeri	0,6070	0,5155	0,5597	0,7458
2653º	88º	RJ	Belford Roxo	0,6045	0,5412	0,5793	0,6931
2747º	89º	RJ	Silva Jardim	0,5984	0,4079	0,6719	0,7154
2993º	90º	RJ	Guapimirim	0,5801	0,3623	0,6221	0,7559
3061º	91º	RJ	Tanguá	0,5756	0,4875	0,5240	0,7153
3112º	92º	RJ	Trajano de Moraes	0,5721	0,1778	0,7699	0,7686

Fonte: FIRJAN

Com o índice em mãos é possível estabelecer outras estratégias na consolidação de interesses. Essas estratégias alcancam vôos mais amplos, como por exemplo, influenciar politicamente o executivo e o legislativo estadual, ou mesmo municipal quando da efetivação de políticas públicas e destinação de verbas para os diferentes projetos a cada legislatura ou mandato executivo.

Influenciar na votação de leis, municipais ou estaduais denota o poder de convencimento a partir das articulações políticas, subsidiadas por informações atualizadas que o índice e o mapa podem proporcionar. Como vimos à abrangência do mapa torna-se instrumento precioso.

O espectro de objetivos estratégicos e ações propostas contemplam o fortalecimento do posicionamento político do Estado do Rio de Janeiro, pois a Firjan defende o fortalecimento da união em torno de projetos que beneficiem uma maior parcela da população do Estado. O trecho abaixo extraído dos objetivos do mapa considera essa análise.

"O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro servirá como um instrumento de conscientização da classe política - e muito especialmente da nossa bancada representante nas esferas estadual e federal - sobre as necessidades prementes para o desenvolvimento socioeconômico de todas as regiões, estimulando a apresentação de proposições legislativas que as tornem viáveis. Do mesmo modo, são previstas ações que favoreçam o melhor entrosamento dos nossos representantes entre si e com a sociedade organizada, a fim de que seus pleitos se tornem ainda mais legítimos e fortalecidos."

Grifo nosso.

A articulação política se faz presente nestes objetivos, a integração mencionada com a expressão “entrosamente” ratifica tal posição, ou seja, a consolidação da hegemonia, baseada na convergência de interesses, no uso de cooptação, no envolvimento dos sujeitos, independendo de sua posição.

A Região Metropolitana não está esquecida neste mapeamento, especialmente no que tange a possibilidade de articulação entre projetos integrados para esta região.

Gestão compartilhada nos parece ser a chave dos objetivos desta instituição para Região Metropolitana, pois, ao pensar na implementação de políticas que se constituam em um instrumento efetivo na gestão regional, passa pela compreensão dos gestores municipais que suas ações devam ser integradas, inclusive para a captação de recursos em especial, quando se trata de suas incorporações aos Grandes Projetos desenvolvidos pelo Governo Federal.

A Firjan fez uso de instituições ligadas à instância acadêmica, tais como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, dentre outros. A busca de uma agenda mínima para a Região Metropolitana é defendida, como também a parceria com estas instituições é considerada, pois, segundo a Firjan, estas são as únicas que promovem iniciativas no sentido de congregar estudos sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro – e suas conclusões e deliberações serão essenciais à formulação dessa agenda.

Retomar a construção participativa de uma agenda inteiramente voltada para o desenvolvimento da região metropolitana, levando em consideração todas as suas características e especificidades, se configura, portanto, numa ação essencial do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Além de municiar Estado e municípios com informações técnicas precisas, o papel da

Agenda Metropolitana deve ser, sobretudo, o de identificar possíveis caminhos para a construção de soluções viáveis, voltadas às diversas necessidades comuns que marcam a região, tal como existe em outras regiões metropolitanas do País.

Trata-se de um processo de caráter contínuo, que buscará estabelecer mecanismos de planejamento permanentes e flexíveis, ajustando-se periodicamente às mudanças estruturais ou conjunturais.

Apesar da grande integração do ponto de vista demográfico, essa região se ressente de sérias carências provocadas pela inexistência de projetos articulados e duradouros, capazes de atender à grande demanda reprimida, notadamente na oferta de serviços essenciais. Embora mantenha uma posição de destaque na economia nacional, a região metropolitana vem sendo forçada a conviver, ano após ano, com um *déficit* crescente em áreas como Educação, Saúde, Habitação, Segurança e Transportes, dentre várias outras.

É importante estar claro que a região metropolitana é um território portador de estruturas, conexões e dinâmicas próprias. Seus diversos problemas não obedecem necessariamente à lógica das fronteiras jurisdicionais dos municípios. Dessa forma, políticas claras de gestão compartilhada, voltadas para o desenvolvimento da região como um todo, devem ser priorizadas sobre políticas municipais autônomas, ainda que se tome por base a interação entre as proposições originárias de diferentes setores do Estado e dos municípios metropolitanos.

A defesa desses objetivos, feitas pela Firjan, parece estar bem consolidada, e em função desses argumentos e dos instrumentos de estudos sobre os municípios do Rio de Janeiro, fica bem claro, a sua capacidade de ingerência, seja, frente ao poder executivo, como ao legislativo, no caminho que pretende alcançar, marcando sua presença na tomada de decisões, que sem dúvida alguma podem provocar impactos sobre o espaço.

As articulações entre os Aparelhos de Públcos e Privados de Hegemonia são estabelecidas a todo o momento. Como podemos observar na relação entre a Firjan e a Prefeitura de São Gonçalo quando da assinatura de um acordo em 17/07/2008 pela desocupação do prédio do Sesi-RJ, onde, atualmente funciona o Posto de Atendimento Médico (PAM), do centro da cidade de São Gonçalo.

A desapropriação do imóvel foi motivada pela necessidade da Firjan de ampliar o espaço para o processo de qualificação profissional, em função do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). O fato pode causar estranheza, pois desativar um posto de atendimento médico é algo bem

impactante. A contra partida foi exclamada pelo Secretário de Saúde – Márcio Panisset – irmão da atual prefeita de São Gonçalo.

"a desativação do PAM-Sesi não afetará negativamente o município. São Gonçalo receberá 18 novos postos espalhados por toda cidade. Isso é uma vitória. As ações na saúde são imediatas e a população pode ficar despreocupada".

Para o vice-presidente da Firjan Niterói, Lucenil de Carvalho, a ampliação da mão-de-obra especializada tem um resultado imediato. "Melhorando as necessidades básicas, a população só tem a ganhar. Ganha ao se qualificar e, consequentemente, em geração de emprego e renda", afirmou.

Mais uma vez nota-se o poder dessa instituição, que age de acordo com seus interesses, inclusive destinando novas funções a prédios de utilidade pública. O esforço que fizemos para encontrar as obras de novos postos de saúde foi em vão.

C) Sebrae

Outro Aparelho Privado de Hegemonia que se articula e promove seus projetos de interesse sobre a sociedade é o Sebrae. Este apresenta em sua estrutura uma organização que pretende atender aos interesses das pequenas e médias empresas, municiando-as de capacidade administrativa, identificação de estratégias para o estabelecimento de negócios, além do estímulo ao empreendedorismo³⁹.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos e de utilidade pública, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A instituição foi criada em 1972, como resultado de iniciativas pioneiras que tinham como foco estimular o empreendedorismo no país.

Os micros e pequenos negócios são essenciais para o desenvolvimento do Brasil, e é necessário que atuem em um ambiente institucional que estimule a

³⁹ Empreender vem do latim imprendere. Existem inúmeros conceitos de empreendedorismo, um deles de autoria do consultor José Carlos Teixeira, publicado na Revista do Banco do Nordeste-Notícias, de 19/05/2000: "Empreendedorismo é ousar, transformar, descobrir novas vidas em cima de produtos que já existem. É sonhar para frente, dar função e vida a produtos antigos. Enfim, empreendedorismo é provocar o futuro, reunir experiências e ousadias, ir além do tradicional".

criação de empresas formais, competitivas e sustentáveis. O Sebrae atua fortemente na busca desse ambiente, pois acredita que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela geração de emprego e renda por meio do empreendedorismo.

No Brasil, de acordo com o IBGE, existem 14,8 milhões de micro e pequenas empresas – 4,5 milhões formais e 10,3 milhões informais – que respondem por 28,7 milhões de empregos e por 99,23% dos negócios do país. A defesa dos micro e pequenos empresários é feita de forma ufanista quando em seu site (www.sebrae.org.br) faz a seguinte afirmativa. “O trabalho do Sebrae nesse segmento pretende transformar a vida das pessoas e auxilia o desenvolvimento sustentável de diversas comunidades, de forma comprometida com a construção de um país melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada”.

As áreas de atuação são bem diversas, ou seja, na indústria sua preocupação maior é deter o índice elevado de mortalidade de pequenas indústrias no país. Reconhece a importância da geração de aproximadamente 3,7 milhões de empregos em todo país, assim, desenvolve cerca de 400 projetos coletivos de micro e pequenas empresas industriais, reunidas em arranjos produtivos locais, núcleos setoriais, encadeamentos com grandes empresas e outras formas de cooperação.

O objetivo é desenvolver alianças entre empresas de diferentes setores, possibilitando maior sinergia entre projetos e a integração de cadeias produtivas.

Como vimos anteriormente, existe participação efetiva do Sebrae consolidação dos Arranjos Produtivos Locais, como sua atuação na reestruturação do Pólo Industrial de moda de São Gonçalo. Os projetos desenvolvidos pelo Sebrae beneficiam mais de 63 mil indústrias de micro e pequeno porte no país.

São atendidos diversos setores, como têxtil e confecção, madeira e móveis, alimentos e bebidas industrializados, biotecnologia, construção civil, cosméticos, couro e calçados, eletro-eletrônicos, gemas e jóias, indústrias gráficas, metal-mecânico, olaria e cerâmica, pedras e rochas ornamentais, petróleo e gás, plástico, químico, tecnologia da informação, brinquedos, equipamentos médico-odontológico-hospitalares, fármacos e papel e papelão.

No Comércio e Serviços sua atuação é efetiva. O comércio varejista reúne, no Brasil, mais de 1,3 milhão de micro e pequenas empresas, que geram aproximadamente 7 milhões de postos de trabalho. É um setor estratégico para

o Sebrae, que desenvolve cerca de 200 projetos em diversos segmentos, como mercearias, farmácias, bares e restaurantes, entre outros. A instituição promove cursos e consultorias para ampliar o conhecimento e trabalha com metodologias de integração cooperativa. O objetivo é qualificar, modernizar e ampliar a competitividade de pólos e redes de pequenos empreendimentos comerciais com interesses comuns.

O setor de serviços, marcado pelo dinamismo na geração de emprego e por influenciar diretamente a competitividade dos demais setores, também merece atenção especial do Sebrae. O setor agrega uma diversidade de segmentos, que vão de empresas de logística a serviços técnicos especializados, e ocupa formalmente mais de 4 milhões de pessoas. Além dos segmentos tradicionais de comércio e serviços, o Sebrae incentiva setores com potencial emergente e aposta no desenvolvimento de novos negócios e formatos comerciais. É o caso do turismo, do artesanato e do entretenimento.

As soluções desenvolvidas pelo Sebrae pretendem trazer resultados para o turismo, setor que agrega vários outros segmentos em suas operações comerciais, como hotelaria, alimentação, diversão e cultura. Para elevar o padrão de qualidade e competitividade, o Sebrae trabalha em parceria com instituições públicas e privadas, entre elas o Ministério do Turismo, promovendo um ambiente favorável para o crescimento do setor.

No artesanato, setor de grande importância na geração de ocupação e renda em comunidades carentes do país, o Sebrae realizou diversos programas de capacitação que ajudaram os artesãos a aperfeiçoar a gestão dos negócios e a aumentar a competitividade de seus produtos, por meio da pesquisa e mistura de matérias-primas, de novas técnicas, do design e da tecnologia. Além disso, a inserção dos artesãos em associações e cooperativas permitiu o acesso a novas práticas mercadológicas, como a participação em feiras e eventos, fundamental para a divulgação do artesanato brasileiro no país e no exterior.

O setor de cultura e entretenimento, também sofre a ingerência do Sebrae, com investimentos em diversas áreas, como, por exemplo, em projetos voltados à produção audiovisual e à promoção da música brasileira no mercado internacional.

O agronegócio não fica de fora da interferência dessa instituição, tendo em vista o potencial do setor, no Brasil e no mundo. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o setor responde por 28% do PIB brasileiro e por 37% das exportações, o equivalente a US\$ 44 bilhões. Os pequenos

empreendimentos rurais são responsáveis pela maior parcela dessa atividade econômica, tendo a agricultura familiar como expoente principal na produção e na geração de emprego no campo. O Sebrae prioriza o atendimento coletivo de empreendedores rurais.

O objetivo é ampliar a cooperação e garantir mais produtividade, competitividade, qualidade dos produtos e acesso aos mercados. Neste setor, o Sebrae atende cerca de 500 projetos, distribuídos em 14 segmentos: agricultura orgânica, agroenergia, apicultura, aquicultura, pesca, café, carne, derivados de cana-de-açúcar, floricultura, horticultura, leite e derivados, mandiocultura, ovinocaprinocultura e plantas medicinais e aromáticas.

Percebe-se a amplitude das ações desse aparelho, porém chama atenção, a sua capacidade de interferência, quando se trata de efetivação de políticas públicas que venham a favor de seus interesses. O Sebrae atua na articulação de políticas públicas que criem um ambiente institucional mais favorável às micro e pequenas empresas.

A instituição entende que a redução de carga tributária e de encargos previdenciários e a simplificação de exigências burocráticas são indispensáveis para o surgimento de novas empresas, o aumento da competitividade das já existentes e o crescimento da taxa de sobrevivência dos micro e pequenos negócios.

Nesse contexto, o Sebrae colaborou para a formatação legislativa das normas que regem micro e pequenas empresas, trazendo muitos avanços para o setor. Exemplo disso foi a coordenação de debates e negociações para a formulação do Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, também chamado de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Sua capacidade de articulação deu resultado. Em função de sua ação-pressão, o estatuto foi sancionado em dezembro de 2006. A lei abre novas perspectivas para o desenvolvimento dos pequenos negócios do país, ao trazer vários benefícios as empresas, tais como:

- Criação do Simples Nacional, que unifica os impostos federais, estaduais e municipais;
- Desburocratização na abertura da empresa;
- Emissão facilitada de Alvará de Funcionamento;
- Oportunidade de vendas para o governo;
- Incentivo à exportação;
- Criação do consórcio simples;

- Cooperativas de crédito;
- Acesso à tecnologia.

Como forma de manter discussões qualificadas e fiscalizar o cumprimento das normas da Lei Geral foi criado, com a participação do Sebrae, o Fórum Permanente de Micro e Pequenas Empresas. Entre outras atribuições, propõe a criação e o fortalecimento de fóruns regionais com efetiva participação de órgãos públicos e de entidades representativas do setor empresarial.

Outra importante iniciativa de apoio legal foi à instalação, em algumas capitais e municípios de maior porte, de pontos de atendimentos denominados FÁCIL.

Essas unidades centralizam, em um mesmo local, a entrega e o acompanhamento dos expedientes necessários à abertura de novas empresas. O Sebrae também trabalha para estimular o empreendedorismo no setor público. Leva aos líderes políticos programas que apóiam uma gestão planejada e voltada para resultados.

Nota-se a imbricação entre o público e o privado, algo que retrata bem a caracterização das ações dos Aparelhos em luta pela hegemonia na construção da sociedade civil.

Desde 2003, o Sebrae trabalha com um modelo de gestão, denominado Gestão Estratégica Orientada para Resultados, ou simplesmente GEOR. Essa metodologia e suas ferramentas têm como objetivo sistematizar e coordenar, de norte a sul do país, as centenas de projetos gerenciados pelas unidades de negócio e de gestão do Sebrae.

Com o GEOR, o Sebrae pôde alavancar, em curto prazo, sua capacidade de atendimento às micro e pequenas empresas. Os pontos essenciais às práticas de planejamento e gestão do Sebrae, em nível local ou nacional, são quatro e obedecem a seguinte ordem: direcionamento para os beneficiários, foco em resultados, adensamento da visão estratégica, e intensidade, prontidão e proximidade da ação gerencial.

A gestão das centenas de projetos gerenciados pelo Sebrae é realizada por meio da *internet*, formando uma rede de profissionais e parceiros de todo o Brasil, que acompanham, em tempo real, todas as etapas. Este sistema é um ambiente de gestão e colaboração concebido para agilizar e apoiar decisões estratégicas de cada projeto por meio do gerenciamento e monitoramento dos mesmos pelas instituições parceiras.

4.1.7- Síntese de articulações: projetos, escalas e hegemonia

Após a identificação de alguns Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia e seus raios de ação, apresentamos de forma resumida a identificação dos agentes envolvidos na configuração dos projetos estabelecidos, suas escalas de ação e abrangência, no curso das transformações do espaço gonçalense.

Quadro 4 – Níveis de Articulações entre: Projetos - Área de Abrangência - Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia e os Sujeitos

Projetos	Escala (Ação)	Nível de Articulação (Político e/ou Econômico)	Área de Abrangência	Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia (Participação)
PAC	Nacional	Federal	Brasil	Amplio
PAR	Local	Federal, Estadual e Municipal	Municípios	CEF,CEHAB,Ministério das Cidades,Partidos Políticos,Governos Estaduais e Municipais Construtoras
Pólo de Moda	Local	Estadual e Municipal	Municípios	SEBRAE, FIRJAN, Empresas, Prefeitura
Estaleiros	Local	Federal, Estadual e Municipal	Municípios	Cassinú, EISA, Prefeitura
COMPETRJ	Regional	Federal, Estadual e Municipal	Municípios/RMRJ	Estado, Empresas Prefeituras
LINHA 3 METRÔ	Regional (RMRJ)	Internacional,Estadual e Municipal	Cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo	BID, Estado,Empresas
Arco Metropolitano	Regional-RMRJ	Internacional,	RMRJ - Municípios	BID, Municípios, Empresas
Shopping SG	Local	Municipal	São Gonçalo	ECIA, Prefeitura
UNIBAIRROS	Local	Municipal	São Gonçalo	Vereadores, Associações de Moradores e Prefeitura

Fonte: Autor

Esse quadro foi estabelecido como síntese dos níveis de articulações entre os diferentes Aparelhos de Hegemonia, através de seus projetos de interesse e as ações que lhes são característicos. O primeiro foco de nossa análise diz

respeito ao volume de projetos que atingem São Gonçalo, de forma direta ou mesmo indireta. De forma direta, a maioria deles é fruto dos investimentos promovidos pelo Governo Federal e impactarão o município com obras de infra-estrutura básica, de transportes e acessibilidade.

Esses projetos implicarão nos investimentos produtivos para o município com a geração de emprego e renda, em alguns casos, após um processo de qualificação dessa mão-de-obra. Os serviços a serem gerados e os impactos imobiliários sinalizam transformações espaciais marcantes.

De forma indireta fica por conta dos possíveis investimentos que se desdobrarão a partir dos primeiros. O quadro apresenta ainda, a possibilidade de percebermos a quantidade e o nível de articulações e envolvimentos políticos e econômicos entre os diferentes Aparelhos de Hegemonia. Permite também, identificarmos as diferentes escalas de ações, as áreas dessa ação e seus participantes.

Acrescentamos dois projetos (Shopping São Gonçalo e Unibairros) para exemplificar a capacidade de mobilização dos diferentes sujeitos da sociedade civil, de um agente técnico, um dirigente de empresa, um presidente de associação de moradores, um vereador, um empreendedor etc. e suas ações e diferentes níveis de articulações.

Como podemos notar, o jogo político é amplo e mobilizador, não ocorre e mobiliza ao acaso, mas sim é fruto dos interesses de projetos e de estratégias que ao se materializarem, implicam em transformações espaciais efetivas e de grande monta. Transformam a vida das pessoas, introduzem novos objetos, revitalizam outros, criam formas, novas estruturas e símbolos, deixam suas marcas no espaço e consequentemente nas pessoas que aí vivem nesse município como revelam, ainda, a importância estratégica de São Gonçalo nos projetos que convergem para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no jogo de reprodução do poder político do Estado fluminense.

Considerações Finais

Ao longo de nossa pesquisa percebemos um número considerável de projetos que se estabelecem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro,

apresentando uma forte perspectiva de expansão da Metrópole. Perceber essa expansão se faz urgente, especialmente se o foco de nosso trabalho considera um município integrante dessa região, como é o caso de São Gonçalo.

Gostaríamos de ressaltar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento de tal trabalho. Primeiro, pela escassez de dados relativos ao município foco, especialmente quando tratamos dos aspectos políticos. Ainda mais, quando se trata de análise interpretativa de ações de grupos de poder político, arriscado inclusive.

Segundo, os dados censitários apresentam periodização bem esparsa, o que compromete a identificação mais fiel do atual momento. Assim, a percepção relativa as ações do executivo municipal, podem ser analisadas através de fontes secundárias, tais como a cobertura feita em inaugurações, debates eleitorais e depoimentos, de prefeitos e demais políticos à jornais, meio eletrônico etc.

Consideramos importantes e frisamos a todo o momento as relações de produção que norteiam as relações sociais. O que isso significa e em que contexto foi trabalhado por nós.

Quando nos referimos à ação, não podemos deixar de considerar os processos promovidos pela alteração da base técnica da vida coletiva que vêm transformando as relações entre estrutura e conjuntura e, ainda, entre materialidade, orientações da conduta e projetos. Não existe dicotomia entre o espacial e o social, pelo contrário, a estrutura do espaço organizado provém da mesma origem das relações sociais, ou seja, das relações de produção.

Ao percebermos o movimento que vem ocorrendo em relação a configuração de projetos estabelecidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pelos governos federal e estadual, com a promoção de investimentos em diferentes setores produtivos, aguçamos o olhar sobre as áreas que estariam envolvidas e constatamos que muitos destes projetos passariam por São Gonçalo.

Qual o lugar de São Gonçalo nesse processo? A inquietação nos levou a perspectiva de responder tal pergunta. A importância do município se dá dentro de uma nova perspectiva, sendo que algumas já tinham constituído motivo de atração para investimentos no passado, inclusive alguns ligados ao uso agrícola e consequente oferta de terrenos, quando da crise agrícola que o atingiu no passado.

Estoque de terrenos a preços baixos, o oferecimento de mão-de-obra barata, fruto do crescimento da periferia em relação às cidades do Rio de Janeiro

e Niterói foram marcas do passado, que atraíram investimentos especialmente na indústria. Configuraram São Gonçalo por um período ser considerada a “Manchester Brasileira”, por analogia à cidade industrial inglesa com alta produção industrial.

Em décadas mais recentes a rotulação foi outra, ou seja, “cidade dormitório” fruto da desaceleração das atividades produtivas e o oferecimento maciço de terrenos baratos em loteamentos sem infra-estrutura, levando ao incremento populacional, que não foi absorvido, em sua maior porção pelo mercado de trabalho local, fazendo a população procurar se empregar, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e em menor monta em Niterói e nos demais municípios.

E agora? Existem novas perspectivas de geração de emprego e renda? Os discursos caminham para isso. Não foi nossa intenção tratar especificamente do tema emprego e renda, para rebatermos a rotulação de “cidade dormitório”, da mesma forma, para a outra rotulação quanto ao triunfo industrialista da cidade. Fica aí uma sugestão para futuros trabalhos.

Quais os pesos para escolhas por São Gonçalo hoje? Os dispositivos territoriais, os Serviços, o número de eleitores (2º maior colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro), posição geográfica (leste metropolitano), acesso fácil? Consideramos que todos esses são importantes e sem dúvida, foram considerados pelos agentes privados e públicos ao estabelecerem suas estratégias de ação a fim de consolidar seus projetos de interesse.

O fato que temos de ressaltar é que os fatores elencados acima, se relacionam e convergem. Estas são variáveis que possibilitam a interação e a convergência se considerarmos as perspectivas dos Aparelhos Públicos e Privados de Hegemonia, que usam um elemento fundamental nesta “liga”, ou seja, a política.

Uma nova visão ao se fazer política alimenta as possibilidades de estratégias que envolvam um número cada vez maior de agentes, representantes dos diferentes segmentos sociais. Essa visão nos parece estar sendo concretizada à medida que os Aparelhos Privados e Públicos de Hegemonia trabalham com a lógica da geração do emprego e renda, o estímulo ao empreendedorismo, à qualificação da mão-de-obra, a objetivação do crescimento das oportunidades.

Preceitos do capitalismo globalizado movem as iniciativas, especialmente à dos Aparelhos Privados de Hegemonia, que se encarregam de disseminar essa

lógica, com os interesses próprios e capitanear através de ações pragmáticas, políticas na verdade, os interesses públicos.

Neste sentido, os Aparelhos Privados de Hegemonia podem ser considerados como persuasores permanentes, ou seja, sinalizam a sua capacidade de conciliar interesse de ordem pública e privada, além de serem usados por diferentes grupos com objetivo de contribuir na consolidação ou manutenção do poder pelo espaço.

Esses aparelhos passam a se transformar em elementos chave na promoção das transformações espaciais na sociedade, porém, faz-se necessário interpretar o sistema de trocas estabelecidas em diferentes escalas por esses grupos. Assim sendo, por necessidade, ampliam a política, seguindo lógicas de interferência e normas de atuação que denotam organização e ações.

A interpretação de suas ações em decorrência de seus movimentos visíveis e invisíveis ligados aos grupos de poder nos ajudou a desvendar as práticas consolidadas no espaço. Espaço é visto aqui, como um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob aparências coerentes da figura espacial.

A capacidade agregadora de projetos como o PAC, o COMPERJ, o Pólo de Moda, a Linha 3 do Metrô e os Estaleiros, permitiu que pudéssemos ter a compreensão melhor das estratégias utilizadas pelos Aparelhos de Hegemonia na consolidação de seus interesses.

Instituições como a Firjan e o Sebrae, denotaram uma capacidade de organização e o poder de persuasão em diferentes níveis da sociedade. A criação de um Mapa de Desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro e a criação de um Índice Firjan para o Desenvolvimento Municipal é um exemplo dessa capacidade. Seu objetivo como um Aparelho Privado é claro, subsidiar os empresários com dados e estratégias de ação pelo espaço, porém de posse de um mapeamento pleno dos gargalos e potenciais a serem explorados, essa instituição parte para alterar leis e influenciar atores do legislativo e do executivo.

O Sebrae segue o mesmo ritmo, não criou um mapa, nem um índice, porém estabeleceu uma rede de atendimento e suporte aos micros e pequenos empresários de forma ampla com acompanhamento de processos pela *internet*.

As repercussões de suas ações atingem o poder público. O Estado mobiliza recursos para implantação de Arranjos Produtivos em diferentes regiões administrativas de governo. Incentivando concentrações econômicas e APL's com

a participação da própria Firjan e do Sebrae.

As novas formas de se fazer política passam pelos incentivos fiscais, pela qualificação profissional, pelo estímulo ao empreendedorismo. As prefeituras sofrem pressão dessas instituições e tendem a se adequar a essa realidade. Pelo menos acaba por adequar seus interesses a esse novo movimento, pelo menos no discurso, como vimos ao longo desse trabalho.

O ponto de chegada, a partir dessas convergências, traduz-se em quando destacamos o papel do espaço, não apenas como palco, mas sim, o espaço como projeção de interesses políticos. Ao destacar o papel do espaço na (re)produção do poder político hegemônico, devemos levar em consideração a forma como esse espaço se expressa, manifesta-se num campo de possibilidades a serem usadas pelo poder no contexto da sociedade civil a procura de sua hegemonia.

O espaço gonçalense está sofrendo intervenções de várias ordens, especialmente com a convergência de projetos em seu território, sendo assim, denotam transformações no arranjo espacial, com novos objetos geográficos, onde há processo de mudança sendo esboçado.

Concluímos ainda que o jogo político em São Gonçalo, no tocante ao papel do espaço e seus dispositivos territoriais, encontra-se num momento de complexificação de suas relações e estratégias. Observamos que até muito recentemente, prevalecia como estratégia de reprodução do poder político no espaço a “ausência e a carência como recurso” que associada a ele se nutria do clientelismo e do populismo como práticas, por meio da concessão de pequenos favores e benefícios pessoais em áreas carentes de infra-estrutura que se convertiam em capital político e votos em períodos eleitorais.

Atualmente observamos que, com a grande convergência de projetos para o município com implicações territoriais, produzindo um novo arranjo espacial e dotando a área de novos objetos geográficos e novas estruturas de produção, de distribuição e de consumo, o jogo político tende a tomar/considerar o espaço não apenas pela ótica (lógica) da “carência como recurso”, como prevalecia até então, mas também, e especialmente, por seus atributos demográficos - leia-se força de trabalho e contingente eleitoral - disponibilidade ou estoques de terrenos e sítio e posição geográfica estratégica no contexto da Região metropolitana do Rio de Janeiro.

Do discurso da ausência e da carência, passamos para o discurso dos atributos e potencialidades do município para o desenvolvimento e geração de empregos e renda. Nesse sentido, estamos, a nosso ver, diante de um momento

muito particular, para não dizer de transição, na reprodução do poder político à escala local com significativas repercuções no arranjo socioespacial do município de São Gonçalo, que está se configurando, presentemente, numa outra qualidade de articulação entre os diferentes agentes e aparelhos públicos e privados de hegemonia implicados nos inúmeros projetos que envolvem a área, tornando o processo de (re) produção do espaço em São Gonçalo ainda mais complexo e diverso.

Bibliografia

- ABREU, M. (1987). Evolução Urbana do Rio de Janeiro, In: IPLANRIO. 1^a edição, Rio de Janeiro.
- _____. (1997). Evolução Urbana do Rio de Janeiro, In: IPLANRIO. 3^a edição, Rio de Janeiro
- ACANDA, J.L. (2006). Sociedade civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- BAHIA, L.H.N. (2003). O Poder do Clientelismo: Raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro: Renovar.
- BERSTEIN,Serge. (1992). "L'historien et la culture politique", Vingtième Siècle-Révue d'Histoire, juil./sept.
- BOBBIO, Norberto. (2000). Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, P. (1989). O Poder Simbólico. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel.

- _____. (1997). Razões Práticas:sobre a teoria da ação.São Paulo.
- BRAGA, M.N.C.(1998). O Município de São Gonçalo e suas Histórias. Rio de Janeiro. Edição Independente
- Braud, Philippe (1985). Du pouvoir en général au pouvoir politique
In: Grawitz, M. & Leca, J. (dir.). *Traité de Science Politique*; v.1;
La science politique, science social; L'ordre politique. Paris, PUF.
- CARDOSO, A.L.(2003). Contribuições para a Conferência das Cidades do eixo Leste Metropolitano: RMRJ.In: Anais da I Conferência das Cidades. Niterói. Prefeitura Municipal de Niterói.
- CARVALHO, N.R. de. (2003). E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.
- CASTRO, I. E de. (2005). Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CHAMPAGNE, P. (1996). Formar a opinião; o novo jogo político. Petrópolis: Vozes.
- CORDEIRO. A.M.S.(2004). Espaços da Política: A Associação de moradores como lócus de mediação entre as práticas cotidianas locais e o Estado. Monografia.DGEO.São Gonçalo.UERJ/FFP.
- CORDEIRO, L.E.(1997). As indústrias de São Gonçalo nas décadas de 1930 e 40. Monografia.DCH.UERJ/FFP.
- CORTINA, A. (2000) . O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo: Editora UNESP.
- COUTINHO, C. N. (2003). Gramsci: um escrito sobre seu pensamento político. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, C. N e TEIXEIRA, A.P. (2003). Org. Ler Gramsci e entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Da SILVA, J.R.(2000). O desenvolvimento comercial e industrial de São Gonçalo no século XX. Monografia DGEO.São Gonçalo.UERJ/FFP.
- DUSO, G. (org.). (2000). O Poder - História da Filosofia Política Moderna. São Paulo.Record.
- DUVERGER, M. (1980). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar.
- FAORO, Raymundo. (1975). Os donos do Poder: Formação do Patronato político brasileiro. Porto Alegre. Editora Globo.
- GEIGER, P.P et.al.(1956). Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia,

pp.47-74.

- GRAMSCI, A. (2000). Cadernos do Cárcere. São Paulo: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, A. (1978). Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRUPPI, L. (1991). O conceito de hegemonia em Gramsci. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GUATTARI, Felix. 1985. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. In: Espaço & Debates, ano V, no 16.
- GUATTARI, F e ROLNIK, S. (1996). Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- GUICHARD, D.F.(2004). A consolidação da periferia metropolitana como local da produção industrial no município de São Gonçalo/RJ. Anais, VI Congresso de Geógrafos, Goiânia.
- HARVEY, D.(1992). A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.
- _____.(2004). Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola.
- _____.(2006). A Produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume
- JORGE, A.S.(1996). Os transportes em São Gonçalo antes e após a fusão. Monografia DGEO. São Gonçalo.UERJ/FFP.
- LEFEBVRE, H.1984.(1974). La production de l'espace. Paris: Anthropos.
- _____. (1969). O Direito a Cidade. São Paulo. Editora Documentos.
- _____. (1999). A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- _____. (1999). A Revolução Urbana. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- LOSURDO, D. (2006). Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico". Rio de Janeiro: Revan.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. (1980). A favor de Gramsci. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MACHADO, F. N. (2002). A atuação do poder público na constituição do espaço urbano gonçalense entre os anos 1920 e 1950. Monografia DCH. São Gonçalo. UERJ/FFP.
- MAESTRI, M. (2001). Antonio Gramsci – vida e obra de um comunista. São Paulo: Expressão Popular.
- MAFFESOLI, M. (1997). A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina.
- MAINWARING, S. (2001). Sistemas partidários em novas democracias: o

- caso do Brasil. São Paulo: FGV.
- MAQUIAVEL. (2000). O Príncipe. Editora Martin Claret. São Paulo.
- MARX. Karl. (1978). O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos. Os Pensadores São Paulo. Editora Abril..
- MASSEY, D.(2004). Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas considerações. In: GEOgraphia, Revista do PPGG da UFF. Ano 6. nº12.Niterói.RJ.
- MENDONÇA, S.R. (2005).Antonio Gramsci – Algumas Notas. Niterói. Departamento de História – UFF. (mimeo).
- MODESTO, N.S.D. (2003). As Práticas Espaciais do Poder Político em São Gonçalo. Dissertação de Mestrado. PPGG – UFF. Niterói.
- MORAES, D.(2005). O partido e a expressão da vontade coletiva. Artigo para o site: [www. Gramsci e o Brasil. com.br](http://www.Gramsci e o Brasil.com.br).
- NEGRI. A.(1999). Poder e Justiça Social. São Paulo:Record.
_____. (2001). Império. São Paulo:Record.
- NOGUEIRA, M.Aurélio (1998). As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo. Paz e Terra.
_____. (2001). Em defesa da política. São Paulo. Editora Senac.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2005). Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos de gestão democrática. São Paulo: Cortez.
- NOVY, A. 2002. A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil.Petrópolis,Rj : Vozes.
- NUNES, E. (1996). Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. In: São Paulo em Perspectiva, vol.10, n.3.
- PALMIER, L. (1940). São Gonçalo Cinqucentenário: História, Geografia e Estatística. Serviço Gráfico do IBGE. Rio de Janeiro.
- PLANO DIRETOR da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, (1991). Mimeo.
- POULANTZAS. N. (2000) O Estado, O Poder, O Socialismo: Edições Graal. Rio de Janeiro.
- RAFFESTIN, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática.
- RIBEIRO, Ana Clara T.(2003). "Pequena reflexão sobre categorias da teoria".crítica do espaço: território usado, território praticado" In: Maria Adélia A. de Souza (org.) Território brasileiro: usos e abusos, Campinas, Edições Territorial.

- _____. (2001/02). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: Cadernos IPPUR, v.15/16, no 2/1, agosto/julho.
- _____. (2000). A natureza do poder: técnica e ação social. In: Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.4, no7.
- SANTOS, M. (1993). O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel
- _____. (1996). A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP.
- _____.(2005). A Urbanização Brasileira. São Paulo. Editora USP.
- SANTOS,C.N.F (1985). Loteamentos na Periferia Metropolitana. In:Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, Janeiro/Março de 1985, p. 25.
- SANTOS, B.S. (2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política.São Paulo: Cortez.
- SARTORI, G. (1982). Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar
- SEMERARO, Giovanni. (1999). Gramsci e a Sociedade Civil. Petrópolis: Vozes.
- SIMIONATTO, I. (2004). Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3^a.ed. Florianópolis: Ed.da UFSC; São Paulo: Cortez Editora. Paulo.Papirus Editora.
- SOJA, E. (1993). Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SOUZA, M. L..(2006). A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- WANIEZ, P. (2002). Comunicação cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. PUC
- WERLEN, B.(2001). Regionalismo e Sociedade Política. GEOGRAPHIA, n.4. Niterói: Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia.
- WOOD, Ellen Meiksins. (2006). Democracia Contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Editorial Boitempo.

Sites Consultados:

- WWW.jornalofluminense.com.br
WWW.ogloboonline.com.br

www.jornaloglobo.com.br

www.sebraerj.com.org

www.firjan.com.org

www.petrobras.gov.com.br

www.secretariadedesenvolvimentorj.gov.br

www.asclaras..org. com.br